



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO - ICHI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGeo
LINHA DE PESQUISA: ANÁLISE URBANO - REGIONAL

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

PRODUÇÃO ALIMENTAR NO MUNICÍPIO DE VISCONDE DO RIO BRANCO - MG

JOÃO BATISTA VILLAS BOAS SIMONCINI

RIO GRANDE, MAIO DE 2011.

PRODUÇÃO ALIMENTAR NO MUNICÍPIO DE VISCONDE DO RIO BRANCO - MG

JOÃO BATISTA VILLAS BOAS SIMONCINI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Jussara Mantelli.

RIO GRANDE, MAIO DE 2011.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Jussara Mantelli (Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande, ICHI - FURG

Prof^a. Dr^a. Giancarla Salamoni
Universidade Federal de Pelotas, ICH - UFPEL

Prof. Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, IG - UFRGS

Pesquisador Dr. Jaime Airton Wünsch (Suplente)
Embrapa Clima Temperado, CPAcT - EMBRAPA

Linha de pesquisa: Análise Urbano - Regional.

RIO GRANDE, 06 DE MAIO DE 2011.

Dedico este trabalho a DEUS (papai do céu), a amiga e diretora Lucimare de Almeida Ferreira, e, a minha orientadora e companheira Jussara Mantelli.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos amigos que de uma forma ou de outra, contribuíram para realização deste trabalho. Dentre eles estão: Alexandre Eslabão Bandeira, Aloísia Helena Marinho, Álvaro José Guazzi Bergo, Alysson Nascimento Villas Boas, Ana Camila da Silva, Ana María Liberali, Ana Rita Teixeira César, César Bado, Clarice Cassab, Cléber Lima da Silva, Deusemar de Souza Lima (Chatuba), Diego Campanati Rodriguez de Souza, Éder Jardel da Silva Dutra, Éder Leandro Bayer Maier, Edilei Cirilo dos Santos, Elaine Henriques Ildfonso, Elen Pinheiro Affonso, Elizabet Aparecida Costa Almeida, Elton Geraldo Gonçalves, Fernando Gaudereto Lamas (Fernandinho), Frank Gonçalves Pereira, Geraldo Majella Teixeira Tempone (Geraldinho), Haline Aparecida de Oliveira Maia, Helder Hebert Villas Boas Mafalda, Ildete Campanati, Ivo dos Santos Canabarro, Jacyntho Batalha, Janaína de Paula Tormen Machado, Javier Ordoqui, Joaquim Marques Rodrigues (Fumaça), José Alberto Vianna, Lalemant Souza Drummond, Leonardo Teixeira Augusto, Lourival Queiroz Júnior (Juninho do Mel), Lucas José Villas Boas Givisiez, Lúcia da Conceição Anastácio, Lúcia Helena Rodrigues, Luciano Ângelo Quinelato, Lucimar de Fátima Rodrigues, Lucimare de Almeida Ferreira, Luísa Mantelli (Lui), Luiz Antônio Pereira de Freitas, Luiz Gustavo Villas Boas Givisiez, Marcos de Oliveira, Maria Aparecida Xavier (Dona Cida), Maria de Lourdes Torres, Maria Lucia Pires Meneses, Maurício Gabriel Atalla Júnior, Mônica Maria Medina Fagundes, Omar Horacio Gejo, Rafaela Leite Caputo, Reinaldo Marcos Scaramelo, Rober Barreto Lima, Robson da Costa Machado, Robson Mol, Rodrigo Faria Mattos, Roselene Perlatto Bom Jardim, Rosilene Tartaglia, Sandra Cristina de Medeiros, Sandra Regina de Lima Bado, Sanyo Drummond Pires, Sheila Maria Doula, Solange Paula Redondo, Sueli Aparecida Fernandes, Theresinha de Almeida Pinto, Vera Lúcia Luiza de Oliveira, e, Zênio Ferreira Eisenlohr.

Quero agradecer pelo carinho e calor humano proporcionado pela minha família (Mateus Delgado – meu filho, José Simoncini – papai, Célia Rachel Mendes Simoncini – mamãe, Antônio de Pádua Villas Boas Simoncini, Luzia Janaína Villas Boas Simoncini Carmanini, e, Márcio Villas Boas Simoncini – meus irmãos, Antônio Ferreira de Aguiar – tio Tônico / Zé, Elcídia Villas Boas Aguiar – Tia Cidinha, e por fim, ao querido tio José Lopes Pereira Filho – *in memória*).

Gostaria de lembrar, que adquiri uma dívida pessoal impagável com os agricultores, camponeses e produtores rurais do município de Visconde do Rio Branco, que possibilitaram e consolidaram este trabalho, aos quais, devo respeito e gratidão. Para vocês (Adalberto Del'Arco, Alexandre Alves dos Santos, Amauri Nascimento Ferreira, Ana Ramos de Lima Faria, Ângela Maria de Souza Rodrigues, Antenor de Almeida, Antônio Geraldo Teixeira, Dalvina Soares Moreira (Dona Dalva), Delfino Teixeira Ferraz, Edgar Ferraz Teixeira, Edilei Cirilo dos Santos, Edna Ramos da Silva, Edson Soares Otoni (Neguinho), Evânio Zanin Braz, Expedito Pereira Lopes, Fábio Luiz Martins, Francisco Silva Braga (Sr. Chico), Jair Rodrigues, Joaci da Cruz Almeida, João Batista Ribeiro (Limão), João Martins (João Carrinho), Joaquim Bernardes de Faria Neto (Zé Borja), José Davi Teixeira, José Maurício Campos, José Miranda Cardoso, José Pedro Cabral, José Rodrigues Lima, Josmar Silva Pinto, Lourival Queiroz Júnior (Juninho do Mel), Luiz Moreira da Silva, Marcelo Alves Correia, Maria de Lourdes Almeida, Mariana Gonçalves dos Santos Silva, Marli Rosalina de Jesus, Petronilia Lima (Dona Preta), Rafael Alves de Carvalho, Raimundo Teixeira Ferraz, Reginaldo Pinheiro Almeida, Roberto Carlos Flores, Rodrigo Ricardo Pires, Rosana Aparecida Ferreira Rodrigues, Rosângela Maria Modesto, Sebastião Alves de Freitas (Tatão), Sebastião Antônio da Costa (Tião), Sebastião Pedroso de Oliveira (Tiãozinho), Sebastião Rodrigues Sobrinho (Belô), Silas Nascimento Neto, Suely Alves Pereira, Vantuil Ferreira da Silva, e, Vicente de Paula Lima), tenho duas palavras simples, mas que carregam um significado muito forte: muito obrigado.

Quero agradecer a professora Giancarla Salamoni e ao professor Luiz Fernando Mazzini Fontoura que fizeram parte da minha banca de qualificação pelas sugestões e contribuições acadêmicas.

Em especial, gostaria de agradecer a cinco amigos em particular: Alcides José Xavier Ribeiro, Anderson Luiz da Silva, Francisco de Assis Penteado Mazzeto, José Francisco Santos de Moura e Lincoln Gonçalves Rodrigues, que me ensinaram o verdadeiro significado da vida e da palavra amigo. A vocês, meus companheiros, dedico a seguinte mensagem:

[...] amigo pra mim é diferente, não é o ajuste de um dar serviço ao outro, e receber, e saírem por este mundo barganhando ajudas, ainda que sendo com o fazer a injustiça ao demais, amigo para mim é a pessoa com quem a gente gosta de conversar, do igual, igual,

desarmado, amigo, é que a gente seja, mas sem precisar de sab
porque é que é. (BOLDRIN, 2004. CD 5 Regional - Faixa 8).

Por fim, quero agradecer a minha orientadora e companheira Jussara Mantelli, pelo apoio incondicional em todas as fases do mestrado e da dissertação. Por faltarem palavras que definam a sua pessoa e o meu agradecimento, utilizo uma citação.

A personalidade do sábio é indivisível. Não se pode distinguir o homem de ciência do homem de caráter, tão profundamente interligados estão um do outro [...].

Esse conceito uno, inteiriço, do homem e do cientista resulta, às vezes, numa vasta soma de sacrifícios, mas é ele que distingue o sábio, o pesquisador honesto, do charlatão, do oportunista; aquele que merece a glória eterna do que desfruta prestígio transitório. Realmente, é muito mais fácil e mais cômodo abrir-se mão de pontos de vista científicos e submeter-se à opinião da maioria ou dos poderosos, do que defendê-los à custa de sofrimentos que envolvem os portadores da idéia e os que lhe são caros.

Orlando Valverde, 1955.

A esperança tem duas filhas lindas, a indignação e a coragem; a indignação nos ensina a não aceitar as coisas como estão; a coragem, a mudá-las.

Santo Agostinho

RESUMO

Esta pesquisa tem como premissa básica compreender como se configurou a produção agrícola, em especial a produção de base alimentar, no município de Visconde do Rio Branco - MG. Para tanto, foram realizados estudos históricos, geográficos, econômicos e políticos do período pós-mineração, possibilitando o entendimento das características agrárias da Zona da Mata Mineira e do município em estudo. O processo de ocupação e formação da região, e especificamente do município de Visconde do Rio Branco permite entender como se desenvolveu a produção alimentar, bem como o impacto causado pela monocultura e beneficiamento da cana-de-açúcar no espaço agrário local nos 112 anos de intensa atividade açucareira. As várias fases desta cultura na região ocasionaram sucessivas reorganizações no espaço agrário, comprometendo em alguns momentos a produção de alimentos. A temática relacionada à importância dos alimentos e da produção alimentar em âmbito nacional, regional e local, e as consequências trazidas pela carência ou alimentação inadequada, está também relacionada ao entendimento e a evolução da legislação federal referente à produção alimentar e a questão nutricional da alimentação brasileira, e os avanços e desdobramentos da mesma em todas as escalas de análise. O trabalho foi fundamentado teoricamente em autores que tratam da temática relativa à produção, mas também em trabalhos de campo e aplicação de entrevistas junto aos trabalhadores rurais, que contribuíram para o entendimento das questões relacionadas ao setor agrário do município e sua organização produtiva. Através das respostas obtidas na pesquisa de campo, também foram conhecidos os hábitos alimentares da população rural, assim como as iguarias que acompanham diariamente os alimentos básicos consumidos. O trabalho de campo e a análise de dados secundários permitiu tecer a evolução da produção alimentar no município, verificar as necessidades e as possibilidades de mudanças no espaço agrário e os obstáculos que impedem as transformações e o desenvolvimento sócio-econômico em âmbito local.

Palavras-chave: Visconde do Rio Branco, produção agrícola, alimentação básica.

ABSTRACT

This research has as basic premise to understand as if it was configured the agricultural production, in special the production of alimentary base, in the city of Visconde do Rio Branco - MG. For such, historical, geographic, economic studies and politicians of the period have been carried through after-mining period, making possible the understanding of the agrarian characteristics of the Zona da Mata Mineira and the city in study. The process of occupation and formation of the region, and specifically of the city of Visconde do Rio Branco allows the understanding of how the alimentary production was developed, as well as the impact caused for the cultivation and improvement of the sugar cane-of-sugar in the local agrarian space within the 112 years of intense sugar activity. The many phases of this culture in the region have caused successive reorganizations in the agrarian space, compromising in some moments the food production. The thematic related to the importance of foods and the alimentary production in national, regional and local scope, and the consequences brought by the lack or inadequate feeding, is also related to the understanding and the evolution of the referring federal legislation to the alimentary production and the nutritional question of the Brazilian feeding, and the advances and results of the same in all the scales of analysis. The work was based theoretically on authors who deal with thematic related to the production, but also on works in fields and application of interviews with the agricultural workers, who have contributed to the understanding of questions related to the agrarian sector of the city and its productive organization. Through the answers obtained in the field research, the alimentary habits of the agricultural population have also been known, as well as the delicacies that daily follow consumed basic foods. The work of field and the analysis of secondary data allowed spinning the evolution of the alimentary production in the city, to verify the necessities and the possibilities of changes in the agrarian space and the obstacles that hinder the transformations and the partner-economic development in local scope.

Key-words: Visconde do Rio Branco, agrarian production, basic feeding.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Visconde do Rio Branco - MG.....	44
FIGURA 2 - Evolução populacional de Visconde do Rio Branco - MG.....	46
FIGURA 3 - Setores econômicos de Visconde do Rio Branco - MG - 2005.....	47
FIGURA 4 - Produção de açúcar e melão - Usina São João I e São João II....	59
FIGURA 5 - Uso da terra e regimes de propriedade na Zona da Mata Mineira	63
FIGURA 6 - Diagrama - Insegurança Alimentar.....	71
FIGURA 7 - Visão geral de um modo de produção.....	96
FIGURA 8 - Utilização das terras em Visconde do Rio Branco - MG - 1995.....	103
FIGURA 9 - Utilização das terras em Visconde do Rio Branco - MG - 2006.....	103
FIGURA 10 - Quiabo.....	128
FIGURA 11 - Cebolinha e salsa.....	128
FIGURA 12 - Abóboras.....	128
FIGURA 13 - Recolhimento de alimentos.....	128

LISTA DE SIGLAS

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária;
ARPRAM	Associação Riobranquense dos Produtores de Rapadura, Aguardente, Açúcar Mascavo e Melado;
CAE	Conselho de Alimentação Escolar;
CAR	Companhia Açucareira Riobranquense;
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral;
CEPAGRO	Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias;
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento;
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
EFA	Escola Família Agrícola;
EJA	Educação de Jovens e Adultos;
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural;
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária;
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural;
FAO	Food and Agriculture Organization (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação);
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;
GEO3	Global Environment Outlook 3 (Panorama Ambiental Global 3);
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool;
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
IFA	International Fertilizer Industry Association (Associação Internacional da Indústria de Fertilizantes);
IFETE	Instituto Federal Tecnológico;
IMA	Instituto Mineiro de Agropecuária;
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano;
LEPAM	Levantamento da Produção Agrícola Municipal;
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento;
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário;
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra;

OMGs	Organismos Geneticamente Modificados;
ONU	Organização das Nações Unidas;
PA	Projeto de Assentamento;
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos;
PAM	Produção Agrícola Municipal;
PIB	Produto Interno Bruto;
PNAA	Programa Nacional de Acesso à Alimentação;
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar;
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente;
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar;
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial;
SESC	Serviço Social do Comércio;
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
TIAL	Tropical Indústria de Alimentos Ltda.;
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora;
UFV	Universidade Federal de Viçosa.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Produção de ouro na Província de Minas Gerais.....	32
QUADRO 2 - Desdobramento histórico da divisão municipal até 1910.....	34
QUADRO 3 - População da Zona Da Mata Central (1819).....	37
QUADRO 4 - Produção estimativa de café para a Zona da Mata Mineira - 1906.....	43
QUADRO 5 - População residente - Visconde do Rio Branco - MG.....	45
QUADRO 6 - Distribuição dos dados cadastrais do INCRA e estabelecimentos agropecuários IBGE - 2006.....	76
QUADRO 7 - Estrutura fundiária do Município de Visconde do Rio Branco - MG - (%) - 1960/2006.....	99
QUADRO 8 - Produção de cana-de-açúcar em Visconde do Rio Branco - MG..	106
QUADRO 9 - Produção de cana-de-açúcar em Visconde do Rio Branco - MG..	107
QUADRO 10 - Principais lavouras temporárias - Visconde do Rio Branco - MG	108
QUADRO 11 - Principais lavouras permanentes - Visconde do Rio Branco - MG.....	109
QUADRO 12 - Número de estabelecimentos agropecuários, quantidade produzida, área colhida e tipo de produção vegetal da agricultura familiar e não familiar em Visconde do Rio Branco - MG - 2006.....	111
QUADRO 13 - Número de estabelecimentos agropecuários e quantidade produzida no município de Visconde do Rio Branco - MG - 2006.....	112
QUADRO 14 - Principal fonte de renda das 26 famílias de agricultores assentados.....	120
QUADRO 15 - Principal fonte de renda dos 14 famílias de agricultores entrevistados.....	122
QUADRO 16 - Itens a serem comprados da agricultura familiar e valor médio de mercado em Visconde do Rio Branco - MG - 2011.....	127

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA.....	18
2. HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DE MINAS GERAIS, ZONA DA MATA MINEIRA E DE VISCONDE DO RIO BRANCO.....	27
2.1 - Histórico da ocupação de Minas Gerais e da Zona da Mata Mineira	27
2.2 - Histórico do município de Visconde do Rio Branco.....	44
3. A IMPORTÂNCIA DOS ALIMENTOS E DA PRODUÇÃO ALIMENTAR NO CONTEXTO NACIONAL, REGIONAL E LOCAL.....	69
4. ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO EM VISCONDE DO RIO BRANCO - MG.....	93
4.1 - A estrutura agrária e produtiva de Visconde do Rio Branco - MG....	93
4.2 - A produção alimentar em Visconde do Rio Branco - MG.....	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	135
APÊNDICE	

INTRODUÇÃO

As áreas proibidas do período da mineração, os chamados “*Sertões do Leste*”, não são mais proibidas. São reestruturadas numa sucessão de fases econômicas: ouro, café, cana-de-açúcar, atividades agrícolas de subsistência, pecuária, as mais variadas formas de agricultura e exploração do solo. Neste contexto cabe mencionar a afirmativa de João Guimarães Rosa (1970, p.246) de que “*Minas Gerais é muitas*”.

O Estado de Minas Gerais é formado por doze meso-regiões, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Esta pesquisa enfatiza a Zona da Mata Mineira, onde está localizado o município de Visconde do Rio Branco, unidade espacial em que se pretende estudar a produção alimentar oriunda de seu espaço agrário.

Para o entendimento da produção alimentar do município, faz-se necessário compreender como ocorreu o processo histórico e econômico de ocupação, formação e expansão das atividades no município de Visconde do Rio Branco, o extermínio das comunidades indígenas, a entrada do capitalismo no campo e na cidade, e ainda dos atores sociais envolvidos e/ou excluídos no decorrer do processo concomitante de industrialização da cidade e capitalização do campo.

Também se deve levar em consideração características internas importantes da agricultura, tais como: a estrutura fundiária, a produção agrícola, a organização do trabalho e dos trabalhadores e as relações com o mercado. Nesse sentido, pretende-se vincular os dados coletados e analisados com o referencial teórico proposto.

Na tentativa de alcançar os objetivos propostos, a pesquisa estrutura-se em cinco capítulos.

O capítulo I discute o referencial teórico, o método científico e a metodologia de análise utilizada. A seleção dos autores está ligada à temática proposta e dá sustentação aos aspectos considerados relevantes para a efetivação da pesquisa. Buscou-se apoio em várias obras cujos autores tratam da temática agrária de um

modo geral, particularizando os que trabalham com os aspectos norteadores dos processos evolutivos da produção agrícola, em especial na área de estudo.

A metodologia está baseada em revisão bibliográfica, levantamento de dados históricos, levantamento, tabulação e análise de dados sócio-econômicos, observação de campo e aplicação de questionário junto aos agricultores do município.

No capítulo II, discute-se o processo histórico de ocupação da região da Zona da Mata Mineira e do município de Visconde do Rio Branco, considerando fundamental o papel dos indígenas que lançaram as bases da produção agrícola, mesmo que de forma incipiente. A ênfase nesta temática está relacionada à importância que este grupo populacional teve nas bases da produção e hábitos alimentares que se perpetuam ao longo do tempo.

Em período posterior ressalta-se a ocupação pelos portugueses e franceses, sendo os últimos responsáveis por imprimir uma nova dinâmica produtiva à região, iniciada no final do século XIX.

O capítulo III busca demonstrar a importância da produção alimentar enquanto elemento estruturador tanto da economia nacional, quanto regional ou mesmo local, enfocando, além do aspecto econômico, o social e cultural. Nesta perspectiva salienta-se a preocupação com a quantidade e qualidade dos alimentos produzidos para subsistência, para o mercado interno e, em alguns casos, com vínculo mais amplo, abrangendo o mercado externo.

O capítulo IV é organizado com base nos dados secundários, no qual se realiza uma análise evolutiva da produção agrícola e da estrutura fundiária do município, através do levantamento, organização e análise dos dados sócio-econômicos dos Censos Agropecuários do IBGE e outros órgãos que possam auxiliar as análises. Ainda estão sistematizadas as entrevistas semi-estruturadas aplicadas aos agricultores. Neste contexto é apresentado o cenário da produção alimentar básica do município de Visconde do Rio Branco. Salienta-se a importância desta fase da pesquisa para o entendimento das questões relacionadas a produção, comércio, perspectivas e expectativas dos agricultores sobre o seu trabalho, sua produção e reprodução no meio rural.

Esta pesquisa justifica-se pelo fato de que no final do século XIX implementou-se a monocultura de cana-de-açúcar, que se estendeu até o final do século XX, impregnando o imaginário local e determinando as características da

economia local, a forma de uso e ocupação do solo, a arquitetura urbana e as manifestações culturais. A grande importância atribuída a este produto relegou a produção alimentar básica a segundo plano. A presença de usinas de beneficiamento da cana-de-açúcar instaladas no município teve um papel definidor na organização produtiva e nas relações de trabalho durante o período em que permaneceram ativas.

Diante dessas considerações, torna-se objetivo geral: avaliar as possibilidades e restrições do setor agrário com ênfase na produção alimentar do município utilizando dados e informações disponíveis. Este objetivo será alcançado, à medida que forem sendo operacionalizados os procedimentos metodológicos: coleta de dados históricos referentes à produção agrícola no município; levantamento e tabulação dos dados socioeconômicos (IBGE, PAM, INCRA, Emater e outras fontes) que configuram os setores da economia do município; análise das mudanças socioeconômicas mais significativas a partir de 1960 e das alterações na composição da produção agrícola; avaliação de como e quanto a produção agrícola tem influenciado nas características sociais, econômicas, políticas e culturais do município; mapeamento do cenário da produção alimentar no município.

Com base nos estudos bibliográficos, nos levantamentos e análises de dados e na contribuição dos agricultores, espera-se compreender os processos da organização do setor agrário no município de Visconde do Rio Branco - MG.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

[...] Teoria, é considerada toda generalização relativa a fenômenos físicos ou sociais, estabelecida com o rigor científico necessário para que se possa servir de base segura à interpretação da realidade; metodologia, por sua vez, engloba métodos de abordagem e de procedimento e técnicas. Assim, a teoria do materialismo histórico, o método de abordagem dialético, os métodos de procedimento histórico e comparativo, juntamente com técnicas específicas de coleta de dados, formam o quadro de referência marxista. (MARCONI; LAKATOS, 2007. p.97).

A opção teórica metodológica, seguindo a definição de Marconi e Lakatos, é o materialismo histórico¹, teoria elaborada por dois clássicos da literatura, Karl Marx e Friedrich Engels.

No que tange à opção de desenvolvimento adotada pelo Estado brasileiro e suas conseqüências econômicas, políticas e sociais, de conjuntura nacional e internacional, pode-se utilizar como base a historiadora Sonia Regina de Mendonça.

Como a pesquisa também envolve a temática da produção da alimentação básica brasileira, é necessário utilizar como referencial teórico Luís da Câmara Cascudo (etnógrafo/antropólogo), que contribui com a explicação da antologia da

¹ Segundo Tom Bottomore (2001, p.259-260), *materialismo histórico*: expressão que designa o corpo central da doutrina da concepção materialista da história, núcleo científico e social da teoria marxista. De acordo com a "Introdução" que Engels escreveu em 1892 para *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, o materialismo histórico *designa uma visão do desenrolar da história que procura a causa final e a grande força motriz de todos os acontecimentos históricos importantes no desenvolvimento econômico da sociedade, nas transformações dos modos de produção e de troca, na conseqüente divisão da sociedade em classes distintas e na luta entre essas classes*. Engels sempre fez questão de reconhecer que Marx fora o criador do materialismo histórico; e encarava a concepção do materialismo histórico como uma das duas grandes descobertas de Marx (a outra era a teoria da mais-valia). Marx, por sua vez, afirmava que Engels havia chegado independentemente à concepção materialista da história. Nos termos da própria teoria, pode-se dizer que ambos puseram em evidência as condições históricas e materiais para sua formulação. Bottomore destaca ainda que Marx afirma que a estrutura econômica da sociedade, constituída de suas relações de produção, é a verdadeira base da sociedade: é o alicerce "sobre o qual se ergue a superestrutura jurídica e política e ao qual correspondem formas definidas de consciência social". Por outro lado, as relações de produção da sociedade "correspondem a uma determinada fase do desenvolvimento das suas forças produtivas materiais." Dessa maneira, "o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e espiritual em geral". [...] A determinação das estruturas jurídicas e políticas da sociedade pelo econômico tenderá, porém, a ser relativamente direta, ao passo que a influência da econômica sobre outras esferas, como a cultura e a consciência, é, em geral, mais atenuada e nuançada. O materialismo histórico concebe uma hierarquia geral entre os domínios da vida social, mas tais relações devem ser analisadas não apenas em termos da sociedade em geral, mas também em termos de cada tipo específico de formação socioeconômica. (BOTTOMORE, 2001. p.261).

alimentação no Brasil, e os historiadores João Fragoso e Manolo Florentino, que defendem em suas teses a idéia do “arcaísmo como projeto” para entender a economia brasileira, mais especificamente o mercado interno, a produção de gêneros básicos da alimentação e sua importância econômica. E para subsidiar o entendimento da política brasileira utiliza-se Raymundo Faoro e Francisco Ozeas. Estes teóricos são utilizados para contextualizar e explicar a parte antropológica, econômica, histórica e política da pesquisa.

Para estruturar o estudo em escala microeconômica, e traçar um panorama regional dos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, são utilizados os relatos dos naturalistas Auguste de Saint-Hilaire, Von Martius e Von Spix, Jean Baptiste Debret, os registros do mineralogista Wilhelm Ludwing Eschwege, e autores mais específicos, como: Leo Waibel, Orlando Valverde, Paulo Mercadante, Eduardo Frieiro, Roberto Cochrane Simonsen, Angelo Alves Carrara, Romilda Mourão Gontijo, entre outros.

O estudo tem como foco principal a produção agrícola ligada à alimentação básica, mas também não podem deixar de ser visualizadas as questões sociais, políticas, econômicas e culturais do município de Visconde do Rio Branco, utilizando-se autores e teóricos ligados à antropologia, economia, geografia, história, sociologia e áreas afins, destacando a importância das diversas áreas do conhecimento para entendimento das questões sociais, políticas, econômicas e culturais, ligadas à alimentação. Para além desses aspectos, faz-se necessária também uma leitura sobre a caracterização e a importância dos aspectos físicos enquanto substratos de ocorrências das atividades agrárias, podendo estes se constituírem em potencialidades ou restrições à produção agrícola.

Entende-se que o estudo de caso, especificamente a análise do lugar, enriquece qualquer pesquisa, trabalho ou mesmo publicação. Esclarece Milton Santos (2008, p.339) que: “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”. Nesta perspectiva, pode-se pesquisar, analisar e discorrer sobre as relações da sociedade com o espaço geográfico (urbano/rural) e pensar o mundo a partir da análise de determinado lugar, teoria defendida por Santos (2008). Desta forma, cabe destacar três autores que já pesquisaram, analisaram, discutiram e publicaram sobre o lugar em questão (Visconde do Rio Branco – MG) e que são referência para o desenvolvimento da pesquisa. São eles: Oiliam José, Olinda Maria de Noronha e Wladimir José Luft.

Ainda como suporte teórico são referenciais importantes: Auguste de Saint-Hilaire, Marcel Mauss, Luís da Câmara Cascudo, Josué de Castro, Eduardo Frieiro, Sônia Regina de Mendonça, Carlos Walter Porto-Gonçalves, entre outros.

Quanto aos métodos de análise, José Maria da Silva e Emerson Sena da Silveira mencionam que estes estão relacionados aos princípios e procedimentos aplicados na construção do saber. Eles têm variações, dependendo do tipo de ciência ou área a que pertencem: ciências naturais, sociais e humanas ou exatas. Entretanto, é difícil que uma pesquisa fique atrelada a um único método, sendo necessário lançar mão de vários métodos, desde que se respeite uma ordem e uma lógica.

Referente ao pluralismo metodológico mencionado, Paul Fayerabend acrescenta que:

[...] a unanimidade de opinião pode ser adequada para uma igreja rígida, para as vítimas assustadas ou ambiciosas de algum mito (antigo ou moderno), ou para os fracos e voluntários seguidores de algum tirano. A variedade de opiniões é necessária para o conhecimento objetivo. E um método que estimula a variedade é também o único método compatível com uma perspectiva humanitarista [...]. (FAYERABEND, 2007. p.60).

O mesmo autor coloca, quando faz referência ao pluralismo de teorias e concepções metafísicas, que não é apenas importante para a metodologia; é, também, parte essencial de uma perspectiva humanitarista. Salienta que educadores progressistas têm sempre tentado desenvolver a individualidade de seus discípulos e fazer florescer os talentos e as crenças específicos, e por vezes únicos, de uma criança. Uma educação desse tipo, contudo, tem com muita frequência dado a impressão de ser fútil exercício de sonhar acordado.

Salientam-se ainda os argumentos elaborados pelo autor, que questiona:

[...] não é necessário preparar os jovens para a vida como ela realmente é? Não significa isso que eles têm de aprender um conjunto particular de concepções, a ponto de excluir tudo o mais? E, caso um vestígio de sua imaginação ainda permaneça, não encontrara aplicação apropriada nas artes ou em um tênue domínio de sonhos que tem pouco a ver com o mundo no qual vivemos? Não levará esse procedimento, no final, a uma divisão entre uma realidade odiada e fantasias bem-vindas, entre a ciência e as artes, entre descrição cuidadosa e auto-expressão irrestrita? O argumento em favor da proliferação mostra que isso não precisa ocorrer. É possível conservar o que se poderia chamar de liberdade de criação

artística e usá-la na íntegra não somente como via de escape, mas como meio necessário para descobrir, e talvez mesmo modificar, os traços do mundo em que vivemos. Essa coincidência da parte (o indivíduo) com o todo (o mundo em que vivemos), do puramente subjetivo e arbitrário com o objetivo e governado por regras, é um dos argumentos mais importantes em favor de uma metodologia pluralista. (FAYERABEND, 2007. p.69).

Para aprofundar o pensamento anarquista de Fayerabend salienta-se o seu posicionamento em relação à ciência e aos procedimentos científicos. O autor defende dois pontos de vista. O primeiro, que a ciência pode ser auto-suficiente e não precisa de nenhum suporte de racionalistas, humanistas seculares, marxistas e movimentos religiosos semelhantes. O segundo, que culturas, procedimentos e pressupostos não científicos também podem ser auto-suficientes e deveria ser-lhes permitido fazê-lo, se tal é o desejo de seus representantes. Os cientistas podem tirar proveito de uma educação filosófica, mesmo que a sociedade não tire proveito das ciências. Em uma sociedade democrática é preciso que haja uma separação entre Estado e ciência da mesma forma que há uma separação entre Estado e instituições religiosas; e a ciência deveria ser ensinada como uma concepção entre muitas. Não há nada na natureza da ciência que exclua tais arranjos institucionais.

Na mesma linha de argumentação de Fayerabend, cabe a indagação e a justificativa de Josué de Castro (2005, p.9-10) para a sua obra: *homens e caranguejos*:

[...] será mesmo este livro um romance? Ou não será mais um livro de memórias? Talvez, sob certos aspectos, uma autobiografia?

Não sei. Tudo o que eu sei é que, neste livro, se conta a história de uma vida diante do espetáculo multiforme da vida. A história da vida de um menino pobre abrindo os olhos para o espetáculo do mundo, numa paisagem que é, toda ela, um braço do mar – um longo braço de um mar de miséria.

O tema deste livro é a história da descoberta que da fome fiz nos meus anos de infância, nos alagados da cidade de Recife, onde convivi com os afogados deste mar de miséria. Procuo mostrar neste livro de ficção que não foi na Sorbonne, nem em qualquer outra universidade sábia, que travei conhecimento com o fenômeno da fome. O fenômeno se revelou espontaneamente a meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis da cidade do Recife: Afogados, Pina, Santo Amaro, Ilha do Leite. Esta é que foi a minha Sorbonne: a lama dos mangues do Recife, fervilhando de caranguejos e povoada de seres humanos feitos de carne de caranguejo, pensando e sentindo como caranguejos. Seres anfíbios – habitantes da terra e da água, meio homens e meio bichos. Alimentados na infância com caldo de caranguejo: este leite de lama.

Seres humanos que se faziam assim irmãos de leite dos caranguejos. Que aprendiam a engatinhar e a andar com os caranguejos da lama e que depois de terem bebido na infância este leite de lama, de se terem enlambuzado com o caldo grosso da lama dos mangues, de se terem impregnado do seu cheiro de terra podre e de maresia, nunca mais se podiam libertar desta crosta de lama que os tornava tão parecidos com os caranguejos, seus irmãos, com suas duras carapaças também enlambuzadas de lama.

Para enfatizar a questão do método, salientam-se as idéias que resumidamente José Maria da Silva e Emerson Sena da Silveira (2007) enumeram e classificam em método de abordagem² e método de procedimento³.

Referente ao método de abordagem e ao método de procedimento, Marina de Andrade Marconi & Eva Maria Lakatos (2007) enfatizam que todas as ciências caracterizam-se pela utilização de métodos científicos; mas nem todos os ramos de estudo que os empregam são ciências. Conclui-se que a utilização de métodos científicos não é da alçada exclusiva da ciência, mas não existe ciência sem o empregar métodos científicos.

Destacam ainda as autoras que a finalidade da atividade científica é a obtenção da verdade, por intermédio da comprovação de hipóteses que, por sua vez, são ponte entre a observação da realidade e a teoria científica, que explica a realidade. O método é o conjunto de atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

No que tange à ciência, Antonio Carlos Gil (2009) explica que a mesma não se distingue das outras formas de conhecimento e tem como principal objetivo chegar à veracidade dos fatos. O que distingue o conhecimento científico dos demais é que este se fundamenta na verificabilidade.

² Segundo os autores Silva e Silveira (2007, p.146), “o método de abordagem corresponde aos seguintes métodos: método indutivo: parte-se dos dados particulares, para se chegar aos princípios universais; método dedutivo: parte-se de premissas gerais, para se confrontarem os dados particulares; método dialético: princípio da contradição, da mudança qualitativa, da ação recíproca e da conexão universal; e, o método hipotético-dedutivo: raciocínio lógico ponderado por hipóteses”.

³ De acordo com Silva e Silveira (2007, p.146) “o método de procedimento refere-se aos seguintes métodos: método estatístico: quantificação dos fenômenos, para se extraírem as análises; método funcionalista: função dos elementos, busca da harmonia; método comparativo: comparação de estruturas, realidades etc.; método fenomenológico; método experimental: realizam-se experiências, organizadas geralmente por grupos de controle, com a finalidade de se obterem dados, para se chegar a proposições gerais; e, o método estruturalista: delineamento de estruturas subjacentes”.

Segundo Gil (2009, p.8) [...] para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação.

Sendo assim, Gil (2009, p.8) define método “como o caminho para se chegar a determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”.

Dentre a gama de métodos existentes, Gil (2009), de forma didática, classifica-os em dois grandes grupos: o dos que proporcionam as bases lógicas da investigação científica e o dos que esclarecem acerca dos procedimentos técnicos que poderão ser utilizados. De acordo com Gil (2009, p.8-9) a classificação desses métodos [...] apresenta semelhanças com a de Trujillo Ferrari, que trata dos métodos gerais e discretos e a de Lakatos, que fala em métodos de abordagem e em métodos de procedimentos.

Os métodos, segundo Gil (2009, p.8-9)

[...] São, pois, métodos desenvolvidos a partir de elevado grau de abstração, que possibilitam ao pesquisador decidir acerca do alcance de sua investigação, das regras de explicação dos fatos e da validade de suas generalizações.

Podem ser incluídos neste grupo os métodos: dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico. Cada um deles vincula-se a uma das correntes filosóficas que se propõem explicar como se processa o conhecimento da realidade. O método dedutivo relaciona-se ao racionalismo, o indutivo ao empirismo, o hipotético-dedutivo ao neopositivismo, o dialético ao materialismo dialético e o fenomenológico, naturalmente, à fenomenologia.

O método de abordagem principal que norteará e fornecerá subsídio à investigação científica do trabalho proposto será o materialismo histórico e dialético, compreendido por muitos como “marxismo”. A dialética trabalha com as contradições, inerentes às ações humanas, valorizando em sua abordagem quantidades e qualidades.

De acordo com Maria Cecília de Souza Minayo (2010), trata-se de um método que propõe a abordagem dialética que busca analisar os contextos históricos, as determinações sócio-econômicas, as relações sociais de produção e de dominação, visando compreender as representações sociais dos fenômenos.

Segundo Gil (2009, p.13), “o materialismo dialético pode ser entendido como um método de interpretação da realidade, que se fundamenta em três grandes princípios”⁴: a unidade dos opostos; quantidade e qualidade; e negação da negação.

Referente às colocações de Gil sobre os três princípios do materialismo dialético, faz-se necessário citar as colocações de Marina de Andrade Marconi & Eva Maria Lakatos (2007, p.83):

Os diferentes autores que interpretaram a dialética materialista não estão de acordo quanto ao número de leis fundamentais do método dialético: alguns apontam três e outros, quatro. Quanto à denominação e à ordem de apresentação também variam. Numa tentativa de unificação, diríamos que as quatro leis fundamentais são:

a) ação recíproca, unidade polar ou “tudo se relaciona”; b) mudança dialética, negação da negação ou “tudo se transforma”; c) passagem da quantidade à qualidade ou mudança qualitativa; d) interpretação dos contrários, contradição ou luta dos contrários.

O outro método a ser utilizado é o comparativo, considerado por Marina de Andrade Marconi & Eva Maria Lakatos (2007) como método de procedimento. As autoras consideram que o estudo das semelhanças e diferenças entre diversos tipos de grupos, sociedade ou povos contribuiu para uma melhor compreensão do comportamento humano. Este método realiza comparações com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências. O método comparativo é usado tanto para comparações de grupos no presente, no passado, ou entre os existentes e os do passado, quanto entre sociedades de iguais ou de diferentes estágios de desenvolvimento. Este método pode ser utilizado em todas as fases e níveis de investigação: seja num estudo descritivo; na construção de tipologias, e, em termos de explicação, pode apontar vínculos causais, entre os fatores presentes e ausentes.

Quanto à metodologia, será utilizada a quantitativa e qualitativa. A pesquisa quantitativa é referenciada pela coleta e sistematização de dados secundários,

⁴ a) A unidade dos opostos. Todos os objetos e fenômenos apresentam aspectos contraditórios, que são organicamente unidos e constituem a indissolúvel unidade dos opostos. Os opostos não se apresentam simplesmente lado a lado, mas num estado constante de luta entre si. A luta dos opostos constitui a fonte do desenvolvimento da realidade. b) Quantidade e qualidade. Quantidade e qualidade são características imanentes a todos os objetos e fenômenos e estão inter-relacionados. No processo de desenvolvimento, as mudanças quantitativas graduais geram mudanças qualitativas e essa transformação opera-se por saltos. c) Negação da negação. A mudança nega o que é mudado e o resultado, por sua vez, é negado, mas esta segunda negação conduz a um desenvolvimento e não a um retorno ao que era antes.

ênfatizando o comportamento dos dados sócio-econômicos ligados ao setor agrário. A pesquisa qualitativa, segundo Marconi & Lakatos (2007), preocupa-se em analisar, interpretar e descrever a complexidade do comportamento humano. Dá subsídio para análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamentos. Esta teve como base as entrevistas semi-estruturadas aplicadas aos trabalhadores rurais durante as visitas técnicas (investigação de campo), sendo as perguntas do questionário abertas.

No que tange à investigação de campo, Ruth Marilda Fricke (2005, p.96) menciona que “tem um aporte de riqueza informativa quando busca dos dados qualitativos, em geral, inseridos no instrumento de investigação em forma de questões abertas”. Acrescenta a autora que o tratamento das questões abertas é denominado de Análise de Classificação Múltipla, e que através deste obtém uma riqueza de detalhes, potencializando, assim, o debate dos dados coletados.

De acordo com Fricke, a Análise de Classificação Múltipla aplica-se ao tratamento de “falas”, respostas às questões abertas de tipo argumentativo e referencial. Aproveitam-se todos os argumentos e idéias expressas pelo entrevistado.

[...] É impróprio fazer uma seleção nos textos argumentativos, pois o pesquisador se apropria de uma fala que não é a sua e, por isso mesmo, não tem domínio sobre as prioridades argumentativas (FRICKE, 2005. p.100).

Neste método de análise, a significação dada pelo pesquisador faz-se presente, através de interpretação do argumento, que conduz à elaboração de palavras chaves. O que não está presente é a sua priorização para os argumentos, que irão sobressair espontaneamente durante a análise dos argumentos e idéias utilizadas nas respostas do questionário. Mesmo as questões do questionário sendo abertas, pode-se verificar que os argumentos e idéias se repetem durante a análise, e esta repetição delinea as prioridades.

O método de Análise de Classificação Múltipla é composto segundo Fricke (2005) das seguintes etapas: Planilha de resultados e argumentos síntese, conceituação dos argumentos como categorias de análise, Tabela de Presença/Ausência dos argumentos por ordem de repetibilidade e gráfico com a

proporção de presença dos argumentos, seguindo-se o debate por argumento que será confrontado com autores referenciais.

Pode se dizer que a Análise de Classificação Múltipla contribui com a pesquisa ao respeitar a fala dos entrevistados e não subestimar nem ignorar os argumentos e idéias expressas pelo entrevistado.

Segundo Fricke (2005, p.106), “a grande contribuição deste método é a de poder considerar todos os argumentos e, inclusive, considerar ‘falas’ sob mais de uma ótica”. Acrescenta a autora que “a simplicidade do tratamento contribui para a descomplicação do tratamento das questões abertas”.

De forma geral os autores Silva & Silveira (2007) deixam claro que a pesquisa qualitativa é caracterizada como compreensiva, holística, ecológica, humanista, bem adaptada para a análise minuciosa da complexidade, próxima das lógicas reais, sensível ao contexto no qual ocorrem os eventos estudados, atenta aos fenômenos de exclusão e de marginalização.

Marconi & Lakatos (2007) ponderam sobre a pesquisa qualitativa e o pesquisador.

Na pesquisa qualitativa, primeiramente faz a coleta dos dados a fim de poder elaborar a “teoria de base”, ou seja, o conjunto de conceitos, princípios e significados. O esquema conceitual pode ser uma teoria elaborada, com um ou mais constructos. Desse modo, faz-se necessário correlacionar a pesquisa com o universo teórico. (MARCONI; LAKATOS, 2007. p.272).

Quanto à *Entrevista Semi-Estruturada*, Marconi & Lakatos (2007) mencionam que o entrevistador tem a liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais a questão.

Estes são os métodos e as metodologias que norteiam todo o desenvolvimento da pesquisa.

2. HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DE MINAS GERAIS, ZONA DA MATA MINEIRA E DE VISCONDE DO RIO BRANCO

2.1 - Histórico da ocupação de Minas Gerais e da Zona da Mata Mineira

Os índios eram antigamente senhores de todas essas terras auríferas da província; foram, porém, cedo e quase por toda a parte expulsos delas pelos imigrantes sequiosos de ouro. Aqueles que ainda se achavam em Minas Gerais pouco a pouco se foram retirando para as impenetráveis matas virgens que revestem a Serra do Mar ao longo da costa, numa extensão de trinta a cinquenta léguas, terras adentro. São especialmente as tribos dos Coroados, Coropós, Puris, Botocudos (Aimorés)⁵, Macuanis, Malalis, Panhames, Menhames, Paraíbas (Goitacás). (SPIX; MARTIUS, 1976. p.187).

Para traçar um histórico da ocupação da Zona da Mata Mineira e do município de Visconde do Rio Branco e adjacências, cabe dar um panorama geral da Província de Minas Gerais logo após a descoberta do ouro em 1690 considerando a questão indígena.

No Brasil-colônia, o ouro foi descoberto em áreas afastadas e pouco povoadas, em um período em que a população do país, não computando os indígenas, era superior a 300.000 habitantes.

Segundo o historiador econômico Roberto Cochrane Simonsen (1978, p.271):

[...] População insuficiente, zonas de difícil acesso e sem recursos alimentares, aparelhamento técnico rudimentar, caracterizam a era de nossos primeiros descobertos. Tal foi, porém, a fascinação que a notícia de fortuna rápida de alguns produziu nos espíritos da época, que decorrido os primeiros 25 anos, já se concentrava no centro-sul da colônia e regiões praticamente inabitadas, um número correspondente a mais de 50% dos habitantes existentes no país, em 1700.

Ainda de acordo com o autor, os problemas de acesso e de abastecimento obrigaram a abertura das primeiras estradas para o sertão, tornando-se insuficientes os caminhos abertos pelos colonizadores ou as trilhas feitas pelos índios.

⁵ De acordo com Spix e Martius (1976, p.187) "os mais irrequietos e perigosos índios de Minas são antropófagos Botocudos, que ocupam particularmente a margem do baixo Rio Doce".

Considerando-se os meios primitivos de transportes e a deficiência da população, assim como o pequeno número de habitantes da capitania de São Paulo, forçoso é reconhecer que foi notável, para a época, a corrida de gente para as minas descobertas pelos paulistas. Gerou esse afluxo complexos problemas de alimentação, de ordem administrativa, de que nos dão pormenorizadas notícias as crônicas do tempo, as cartas régias, os bandos dos governadores e os arquivos públicos. (SIMONSEN, 1978. p.271).

Quanto ao contexto descrito por Simonsen, cabe mencionar outro autor que retrata o mesmo cenário. De acordo com Eduardo Frieiro (1982, p.53), no início do povoamento das Minas Gerais. [...] – Fartura de ouro e penúria de alimentos. – O bicho da taquara. – Fome de gêneros. Preços altos. A mandioca e o milho. O gado bovino. – A quem aproveitou o ouro?

Frieiro (1982) esclarece que no período inicial da ocupação do sertão, a população de Minas Gerais não conheceu a fartura de alimentação. A comida dos paulistas que penetravam no interior do país à procura de índios e metais preciosos era das mais pobres, excetuada a dos que possuíam recursos. O milho e a mandioca eram os alimentos básicos da população, mesmo assim, as plantações de mandioca eram insuficientes e na canjica se dispensava o sal, porque este ingrediente não era acessível para todos.

Acrescenta o autor que nas incursões os aventureiros paulistas, reunidos em bandeiras, se alimentavam com o que estava disponível destacando todo gênero de caças – antas, veados, capivaras, macacos, quatis, onças, cervos e aves – e muitas vezes cobras, lagartos, formigas, bichos que se criam em taquaras e paus podres, entre outros. Além das caças, serviam-se ainda de mel de abelhas, porcos, palmitos de várias espécies e grelo da samambaia, carás de mato, raízes de pau e outras variedades que encontravam e utilizavam à medida que se tornava necessário. Não faltava o peixe porque traziam anzóis e linhas. Esses peixes quando pequenos eram cozidos em taquaras; quando maiores, assados.

Este cenário agravou-se, segundo Frieiro (1982, p.54), pelo seguinte motivo:

Pouco depois de 1690 descobrem-se no Riacho Tripuí, os primeiros granitos de aço, logo reconhecido como finíssimo ouro. Outros *placers* auríferos surgem em diferentes partes do território denominado das Minas Gerais. O ouro borbota à flor dos ribeiros. Propaga-se rapidamente a notícia por todos os recantos do Brasil e de Portugal. Começa o grande *rush*. Acorrem aventureiros de toda

condição, homens e mulheres, moços e velhos, brancos, pardos, pretos, nobres e plebeus, seculares, clérigos e religiosos de diferentes institutos, espicaçados todos pelo afã de enriquecer depressa, sem cuidar das asperezas dos caminhos e da dureza dos trabalhos e perigos que tinham de enfrentar. Largam tudo, vendem seus bens (se os possuem), abandonam mulher e filhos, interrompem seus noivados. Se a partida é um drama, o transcurso da viagem será outro, penosíssimo, talvez mortal. Em pouco, mais de trinta mil almas se afadigam, umas em catar nos córregos e outras em negociar, vendendo ou comprando o que era de mister para o mantimento ou regalo da afluyente população.

Acrescenta Frieiro (2008) que era mais difícil alimentar os mineiros do que propriamente descobrir o ouro. Pouco se cultivava e os produtos oriundos da roça eram escassos e caros.

A descoberta do ouro gerou não só um problema de abastecimento, como uma forte corrida migratória para a região aurífera, causando também a desestruturação de outras regiões, inclusive a região açucareira, configurando o que alguns historiadores-econômicos e geógrafos chamam de “perdas econômicas e demográficas”. Nesta perspectiva, segundo Mafalda P. Zemella (1990, p. 45-46),

Lançado o grito de descoberta do ouro, desencadeou-se para os sertões das Gerais uma corrente imigratória que tem poucos paralelos na história da humanidade. [...] milhares de pessoas abandonaram a velha região da cana-de-açúcar e dos engenhos, indo disputar um lugar nas lavras auríferas.

Em todos os cantos e províncias do Brasil, ecoou a notícia da descoberta do ouro, e em toda parte o sistema demográfico sofreu profundas convulsões, em virtude da corrida para as minas.

Porém o grito de descoberta foi ouvido ainda mais longe: na outra margem do Atlântico! Acorreram para as minas ultramarinos aos milhares, ávidos de fortuna fácil. E não apenas portugueses, mas também indivíduos de outras nacionalidades, irmanados todos pela mesma fome de ouro.

Referente ao abastecimento da região mineradora, Zemella (1990) destaca que com a descoberta do ouro as vilas da Província de São Paulo não supriam as necessidades dos mineradores da Província de Minas Gerais. O aumento da especulação em torno do ouro fez com que tudo que houvesse para atender as próprias vilas de São Paulo fosse levado para as Minas. Isso trouxe como consequência a alta dos preços, a escassez de mantimentos e carência de gêneros alimentares em todo o Planalto. Neste local foi sacrificado o próprio abastecimento para mandar às minas boiadas, toucinho, aguardente, açúcar, panos, calçados,

drogas e remédios, trigo, algodão, enxadas, e artigos importados como o sal, armas, azeite, vinagre, vinho, aguardente do reino, etc...

A situação tornou-se tão precária para a vila de São Paulo que a Câmara Municipal deliberou, em janeiro de 1705, que nenhuma pessoa vendesse artigo algum de subsistência para fora da região, tanto a farinha de mandioca, o trigo, o feijão, o milho, quanto o toucinho e o gado.

Com o aumento na demanda por alimentos nas Minas Gerais houve uma migração dos habitantes paulistas para outras áreas como os férteis campos de Curitiba e Paranaguá, com o objetivo de abrir fazendas de criação de gado, prevendo que os mercadores das Gerais nunca se saciavam de carne e animais de montaria ou tração. Não podendo fornecer animais suficientes para atender o trabalho das lavras e o transporte do ouro, foram buscá-lo nas planícies do Rio Grande do Sul e Uruguai.

Em relação ao incentivo a ocupação da região mineradora Zemella (1990, p.47) menciona que “a preocupação de facilitar acesso às minas e de incrementar o povoamento não era desinteressada. Visava apenas aumentar a produção do ouro e, com isso, auferir mais quintos⁶. Era uma política fiscal e não social”. Neste contexto salienta-se a importância atribuída à alimentação dos mineradores em detrimento dos índios e escravos que não compartilhavam os gêneros alimentares oriundos de outros lugares do país.

Quanto ao contexto alimentar dos indígenas e dos escravos, explica Frieiro (1982, p.55):

Comer o “bicho da taquara” era um hábito alimentar do nosso gentio, que muito apreciava esse gusano, como nos refere o Padre Anchieta nas suas *Cartas*, publicadas pela Academia Brasileira de Letras: “Nascem entre as taquaras certos bichos roliços e compridos, todos brancos, da grossura de um dedo, aos quais os índios chamam *raú*, e costumam comer assados e torrados. Há-os em tão grande porção, indistintamente amontoados, que fazem com eles um guisado que em nada difere da carne de porco estufada...”

Os escravos, esses, vivendo em condições infra-humanas, andrajosos e seminus, eram os que mais sofriam com a pobreza da alimentação. Na pinga e no tabaco buscavam compensar de algum modo as insatisfações do estômago e mitigar as agruras do rude

⁶ O quinto consistia na determinação de que a quinta parte de todos os metais extraídos devia pertencer ao rei. O quinto do ouro era deduzido do ouro em pó ou em pepitas levado às casas de fundição.

trabalho das lavras, onde permaneciam de sol a sol, com o corpo metido até a cintura nos ribeiros, manejando a bateia.

Segundo Frieiro (1982, p.57), “na Vila Rica e arredores, a gente não cuidava de plantar o indispensável à alimentação, ocupada unicamente em minerar e outros misteres menos trabalhosos”. Acrescenta ainda que, a escassez de alimentos se prolongou durante o período colonial tanto no território mineiro como na região açucareira. Os governadores incentivavam os lavradores a plantar não só mandioca, mas feijão e milho, para abastecer os povos, suprimindo a crise de artigos de subsistência.

A mandioca era o principal elemento de sustento das populações, seguido do milho, elemento básico na preparação de pipocas, curaus, pamonhas, farinha, cuscuz, biscoitos, broas, bolos, cerveja de milho, aguardente e canjica. O fubá servia principalmente para fazer o angu dos negros, cozido em grandes quantidades em tachos de água quente.

As novas e mais ricas ocorrências de ouro suscitam outras entradas e aventureiros. De acordo com Frieiro (1982, p.58) [...] pouco a pouco se regula o abastecimento do território mineiro. Desaparecia o perigo da fome, mas tudo se vendia por preços altíssimos.

Antonil-Andreoni (apud FRIEIRO, 1982. p.58) [...] dá em sua monografia alguns dados comparativos entre o preço de determinados artigos de consumo em São Paulo e nas minas de ouro, pelo ano de 1703. Assim, um alqueire de farinha que em São Paulo custava 640 rs., nas minas valia 43.000 rs.; uma libra de açúcar, 120 rs. em São Paulo e 1.200 nas minas; uma galinha lá 160 rs., aqui 4.000 rs.; um boi de corte, lá 2.000 rs., aqui 120.000; um escravo negro que na costa valia 85 em 100 mil reis, nas minas se negociava pelo triplo e até pelo sêxtuplo. E o mais nessa proporção.

Por causa da alta nos preços dos alimentos na região mineradora ocorre uma especulação em relação à venda dos alimentos, ficando visível o desguarnecimento de produtos em outras localidades.

Neste contexto, Frieiro (1982, p.58) tece a seguinte pergunta: “A quem aproveitou a tão apregoada e sem dúvida muito exagerada opulência das Minas Gerais?” Encarrega-se o próprio autor de responder:

Ficou aqui muito pouca riqueza. Alguns potentados paulistas e reinóis angariaram grandes cabedais, vivendo com pompa e ostentação; mas, pelo geral, o ganho dos que labutavam nas lavras escorria quase todo para unhas dos mercadores de gêneros, escravos, panos e bugigangas, interessados na elevação exagerada dos preços. Nestes negócios se empenhavam sobretudo os portugueses, que tentavam monopolizar a venda da aguardente, do fumo e do corte da carne de vaca, enriqueciam em poucos anos e logo se passavam ao Reino, onde levavam vida regalada.

Também não aproveitou muito à Metrópole. O ouro foi drenado para a manufatureira Inglaterra, e segundo a opinião de alguns historiadores teria originado naquele país a revolução industrial, nem mais nem menos que a era do maquinismo. Por toda a parte, ainda em nossos dias, se observa cavernas e socavões, “donde se há tirado imensidade de ouro, mãe do luxo, que enfraquece o Estado, enriquecendo as nações estrangeiras” como dizia Aires de Casal. (FRIEIRO, 1982. p.58-59).

Este cenário vai perdurar durante o apogeu do ouro, que segundo Simonsen (1978) vai de 1735 a 1766, mas já apresentando indícios de declínio a partir de 1760, conforme dados do Quadro 1.

QUADRO 1 - PRODUÇÃO DE OURO NA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS			
	NÚMERO DE ANOS	TOTAL KG	MÉDIA ANUAL KG
1691 – 1700	10	15.000	1.500
1701 – 1720	20	55.000	2.750
1721 – 1740	20	177.000	8.850
1741 – 1760	20	292.000	14.600
1761 – 1780	20	207.000	10.350
1781 – 1800	20	109.000	5.450
1801 – 1810	10	37.500	3.750
1811 – 1820	10	17.600	1.760
1821 – 1830	10	22.000	2.200
1831 – 1840	10	30.000	3.000
1841 – 1850	10	24.000	2.400

Fonte: SIMONSEN, 1978. p.298.

Organização: SIMONCINI, João Batista Villas Boas. Jul. 2010.

Conseqüentemente, com a decadência⁷ da atividade mineradora, verifica-se uma mudança significativa e uma nova dinâmica econômica e demográfica na

⁷ Referente ao termo “decadência” utilizado por Simonsen há de se destacar que, para a historiografia mineira, principalmente para os revisionistas como Angelo Alves Carrara, Carla Almeida dentre outros, os quais defendem a idéia de uma crise de produção (técnica de extração do ouro), não

Província de Minas Gerais. Com o fim da fase do ouro na região das minas, outras atividades que existiam em pequenas proporções surgirão de forma mais expressiva no território mineiro, sendo a maioria delas ligadas à agricultura.

[...] Depois que as minas de ouro começaram a se esgotar e a liberdade de comércio passou a dar maior valor aos produtos coloniais, os chefes de família voltaram as vistas para a agricultura e se pode esperar ver multiplicarem-se, dentro em breve, os habitantes nas vastas matas que margeiam a parte dos caminhos de Vila Rica mais próxima do Rio de Janeiro. (SAINT-HILAIRE, 1975. p.40)

Consolidando a citação anterior, cabe mencionar o panorama geral da Província das Minas traçado por Auguste de Saint-Hilaire (1975, p.46-47) que relaciona não somente as riquezas minerais, mas também a agricultura.

A Província das Minas apresenta aproximadamente a forma de um quadrilátero. Com já tive ocasião de dizê-lo, é ela dividida em porções muito desiguais por uma longa cadeia de montanhas que se estende do sul ao norte, e são matas que cobrem o lado oriental, enquanto que a parte ocidental não apresenta, geralmente, senão pastagens. Esta última é ela própria dividida, em quase todo o comprimento, pelo Rio S. Francisco, rio majestoso, navegável em imensa extensão. Outros rios, o Rio Doce, o Jequitinhonha e o Rio Grande, oferecerão um dia os mais úteis meios de transporte à Província das Minas, que é ainda regada por uma multidão incrível de rios e regatos. Não só essa província é rica por seus diamantes e pedras preciosas, minas de ouro, ferro, chumbo, etc., como também pelas suas goradas pastagens, belas florestas e fértil território, que, segundo os lugares e altitudes, pode produzir a vidreira, a cana-de-açúcar e o café; o cânhamo e o algodão; a mandioca, o trigo e o centeio; mangas, pêssegos, figos e bananas. Se existe alguma região que possa dispensar o resto do mundo, será certamente a Província das Minas, quando seus inúmeros recursos forem explorados por uma população mais densa.

A que hoje em dia (1817 a 1818) se dissemina por este vasto território, não se eleva a mais de 500.000 indivíduos⁸, o que dá a média de 10 para cada légua quadrada; e, assim, a população da

significou uma decadência da economia mineira. Os capitais acumulados com a mineração passaram a ser investidos na produção de gêneros destinados ao mercado interno e à praça mercantil do Rio de Janeiro. Sobre o mercado interno ver: João Fragoso e Manolo Florentino.

⁸ Segundo Pizarro (apud SAINT-HILAIRE, 1975. p.47), a população de Minas Gerais se elevava, em 1776, a 319.769 indivíduos. Em 1808, montava, segundo Eschwege, a 433.049. Em 1813, o número dos comungantes da diocese de Mariana subia, segundo o Patriota citado por Southey, a 425.281, e esta diocese contém, diz o historiador inglês, dois terços da população da província. O *Correio Brasiliense*, provavelmente mais exato, não elevava esse número a mais de 390.685 para o ano de 1816 (Southey) Pizarro diz que, excetuando a população de Minas Novas, orçada por ele em 27.000 indivíduos, a de Minas Gerais atingia, em 1817, a 397.685. Martius e Spix, finalmente, indicam os algarismos na obra de Pizarro. Se, pois, esta última avaliação e a do ano de 1776 são exatas, resulta que, em um lapso de quarenta e quatro anos, a população da Província de Minas quase que dobrou.

Província das Minas é, por léguas quadrada, cerca de 110 vezes menor que a da França. A metade dessa população se compõe de escravos; os mulatos livres ou privados de liberdade constituem quase um terço; os negros livres ou escravos cerca de dois quintos, e os brancos pouco menos da quarta parte⁹.

A nova perspectiva econômica para a província de Minas Gerais pós-crise da mineração é estabelecida através da agricultura, que até então funcionava apenas como atividade periférica, contribuindo precariamente para o abastecimento da região mineradora.

A divisão municipal na Zona da Mata Mineira é explicada pelo historiador Ângelo Alves Carrara no Quadro 2.

QUADRO 2 - DESDOBRAMENTO HISTÓRICO DA DIVISÃO MUNICIPAL ATÉ 1910			
Esquema genealógico	Designação atual	Criação	Instalação
Vila do Carmo	Mariana	08.04.1711	05.07.1711
São Manuel do Pomba	Rio Pomba	13.10.1831	25.08.1831
São João Batista do Presídio	Visconde do Rio Branco ¹	16.03.1839	21.09.1839
São Januário de Ubá	Ubá ²	17.06.1853	12.05.1854
Santa Rita do Turvo	Viçosa	30.09.1871	2.01.1873
São Paulo do Muriaé	Muriaé ³	16.05.1855	30.09.1861
Santa Luzia do Carangola	Carangola	12.11.1878	07.01.1882
São Manuel	Eugenópolis	09.03.1891	03.05.1891
São João Nepomuceno	id. ⁴	01.04.1841	30.11.1880
Nossa Senhora das Mercês do Mar de Espanha	Mar de Espanha	10.09.1851	03.11.1851
São Sebastião da Leopoldina	Leopoldina	07.04.1854	20.01.1855
Cataguases	id.	25.11.1875	08.09.1877
São Francisco de Assis do Capivara	Palma	23.12.1890	01.04.1891
São José d'Além Paraíba	Além Paraíba	30.11.1880	22.01.1882
Espírito Santo do Mar de Espanha	Guarará	05.12.1890	01.02.1891
Nossa Senhora da Conceição do Rio Novo	Rio Novo	13.09.1870	04.06.1871
São Sebastião da Ponte Nova	Ponte Nova	11.06.1857	26.04.1863
Manhuaçu	id.	05.11.1877	03.10.1880
Caratinga	id.	06.02.1890	12.05.1892
Abre Campo	id.	27.07.1889	29.03.1890
Barbacena	id.	14.08.1791	03.09.1791
Rio Preto	id. ⁵	15.04.1844	-
Santo Antônio do Paraibuna	Juiz de Fora	31.05.1850	07.04.1853

1. município suprimido em 17.06.1853, estabelecido em 22.07.1868, novamente suprimido em 30.03.1871, restabelecido em 22.09.1881, e instalado definitivamente em 28.09.1882;

2. suprimido em 22.07.1868, restabelecido em 30.03.1871;

3. suprimido em 06.07.1859, transferida a sede para patrocínio, novamente transferida a sede para Muriaé em 30.09.1861;

4. suprimido em 09.10.1851, restabelecido em 31.07.1868, novamente suprimido em 13.09.1870 (transferida a sede para Rio Novo) e restabelecido em 30.11.1880. Cf. **RAPM**, 4:569-73;

5. suprimido em 12.03.1846, restabelecido em 31.05.1850, suprimido em 27.04.1854, restabelecido em 11.07.1857, suprimido em 27.07.1857 e restabelecido definitivamente em 13.09.1870.

Fonte: MINAS GERAIS. Secretaria da Agricultura. **Anuário demográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1928. p.26-28.

⁹ Sigo aqui as proporções indicadas por Eschwege; mas, se elas apresentam alguma inexatidão, deverá ser no número de mulatos e negros escravos, número que os proprietários são, indubitavelmente, mais levados a diminuir do que a aumentar. (SAINT-HILAIRE, 1975. p.47).

De acordo com os estudos de Carrara (1993), em 1831 foi criada a primeira vila da região, São Manuel do Pomba, iniciando-se o exercício institucionalmente organizado do poder local, possibilitando a formação de uma elite política municipal.

Aos membros das Câmaras Municipais, Carrara (1993, p.46) explica que a estes “cabiam certas rotinas administrativas e políticas básicas: controle das receitas (o mais das vezes muito parcas durante o Império), e distribuição das despesas, organização de eleições, relações com os órgãos do poder provincial e central”. Acrescenta que as vinculações partidárias, pessoais, parentais dos vereadores e juizes de paz com o poder provincial e imperial, com os membros da sociedade local, que se representavam na condição de votantes e eleitores. Estes vínculos eram determinantes no jogo político.

No que tange à Zona da Mata mineira como um todo, Carrara (1993), ao estudá-la em profundidade, afirma que tal região era constituída de três sub-regiões:

a. ao sul, na divisa com o estado do Rio de Janeiro, os municípios de Juiz de Fora, Mar de Espanha e Leopoldina caracterizavam-se pelas propriedades fundiárias maiores, com grande número de escravos, e produção extensiva de café; apesar de, em seu conjunto, não ser a primeira região a ser ocupada pelos migrantes originários dos núcleos mineradores do centro da Província, foi a primeira a ser ocupada de forma extensiva e com o objetivo imediato de estabelecimento de empresas agrícolas voltadas para a exportação de café, nos mesmos moldes do que na mesma época estava ocorrendo no vale do Paraíba fluminense e paulista.

b. na região central, que compreendia os municípios de Rio Pomba, Ubá, Viçosa e Muriaé (a área original dos aldeamentos indígenas do final do século XVIII e início do XIX), a estrutura fundiária era mais parcelada, o número de escravos era comparativamente bem menor, e a diversificação das atividades econômicas era acentuada; a ocupação das terras pelos migrantes do centro da Província iniciou-se a partir do último quartel do século XVIII, e obedeceu a um padrão característico desse período na maior parte das regiões da então Capitania de Minas, isto é, o do estabelecimento de unidades agrícolas de tipo camponês. Este padrão não foi alterado pelo processo de sedentarização dos grupos indígenas aldeados nessa sub-região.

c. ao norte, haveria uma terceira sub-região, cujas características fundiárias e demográficas a aproximavam da parte central, e tardiamente veio a participar da cafeicultura de exportação. Compreendia os municípios de Ponte Nova e Manhuaçu.

Menos pelo fato de ser a última região de fronteira a se integrar ao complexo agroexportador, tomo como diferença em relação às demais, contudo, a ausência de lideranças políticas de expressão nacional ou mesmo regional no Império e nos princípios da Primeira República.

Na sub-região da Zona da Mata Central, localiza-se o município de Visconde do Rio Branco – MG. Esta sub-região coincidia com a área dos aldeamentos indígenas implantados nos sertões dos Rios Pomba e Doce. O início da conquista e colonização do rio Pomba data de 1767, quando é fundado um grande aldeamento central que recolhia os índios coropós, coroados e puris, habitantes do lugar.

Acrescenta Carrara (1993, p.27) que “desde a última década do século XVIII o afluxo de imigrantes da região das minas para o vale do Pomba crescera consideravelmente, o que facilitava a ocorrência de conflitos pela posse da terra”.

Sobre os índios da Zona da Mata central, Carrara (1993) menciona que a historiografia sobre a região passa ao largo sobre o destino dos índios na região. Subentende-se que foram dizimados e os poucos que restaram renderam-se à civilização.

Segundo Oiliam José (apud CARRARA, 1993. p.28) “repetiu-se na Zona da Mata em pequena escala o que aconteceu em grande depois da descoberta do Brasil. Os índios foram dizimados”. Carrara contesta tal afirmação alegando que este processo radical de extermínio não ocorreu de forma ampla. Verificou-se, na realidade, uma convivência forçada com a manutenção, pelo governo provincial, de três aldeamentos indígenas, e pela própria capacidade de Marlière¹⁰ de impor sua linha de ação com o objetivo de “civilizar” os índios.

¹⁰ Guido Thomas Marlière nasceu na França, participou de acontecimentos ligados a sangrentos episódios, durante a Revolução Francesa, serviu nos exércitos napoleônicos e, em 1802, passou a Portugal, onde também desempenhou missões militares. Temeroso de represálias por parte das tropas de Junot, que avançavam sobre a Metrópole Lusa, conseguiu incluir-se na comitiva imperial de D. João e chegar ao Rio de Janeiro, em 1808. Depois de permanecer cerca de três anos ali, foi enviado a Vila Rica, onde passou a servir. Suspeito de ter ligações secretas com Napoleão Bonaparte e de ser espião a seu serviço, viu-se preso em 25 de julho de 1811 e encaminhado incomunicável àquela cidade para comparecer perante o Desembargador Intendente Geral de Polícia. Considerado isento de culpa, regressou à capital de Minas Gerais e, no ano de 1813, viu atendida sua solicitação de trabalhar entre os indígenas. Começou sua obra na então Paróquia de São João Batista do Presídio (atual Visconde do Rio Branco), onde, acompanhado da esposa Maria Victoria Rosier, fora ter com a finalidade imediata de conhecer dos incidentes entre croatas e brancos e de solucionar os problemas causadores desses eventos. Outro não é o testemunho do próprio Marlière: “... pr. Ter sido o Presídio São João Baptista e Pomba – pr. Onde principiei a promover a Civilização dos Índios. No presídio, núcleo inicial de sua atuação, permaneceu até 1816, quando transferiu seu quartel para a Serra da Onça, em local situado hoje entre Guidoal e Dona Eusébia. Sua ação entre os croatas, cropós e puris teve efeito duradouro e de grande alcance. Empregando métodos brandos e utilizando-

A convivência entre as duas culturas promoveu principalmente a sedentarização dos índios. Em troca de mantimentos e utensílios os índios se fixaram, receberam terras, e dispuseram delas, conforme se vê nos Registros de Terras da paróquia de Ubá e Visconde do Rio Branco, e na própria correspondência de Marlière. Segundo um relatório de 1833 publicado pela RAPM (1904, p. 127), cada pai de família índia recebia o equivalente a $\frac{1}{4}$ de sesmaria de terras, ou seja cerca de 100 hectares, o que parece uma cifra muito elevada.

Ao lado daqueles ex-índios que de algum modo conseguiram sedentarizar-se, aculturando-se, permaneceram existindo índios semi-nômades, que se tornariam agregados das fazendas, caboclos com permissão de terem sua morada nas terras de proprietários rurais, muito particularmente no município de Cataguases, fronteira com a área dominada pelas grandes lavouras de café.

Estes índios errantes foram utilizados como mão-de-obra alternativa à escrava, e as descrições anteriores de Marlière demonstram sua utilidade como guardas de presídios, trabalhos em obras públicas e povoamento das novas áreas.

Conviviam com estes nativos sedentarizados ou semi-sedentarizados mas em progressivo processo de aculturação - o "contato dissolvente", na palavra de Gilberto Freire, os migrantes egressos da periferia das minas. Foram estes os responsáveis pela formação da mentalidade dominante no sertão do Pomba. Aí, as atividades econômicas não dependiam tanto do escravismo, como na sub-região sul. Longe disso, o que se encontra é um conjunto de pequenos e médios proprietários rurais, produzindo para o autoconsumo ou para um parco comércio local. Pode-se caracterizá-la como uma região formada predominante, senão exclusivamente, por uma população camponesa. Os escravos existentes igualmente participavam desta economia camponesa. (CARRARA, 1993. p.28).

No primeiro quartel do século XIX, a região dos aldeamentos indígenas já se apresentava com uma população significativa conforme se pode observar no Quadro 3.

QUADRO 3 - POPULAÇÃO DA ZONA DA MATA CENTRAL (1819)									
Localidade	Total	Branços	%	Forros	%	Índios	%	Escravos	%
Visconde do Rio Branco ¹	1.395	330	23,6	262	18,8	551	39,5	252	18,0
Tocantins	408	101	24,7	173	42,4	-	-	134	32,8
Muriaé	141	57	40,4	6	4,2	-	-	78	55,3
Viçosa	1.758	407	23,1	688	39,1	19 ²	-	644 ³	36,6
Total	3.702	895	24,1	1.129	30,5	570	15,4	1.108	30

Fonte: ACMM, códice 398, 742, 726. 1. Inclui Ubá; faltam as folhas referentes aos forros de número 28 a; dos 395 forros descritos, 377 foram declarados lavradores, 10, negociantes, 6, carpinteiros, 1, ferreiro, 1, alfaiate; 2. número de índios puris livres; 3. inclui 14 puris.

Elaboração: CARRARA, Angelo Alves (1993, p.29).

se do recurso do aldeamento do indígena, conquistou esse e o branco do Presídio e vizinhanças, que, às vezes precisava mais de catequese e civilização que o silvícola. (JOSÉ, 1982. p.55-56).

Quanto aos indígenas da região, aparecem registrados nas narrativas de Auguste de Saint-Hilaire. Em sua obra “Viagens pelas Provinciais do Rio de Janeiro e Minas Gerais” (1975) descreve a sua chegada ao Rio de Janeiro e sua partida para Ubá¹¹, salientando que Ubá era então habitada basicamente por índios selvagens.

Nas primeiras narrativas e interpretações de Saint-Hilaire sobre os índios da região, verificam-se as primeiras formas de dominação dos índios. Quanto à dizimação dos mesmos, destaca o naturalista:

[...] a vizinhança dos portugueses não tardou a ser funesta aos índios dos arredores de Ubá. Uma doença de pele, moléstias venéreas, e sobretudo a varíola, começaram logo suas devastações entre eles e fizeram perecer grande numero. Entrementes, o Conde de Linhares, ministro de Estado, tendo ouvido falar do estabelecimento de Ubá, julgou que se poderia tirar grandes vantagens das terras férteis desse distrito, e encarregou o Sr. Jose Rodrigues de partilhá-las. Os índios, reduzidos a pequeníssimo número, e desavindos após a morte de um chefe que se soubera fazer respeitar por todos, retiraram-se para a outra margem do Paraíba; mesclaram-se com os restos de outras tribos, que os portugueses confundem sob o nome de Coroados, e vivem atualmente nas florestas vizinhas do Rio Bonito, a pequena distância da Fazenda de Ubá. Desde esse tempo a habitação não cessou de progredir. O Sr. José Rodrigues mandara construir um engenho de açúcar, uma serraria e um moinho de fubá [...]. (SAINT-HILAIRE, 1975. p.28).

Faz Saint-Hilaire (1975) uma inter-relação da ocupação do litoral com as áreas inóspitas do sertão, destacando a riqueza da fauna e flora do interior. Comenta que nos arredores do Rio de Janeiro, os caçadores e, provavelmente, os colecionadores diminuíram consideravelmente o número de aves e quadrúpedes: não se encontram mais aí macacos, muito poucos tucanos e papagaios e, em 1821, apenas encontravam-se algumas pequenas espécies nos campos mais próximos. Não sucedia o mesmo em Ubá; aves numerosas habitavam ainda as matas virgens dos arredores e as margens do rio; viam-se tucanos, papagaios, martim-pescadores, jacarandás, cucos e beija-flores. Galináceos maiores que as perdizes eram extremamente comuns nas florestas, que não apresentavam uma variedade significativa de espécies de caça, verificada por Saint-Hilaire em outras partes do Brasil.

¹¹ Atual município de Ubá - MG, antes de sua emancipação, distrito de Rio Pomba - MG.

Referente aos indígenas, Saint-Hilaire (1975) teve curiosidade em descrevê-los, mas em certos momentos de sua descrição deixa florescer todo o seu preconceito em relação aos mesmos, desconhecendo alguns aspectos importantes dos indígenas, tais como: sua língua, suas técnicas, sua forma de organização social, seus hábitos e costumes, e, acima de tudo, a sua cultura. Na descrição do naturalista verifica-se ainda o conflito pela posse da terra. De acordo com a caracterização de Saint-Hilaire, os indígenas eram de estatura pequena; sua cabeça, achatada acima e de um tamanho enorme, mergulhava em largas espáduas; uma nudez quase completa deixava a descoberto sua repelente sujeira; longos cabelos negros caíam em desordem sobre os ombros; a pele, de um escuro baço, estava salpicada aqui e ali pelo urucu.

[...] percebia-se através de sua fisionomia algo de ignóbil, que não observei entre outros índios, e enfim, uma espécie de embaraço estúpido traía a idéia que eles próprios tinham de sua inferioridade. Esse conjunto verdadeiramente horrendo me impressionou muito mais do que esperava, e fez nascer em mim um sentimento de piedade e humilhação. Não tardei a saber que esses índios pertenciam ao número dos que os portugueses chamam *Coroados*, e habitam as florestas vizinhas do Rio Bonito. Meu hospedeiro tinha notado que eu desejava ardentemente ver selvagens, e com a esperança a recompensa, havia decidido alguns desses homens a vir à sua fazenda.

Mal cheguei ao pé deles, já lhes rogavam que dançassem; mas custaram muito a consentir; e para levá-los a isso, foi necessário prometer-lhes aguardente, licor de que já lhes fora distribuída ampla razão. Alinharam-se em duas filas, os homens na frente e as mulheres atrás: os primeiros seguravam o arco e as flechas em posição vertical, e aquelas dentre as mulheres que tinham crianças de peito, conservaram-nas nos braços. Assim dispostos, puseram-se a cantar em tom lúgubre e melancólico, e, ao mesmo tempo, começaram a dança [...]. [...] A esta primeira dança sucedeu uma outra que tinha por objetivo, disseram-nos os índios, celebrar a derrota do jaguar, e que era acompanhada de um canto um pouco menos lamentável [...]. [...] Quando acabaram de dançar, trouxeram-lhes feijão e milho. As mulheres meteram as mãos na comida e tiveram aos punhados o que comiam. Os homens arranjaram pedaços de casca de árvore e utilizaram-nos à maneira de colher, comento juntos na gamela. Quando terminaram a refeição, o mais velho do grupo, que parecia o chefe, veio sentar-se aos pés do Sr. Almeida; então o mais jovem, chamado Buré, avançou para este último, e mantendo-se de pé dirigiu-lhe o discurso seguinte em mau português: "Esta terra nos pertence, e são os brancos que a povoam. Desde a morte do nosso grande capitão, somos escorraçados de toda a parte, e não temos mais nem lugar suficiente para poder repousar a cabeça. Dizei ao Rei que os brancos nos tratam como cães, e rogai-lhe que nos dê terra para podermos construir uma

aldeia”. Essa pequena arenga, que não era mais que a expressão fiel da verdade, foi pronunciada com um tom bastante tímido, mas ao mesmo tempo com uma espécie de solenidade que a tornava mais impressionante ainda. (SAINT-HILAIRE, 1975. p.30-31).

Quanto aos negros que também participavam do contexto, Saint-Hilaire (1975, p.31) descreve que:

Excitados, talvez, pelo exemplo dos selvagens, os negros da habitação pediram ao senhor permissão para dançar por sua vez; foi-lhes concedido, e nós não tardamos a ir vê-los entregarem-se a esse prazer. Os negros crioulos dançavam batuques¹², enquanto um deles tocava uma espécie de tambor de basco, e outro esfregando com rapidez um pequeno pedaço de pau arredondado sobre as rainuras transversais de um grosso bastão, produzia ao mesmo tempo um ruído mais ou menos semelhante ao da matraca. Em outro ângulo do terreiro, alguns negros de Moçambique formavam uma roda no meio da qual se assentavam dois ou três músicos que batiam compassadamente em pequenos tambores de pouca sonoridade. Os dançarinos acompanhavam-nos com seus cantos; saltavam girando no mesmo sentido, e a cada volta seus movimentos mais se animava. Com os jarretes vergados, punhos fechados, o ante-braço em posição vertical, avançavam um após o outro, remexendo os pés, e dando a todos os membros uma espécie de agitação convulsiva que deveria ser extremamente fatigante para homens que tinham trabalho durante o dia todo. Um tal estado violento, porém, contribuía para esse esquecimento de si mesmo, que faz toda a felicidade da raça africana, e foi com grande pesar que viram chegar o instante marcado para seu repouso.

Segundo Saint-Hilaire (1975) o nome Coroados, que os portugueses dão a esses índios, como a várias outras tribos¹³, deve, ao que parece, sua origem ao costume que tinham antigamente muitos aborígenes, seja de cortar os cabelos no meio da cabeça, à maneira dos nossos sacerdotes, seja, antes, de não conservar mais do que uma calota de cabelos, como fazem ainda hoje os Botocudos.

Quanto ao “civilizador” dos Coroados, Saint-Hilaire (1975) comenta que o Sr. José Rodrigues foi o primeiro que se ocupou com a civilização dos Coroados do Rio Bonito. Seu zelo não se limitava aos dos arredores de Ubá e Pau Grande: mandou abrir uma passagem que ia do Paraíba ao Rio Preto. Em uma época em que o país não era ainda habitado por gente de nossa raça, ele atravessava só ou quase só as florestas mais densas; levava aos índios víveres, instrumentos de ferro e remédios;

¹² Batuque, descrito por Saint-Hilaire (1975, p.31) como dança indecente muito usada entre os brasileiros.

¹³ Os portugueses aplicam esse nome até a selvagens que habitam a extremidade meridional da Província de São Paulo. (SAINT-HILAIRE, 1975. p.32).

entrava em suas choças e aproveitava, para lhes comunicar o batismo, da confiança que lhes havia inspirado. Levava tão longe o desejo de agradá-los, que uma vez comeu em sua companhia milho que lhe ofereceram para presentear-lo, e que fora antes mastigado por mulheres velhas.

Referente à quantidade de indígenas, o fator de fixação destes à terra, suas técnicas e suas formas de relacionar, Saint-Hilaire (1975, p.32-33) menciona:

[...] eram em número de quinhentos e seiscentos pelas matas dos arredores, não conservando habitações fixas, e vivendo quase sempre da caça. Para satisfazer a paixão que tem pela aguardente, decidem-se, às vezes, a trabalhar nas habitações portuguesas; porém, mal possuem com que embebedar-se, entregam-se à indolência. Fazem, com muita arte, arcos e flechas; sabem tirar estopa dos ramos tenros da *Cecropia* (embaúba), e com ela fabricam redes e um tecido cruzado bastante forte, porém, grosseiro, de que fazem calções que apenas descem até os joelhos: a isso se limita toda a sua indústria.

[...] Podem trocar de mulher quando bem lhes parece, e assegura-se que a poligamia está em uso entre eles. A mulher segue o marido à caça, e é ela quem transporta a diminuta bagagem, como sucede geralmente entre as populações selvagens.

Parece que antes de se misturarem com os portugueses, os Coroados tinham relações amorosas tão pouco discretas como os animais: são atualmente mais reservados. [...].

Quanto à impressão que teve dos Coroados, Saint-Hilaire (1975, p.33) destaca:

[...] quando pela primeira vez observei alguns deles, já me expandi acerca da inferioridade dessa tribo. Jamais encontrei uma única mais desagradável e estúpida. Tanto tem, por exemplo, os Botocudos de vivos, alegres, francos e afetuosos, quanto os Coroados de indiferentes, tristes e apáticos; mal olham, com o disse alhures, para aquele que os acaricia e presenteia, e suas atitudes lembram as dos indivíduos de nossa raça que caíram na imbecilidade. Ora mostram uma espécie de timidez tola, e quando se lhes fala, baixam a cabeça como crianças; ora soltam grandes gargalhadas, sem que seja possível descobrir-lhes a razão.

No contexto da ocupação e produção de gêneros alimentícios, a primeira forma de utilização da terra e conseqüentemente de produção em larga escala na Zona da Mata Mineira foi a monocultura cafeeira. Referente a esta fase, Francisco Eduardo de Andrade (2008) cita que, seguindo o caminho já trilhado por Sérgio

Buarque de Holanda¹⁴, Alcir Lenharo conseguiu identificar aspectos da economia mineira do período pós-predominância da mineração, como ruralização das populações mineiras, intenso comércio inter-regional (envolvendo relações com o Rio de Janeiro, principalmente após a instalação da Corte portuguesa em 1808) e diversificação econômica centrada na agricultura mercantil de subsistência, que contrariam a idéia de uma estagnação e involução econômicas.

O geógrafo Orlando Valverde (1958, p.27) menciona que “é inútil procurar vestígios da marcha pioneira antes de 1830. Existiram penetrações de precursores que abriram picadas e fundaram núcleos isolados através da floresta virgem”.

Pode-se considerar a concepção defendida por Romilda Mourão Gontijo (1992) de que a ocupação e o povoamento se dariam só com a cafeicultura. Nesta mesma perspectiva Anderson Pires (apud RODRIGUES¹⁵, 2010) afirma que a ocupação populacional efetiva da Zona da Mata está relacionada ao processo de expansão e, interiorização, da cafeicultura. Apesar de o café ter sido um fator de importância para a riqueza da região, seu cultivo exigiu dos senhores de terras uma busca permanente por braços escravos e terras virgens para a ampliação de suas lavouras. Essas demandas justificariam a importação contínua de escravos, até o período próximo da abolição; além de promover uma busca por terras virgens nas outras sub-regiões.

Gontijo (1992) apresenta uma estimativa geral da produção de café para a Zona da Mata Mineira em 1906, deixando claro que após a mineração o café tornou-se o principal produto da economia mineira, conforme pode-se verificar no Quadro 4.

¹⁴ Entre outros, este estudioso ressaltou a importância da economia de subsistência para a produção mineradora, nas Gerais, desde inícios do século XVIII.

¹⁵ PIRES, Anderson. Café, finanças e indústria: Juiz de Fora, 1889/1930. Juiz de Fora, MG: Funalfa, 2009. p.50. Apud RODRIGUES, Lincoln Gonçalves. **A economia canavieira na Zona da Mata Mineira e a construção do Engenho Central Rio Branco no final do séc. XIX**. III Seminário de História do Açúcar: Produção, Trabalho e Estrutura Fundiária. São Paulo: USP, 2010.

QUADRO 4 - PRODUÇÃO ESTIMATIVA DE CAFÉ PARA A ZONA DA MATA MINEIRA - 1906	
MUNICÍPIOS	ARROBAS
Muriahé	1.500.000
Cataguases	810.000
Ponte Nova	750.000
Ubá	718.000
Carangola	700.000
Juiz de Fora	585.000
Além Paraíba	573.000
Leopoldina	500.000
São João Nepomuceno	371.000
Rio Novo	350.000
Pomba	340.000
Guaraci	317.000
Mar de Espanha	315.000
Visconde do Rio Branco	262.000
São Manoel	200.000
Palma	191.000
Viçosa	38.000
Rio Preto	36.000

Fonte: PRATES, Carlos. A lavoura e a indústria na Zona da Mata. Relatório apresentado ao Secretário de Finanças de MG. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1906. (apud. GONTIJO, 1992. p. 25).

Não só o café ganhava espaço na economia mineira, mas também os engenhos de açúcar.

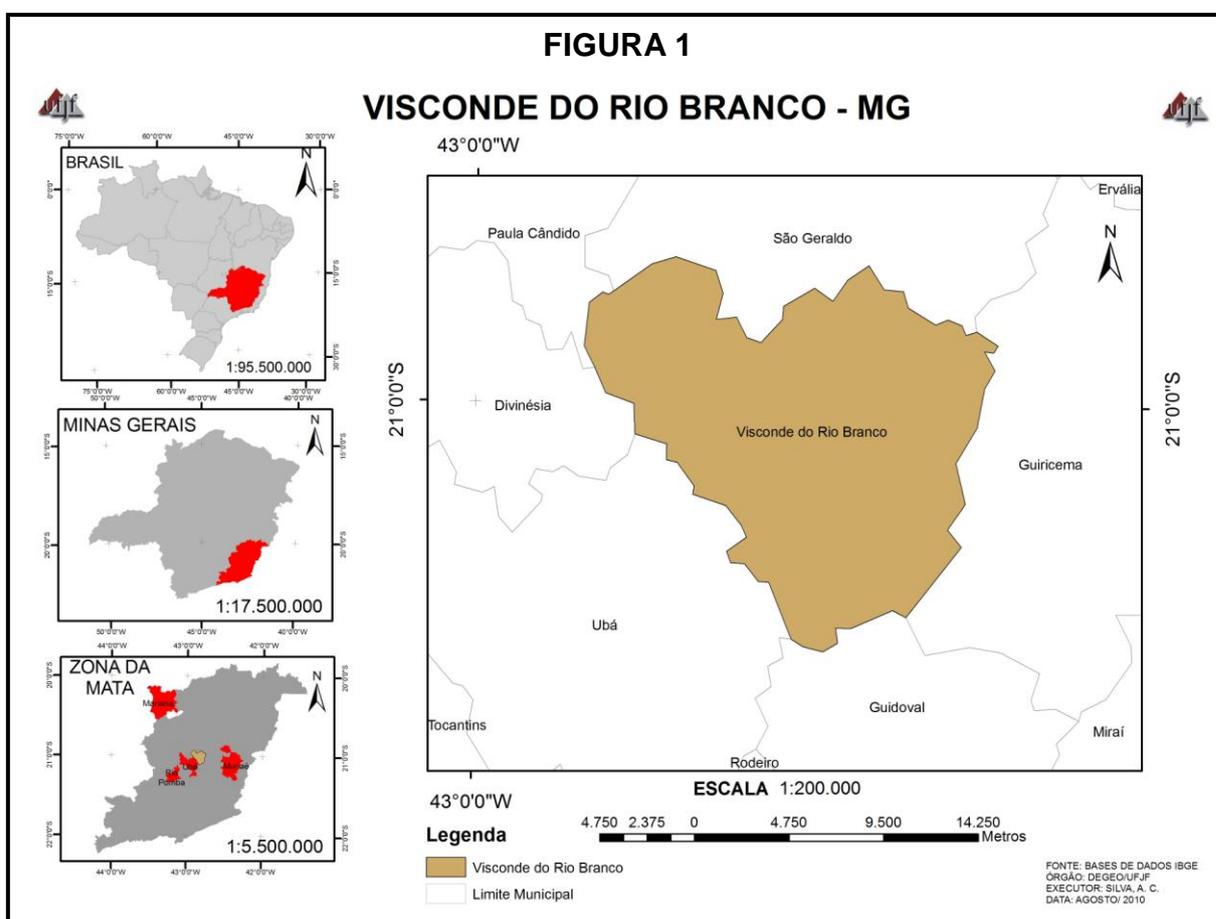
O município de Visconde do Rio Branco não foge ao contexto mencionado. As primeiras atividades econômicas ligadas à agricultura no município tiveram por base os engenhos, que produziam tanto rapadura como aguardente, ambos para abastecerem a praça comercial do Rio de Janeiro, como afirma o historiador econômico Lincoln Gonçalves Rodrigues (2010, p.7),

Esse dinamismo pode ser identificado a partir dos dados apontados pelo vigário Marcelino Rodrigues Ferreira para a Freguesia de São João Batista do Presídio. Segundo o vigário, em agosto de 1822, havia 40 engenhos de cana e 18 alambiques para um total de 639 agricultores. Esses dados nos permitem identificar o crescimento do cultivo da cana-de-açúcar na cidade e região, antes mesmo da construção do engenho central. Neste contexto, devemos considerar ainda o número de engenhos, o qual se mostra relativamente alto, se considerarmos principalmente as dificuldades de transporte e a restrição imposta pelo governo provincial à construção de engenhos entre os anos de 1714 e 1827.

2.2 - Histórico do município de Visconde do Rio Branco

O município de Visconde do Rio Branco localiza-se no Estado de Minas Gerais, meso-região da Zona da Mata Mineira, microrregião de Ubá¹⁶. As coordenadas geográficas do município são: 21° 00' 37" de latitude sul e 42° 50' 26" de longitude oeste de Greenwich. Ver Figura 1.

É um município com características topográficas compostas por 75% de relevo ondulado, 15% de relevo montanhoso e 10% de relevo plano, seguindo a configuração da Zona da Mata Mineira.



Quanto à criação do município de Visconde do Rio Branco, Oiliam José (1982, p. 227) menciona que, [...] pela Lei Provincial nº 2.785, de 22 de setembro de

¹⁶ Fazem parte desta micro-região os municípios de Astolfo Dutra, Divinésia, Dolores do Turvo, Guarani, Guidoval, Guiricema, Mercês, Piraúba, Rio Pomba, Rodeiro, São Geraldo, Senador Firmino, Silverânia, Tabuleiro, Tocantins e Ubá.

1881, restabeleceram-se os foros de Vila e Município para o Presídio¹⁷. [...] De fato, somente no dia 28 de setembro de 1882 se instalou a Vila [...], sendo sua área proveniente do município de Rio Pomba.

Os dados populacionais do IBGE dispõem que o município apresenta uma população aproximada de 37.952 habitantes em 2010, sua taxa de crescimento populacional foi de 11,64% no período de 2000 e 2010. Com uma área de 242 Km², o município possui uma densidade demográfica de 156,83 habitantes/km².

A dinâmica e distribuição da população riobranquense no período de 1970 a 2010 pode ser observada no Quadro 5.

QUADRO 5 - POPULAÇÃO RESIDENTE - VISCONDE DO RIO BRANCO - MG					
Situação do Domicílio	1970	1980	1991	2000	2010
Rural	11.339	8.960	7.411	6.709	6.555
Urbana	13.867	17.297	21.040	25.889	31.397
Total	25.206	26.257	28.451	32.598	37.952

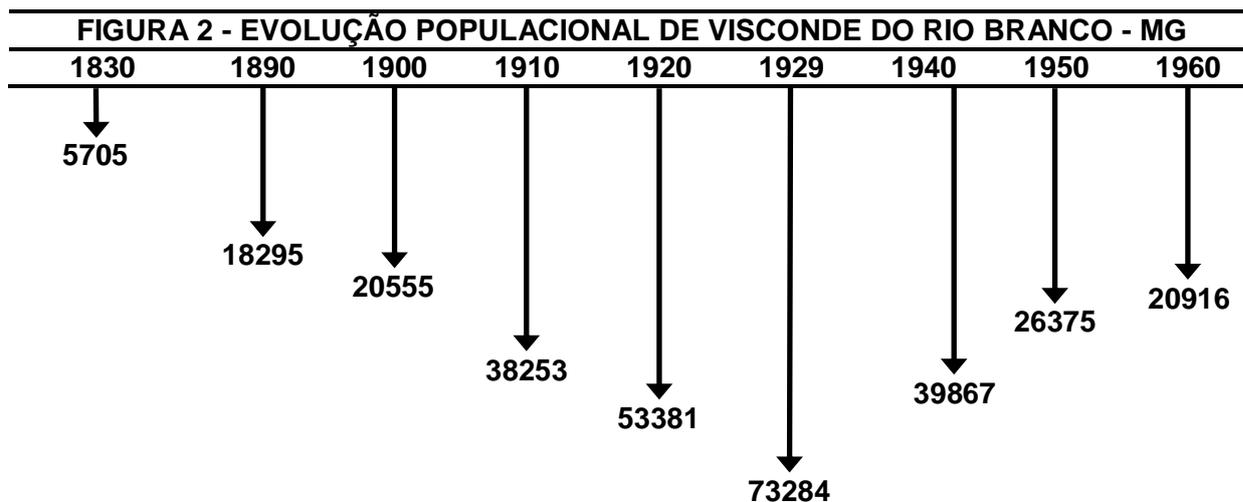
Fonte: IBGE - Censo Demográfico - [1970/1980/1991/2000/2010].
Organização: SIMONCINI, João Batista Villas Boas. Jan. 2011.

A população total do município tem apresentado um aumento significativo no período analisado. Em 1970 a população municipal era de 25.206, sendo 45% da população residente no meio rural e 55% no meio urbano. Em 2010, a população tem um acréscimo, passando para 37.952, com 17,3% residente na área rural e 82,7% na área urbana.

Verifica-se que a população residente na área rural do município vem diminuindo nos últimos 40 anos, seguindo uma tendência dos municípios brasileiros, enquanto a população residente na área urbana cresce significativamente neste período.

Entretanto este comportamento populacional ascendente nem sempre se mostra presente no município. Para demonstrar os dados da população de Visconde do Rio Branco anterior a 1970, podem-se utilizar os dados de Oiliam José (1982) sobre a evolução populacional do município, organizados na Figura 2.

¹⁷ De acordo com José (1982, p. 377), quando do desbravamento das matas locais, no último quartel do século XVIII, deram à terra o nome de *Zona do Rio Xopotó dos Coroados*, logo seguido do de *Aldeia do Chopotó*. Já no início do século XIX, o território se chamava *Presídio de São João Batista* ou *São João Batista do Presídio*. A lei do menor esforço reduziu essas expressões a *Arraial do Presídio* e, depois, a *Presídio*. Em 1982, *Visconde do Rio Branco* substituíra, oficialmente, as anteriores denominações [...].



Fonte: JOSÉ, Oiliam. (1982). Elaboração: SIMONCINI, João Batista Villas Boas. Jan. 2010.

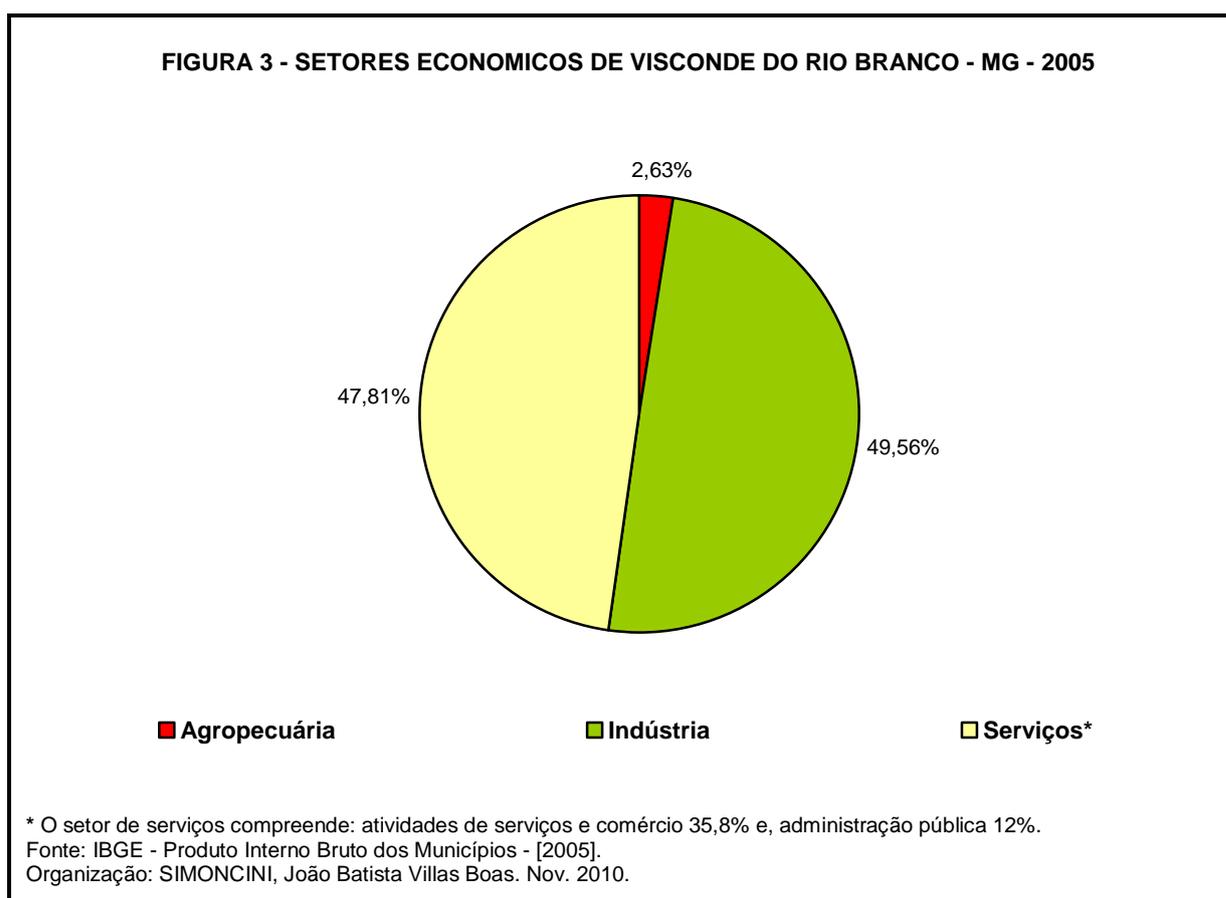
Segundo as informações de José (1982) a população de Visconde do Rio Branco até 1929, é ascendente. As forças produtivas estão voltadas principalmente para as culturas de café, cana-de-açúcar e de cereais e para o comércio. E tais atividades exigem muitos participantes. Daí por diante, a população decresce, em razão de outros fatores como: menor produtividade da terra, êxodo para as regiões dos Rios Doce e Mucuri, para os estados de São Paulo e Paraná e para Volta Redonda, queda e erradicação da cultura do café, ausência de indústrias. Grande parte dessa população busca o Estado de São Paulo e os centros urbanos maiores. Outro aspecto a salientar quanto à queda da população após a década de 1930 refere-se ao desmembramento de distritos através da emancipação política de distritos e arraiais antes incorporados ao município de Visconde do Rio Branco, no período de 1930 a 1960. Intenso é também o fenômeno da urbanização municipal que ocorre devido à demanda de terras para o cultivo da cana-de-açúcar, ocasionando o êxodo da população rural em direção às cidades, entre elas, Visconde do Rio Branco. Este comportamento populacional gerou um processo de urbanização no município, processo que tem início na década de 1960 e se mantém uniforme até o último levantamento do IBGE (2010).

No que se refere ao rendimento família *per capita*, Visconde do Rio Branco possuía, em 2000, a maior parte de suas famílias concentradas na classe “mais que meio até 1 salário mínimo” (34,07%), seguida da classe “mais que 1 até 3 salários mínimos” (29,77%) e da “até meio salário mínimo” (21,13%). Cabe ressaltar que a proporção de famílias sem rendimento ou com rendimento de até 1 salário mínimo

situava-se acima daquela registrada no Estado e acima do País, segundo os dados do IBGE.

Quanto ao PIB municipal em 2005, foi de 349,59 milhões, correspondendo a 0,18% do PIB estadual. O setor agropecuário representou apenas 2,6% do PIB do município. Já a indústria apresentou um valor adicional equivalente a 49,6% do valor adicionado total, ao passo que o setor de serviços contribuiu com 47,8%, conforme pode-se visualizar na Figura 3.

Segundo dados da Pesquisa Industrial Anual, de 2006, a principal divisão industrial presente no município é a fabricação de produtos alimentícios e bebidas. Quando ao setor de serviços, em 2005, o Cadastro Central de Empresas mostrou que o mesmo encontra-se disseminado por 126 unidades locais, predominando os serviços classificados como transporte, armazenagem e comunicações.



O processo de ocupação e formação do município de Visconde do Rio Branco deixa clara a noção de tempo e espaço, lembrando que o primeiro está relacionado à trajetória histórica e o segundo, ao espaço geográfico, ou seja, onde se

materializam as relações sociais. A conjugação de ambos no caso específico do município em estudo traz à tona não só o esvaziamento agrário, como também problemas de ordem social, política, econômica, ambiental e cultural.

Para o entendimento da configuração histórica ou mesmo das “rugosidades”¹⁸ espaciais verificadas no município, salientar-se-á a questão do tempo e do espaço. Referendando o primeiro conceito, o historiador marxista Edward Palmer Thompson¹⁹ (2008, p.302) traz a seguinte explanação:

[...] se a notação útil do emprego do tempo se torna menos compulsiva, as pessoas talvez tenham de reaprender algumas das artes de viver que foram perdidas na Revolução Industrial: como preencher os interstícios de seu dia com relações sociais e pessoais mais enriquecedoras e descompromissadas; como derrubar mais uma vez as barreiras entre o trabalho e a vida.

A utilização e uma atenção maior em relação ao conceito de espaço justifica-se por uma questão epistemológica e metodológica que, segundo Milton Santos²⁰ (2008, p.118), [...] um pouco em toda parte, os geógrafos silenciam sobre o espaço. Ou ainda, que “destemporalizando o espaço e desumanizando-o, a geografia acabou dando as costas ao seu objeto e terminou sendo “uma viúva de espaço”.

É importante salientar como se deu a ocupação e como foram estabelecidas as relações sociais em Visconde do Rio Branco, através do tempo e do espaço. Além de demonstrar como foram suprimidas as comunidades indígenas através da ocupação territorial e do desenvolvimento econômico da região e do município.

Apesar de haver rumores de que os primeiros habitantes da região foram povos bem anteriores aos indígenas, pesquisadores atuantes no Museu Nacional do Rio de Janeiro, entre eles Manoel Basílio Furtado, naturalista mineiro que no final do século XIX percorreu extensa área da Zona da Mata e assim, conheceu fatos de

¹⁸ De acordo com SANTOS (2008) *rugosidades* é o que fica do passado como forma, espaço construído. Segundo o autor [...] as rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho. [...] As divisões anteriores do trabalho permitem rever as formas herdadas segundo uma lógica que as restabelece no momento mesmo de sua produção. As rugosidades, vistas individualmente ou nos seus padrões, revelam combinações que eram as únicas possíveis em um tempo e lugar dados. (SANTOS, 2008. p.140-141).

¹⁹ Para um melhor entendimento do conceito de tempo, verificar capítulo 6 (tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial) do livro “Costumes em comum” de Edward Palmer Thompson.

²⁰ SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6. ed., 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. (Coleção Milton Santos; 2).

importância ligados às terras que anteriormente foram formadoras da imensa Paróquia de São João Batista do Presídio, um dos antigos nomes de Visconde do Rio Branco, não faz em seus escritos alusão a raças pré-históricas, e sim aos indígenas dos séculos XVIII e XIX.

Referente aos artefatos e crânios encontrados e analisados por pesquisadores que estiveram no município e estudaram-no, pode-se considerar que não se referem a civilizações pré-históricas e sim às comunidades indígenas do século XVIII e XIX.

Quanto aos indígenas que ocupavam o território de Visconde do Rio Branco, o pesquisador e historiador riobranquense Oiliam José (1982, p. 21) destaca que [...] não existem elementos para retirar dos indígenas *croatos*, *cropós* (*coroados e coropós*) e *puris* o título de primeiros habitantes de Visconde do Rio Branco.

Em relação à origem dos indígenas, José (1982, p.21) traz a seguinte descrição:

Esses brasilíndios não surgiram aqui. Não eram e nem poderiam ser autóctones. Pelo contrário, vieram de outras terras. Migraram para as selvas que, desaparecendo mais tarde, deram lugar ao aparecimento da localidade paralela ou sucessivamente denominada Chopotó dos Coroados, Aldeamento do Presídio, Aldeia do Presídio, Presídio São João Batista, São João Batista do Presídio, Presídio, Visconde do Rio Branco, Rio Branco, Paranhos e, ao final, Visconde do Rio Branco.

Eles provieram do litoral fluminense, das baixadas formados dos Campos dos Goitacases, onde recebiam a denominação de goitacás²¹. Ali viveram até que, após a Confederação dos Tamoios, se viram, pela pressão de tribos inimigas, foram obrigados a deixar, nos fins do século XVIII, seus primitivos pousos e buscar novas terras, ricas em caça, pesca e fruta e distantes de selvagens agressivos. Para isso, o caminho tido como acessível e mais fácil foi o do curso e margens do Rio Paraíba do Sul e de seus afluentes, os Rios Pomba e Muriaé. Em sucessivas migrações, foram subindo por esses rios e, depois de vários deslocamentos, chegaram às margens superiores e, margeando o Rio Chopotó²², o Bagres e outros afluentes e sub afluentes, localizaram-se nas terras vizinhas que, ao norte, encontram as elevações das Serras de São Geraldo e de Ervália. Com isso, passaram a habitar a extensa região que abrange áreas dos atuais municípios de São Geraldo, Visconde do Rio Branco, Guiricema, Ubá, Guidoal, Rodeiro, Dona Euzébia, Tocantins, Astolfo Dutra, Cataguases, Laranjal, Muriaé e Miradouro. Finalmente, ao sofrerem novas perseguições, alguns grupos

²¹ De acordo com José (1982), para alguns os *cropós* e *puris* seriam de ascendência tupi.

²² Segundo José (1982) o termo Chopotó veio dos termos tupis *icipo taua = cipó amarelo*. Rio que nasce na Serra de São Geraldo e atravessa as cidades de São Geraldo e Visconde do Rio Branco, indo lançar-se no Rio Sapé. Outros preferem a grafia Xopotó.

venceram as escarpadas das Serras de São Geraldo e Ervália e foram povoar as cabeceiras do Rio Doce ou Rio Piranga e terras dos antigos municípios de Piranga (ex-Guarapiranga) e Alto Rio Doce.

No que diz respeito aos primeiros habitantes de Visconde do Rio Branco, afirma José (1982, p.22) que os *coroados*²³ ou *croatos* foram primeiramente [...] reunidos em torno da Aldeia do Presídio, enquanto que os *cropós* se agruparam na Aldeia do Pomba e os poucos *puris* preferiram os Aldeamentos dos Bagres (Guiricema) e de Manoel Burgo (Muriaé).

Sobre como eram os indígenas fisicamente, como viviam e se organizavam tanto social como tecnicamente, e como foram dizimados, José (1982) descreve que os mesmos possuíam físico avantajado e usavam machados de pedra maiores que de seus vizinhos *puris*. Viviam, primeiramente, de caça e pesca e, ao serem aldeados, conheceram incipiente agricultura e se dedicaram à coleta e ao comércio da poaia²⁴ ou ipecacuanha²⁵, planta medicinal que trocavam pela aguardente trazida por homens brancos. Os indígenas não conseguiram sobreviver por muito tempo após contato com os homens brancos, motivo pelo qual estavam extintos, como tribos, no final do século XIX.

Segundo José (1982, p.23),

Ao lado dos *croatos*, sempre estiveram seus aliados os *cropós*. Contudo, anteciparam-se aqueles, na fuga para nosso território. Também procediam dos goitacás da Baixada Campista, junto do litoral fluminense e cortada pelo curso do Rio Paraíba do Sul. Espraíram-se pelos vales do Rio Pomba, inclusive em terras de extensa primitiva Paróquia de São João Batista do Presídio. Pequena parte alcançou, segundo Nelson Coelho Senna, em seu estudo, terras vizinhas dos Rios Doce e Jequitinhonha. Seus traços étnicos e costumes mereceram registros em obras de vários autores, especialmente Von Spix e Von Martius.

Em relação aos *puris*, José (1982) comenta que estes vieram até a região, seguindo o mesmo roteiro dos *croatos* e *cropós*. Até a metade do século XIX, povoavam as terras presidienses e áreas do entorno e futuros municípios de Ervália, Guiricema, Muriaé, e Miraí. Sofreram ataques dos *croatos* e, menos poderosos que

²³ Segundo José (1982, p.22) “a denominação de *coroados* teve origem junto aos portugueses devassadores da área presidiense e decorreu do fato de os goitacás, ao saírem dos Campos dos Goitacases e passarem a território coberto de matas, terem cortados os longos cabelos e deixado restos dele em forma de coroa”.

²⁴ Para Von Martius (1976), é contração de *cipo-aiva* = raiz contra males.

²⁵ Von Martius (1976) entende que é a contração de *ipe-caa-goene* = pequena erva das estradas.

eles, tiveram que distanciar-se de seus opositores, buscando aquelas áreas. Eram do número dos indígenas pacíficos de Minas Gerais. Só se defendiam pela guerra, e muito mal, quando atacados de surpresa era impedidos de fugir. Acabaram derrotados com facilidade e eliminados como grupos. Não resistiram à violência resultante do processo de ocupação e ao contágio de doenças como: sarampo, varíola, sífilis e a tuberculose.

Até o penúltimo quartel do século XVIII, as terras do Leste de Minas estavam cobertas de densas matas e permaneciam à margem dos avanços dos colonizadores. Estas matas formavam o que os historiadores viriam a denominar os Sertões Proibidos, e que estes deveriam permanecer impenetráveis, para servirem de barreiras defensivas às zonas de mineração.

O geógrafo Orlando Valverde (1958, p.25) chama atenção para:

A política adotada pela coroa portuguesa de manter virgem a floresta da Zona da Mata e do vale do rio Doce, proibindo terminantemente a penetração nela e a abertura de atalhos, tinha por objetivo impedir o que na linguagem da época se chamava “o descaminho do ouro”, isto é, o seu contrabando. Tal medida só foi anulada em 1805, quando os aluviões auríferos das Minas Gerais já estavam esgotados.

Explica José (1982) que paralelamente às determinações oficiais, comerciantes de plantas medicinais (ipeca²⁶ ou poaia), começaram a burlar, na metade do século XVIII, as determinações oficiais e a penetrar nas florestas desses Sertões Proibidos. Também os acompanhavam ou os antecediavam aventureiros em busca de riquezas minerais. A princípio, tudo se fazia cautelosa e comedidamente. Menciona-se que, de um lado, devia-se evitar a reação das autoridades, sempre cientes dos direitos da Coroa Portuguesa e prontas a agir com energia e até violência e, de outro, importava conhecer os hábitos e costumes das tribos indígenas com que o colonizador poderia defrontar-se. Mas, à medida que percebiam o relativo pacifismo dos nativos dessas florestas, os colonizadores passaram a aumentar suas incursões pelas terras do Leste. A partir de 1750, deixaram as autoridades de

²⁶ Segundo JOSÉ (1982, p.27) há vários tipos dela. A *ipeca* mais usada na região do Presídio e no litoral fluminense era a preta ou a *poaia* de nossas indígenas, aquela que se trocava com os comerciantes locais ou procedentes do Rio de Janeiro e de Campos, através de viagem pelo Rio Pomba ou pela Estrada Campos dos Goitacazes – Presídio de São João Batista. Dela, usavam a raiz, cujo princípio medicinal é a emetina, alcalóide que entra em elevado número de preparações, como extratos, infusões, tintura e xarope.

ignorar os que já haviam aberto picadas nos sítios dos Sertões Proibidos e comercializavam a poaia com indígenas croatos, cropós e puris.

Se as migrações de descendentes de bandeirantes paulistas estivessem prontas a obedecer a natural seqüência dos fatos, teriam esperado que aldeassem os referidos indígenas ou tribos, antes que descessem as serras e se espraiassem pelas terras cortadas pelos Rios Chopotó, Rio Pomba, Peixe, Bagres, Muriaé, Sapé e outros. Isso, porém, não aconteceu. José (1982) menciona que, prevendo o que poderia acontecer caso isso se concretizasse, o Padre Manoel de Jesus Maria recebeu a missão de viver entre os índios e, nos desígnios da Providência, a de fundar São Manoel dos Sertões do Rio Pomba e Peixe dos Índios Croatos, Cropós e Puris. Com isso, abriu o vasto território ocupado, agora, no mínimo, pelos municípios de Rio Pomba, Guarani, Piraúba, Ubá, Tocantins, Guidoal, Rodeiro, Astolfo Dutra, Cataguases, Visconde do Rio Branco, Guiricema, São Geraldo, Mirai e Muriaé.

Iniciadas as incursões nas áreas proibidas, tanto pelas multidões partidas da área de Vila Rica, Mariana e Guarapiranga, como pelos grupos procedentes do litoral e do norte fluminenses, não foi mais possível impedir que populações se deslocassem para as mencionadas áreas e avançassem até as bordas da Serra de São Geraldo.

A partir de 1775 inicia-se o povoamento do Presídio, onde aldearam-se numerosos *croatos* e *cropós*, surgindo, assim, algumas aldeias.

Neste período, passaram a chegar levas de homens procedentes das antigas terras de mineração de Mariana, Ouro Preto e Guarapiranga ou oriundos, através do Rio Paraíba do Sul e do Rio Pomba, do litoral fluminense. E essas levas de migrantes, entrando em contato com os indígenas, transferiram para si a posse de terras que se transformariam em sítios e fazendas onde os escravos, também chegados com seus senhores, lançariam as bases de incipiente agricultura.

A pacificação inicial dos indígenas revestiu-se, em verdade, de importância, porque atrairia para o novo aldeamento junto do Rio Chopotó levas de aventureiros, comerciantes e a presença da Igreja. De acordo com José (1982, p.30) “aqui como no Brasil, a civilização veio com o sacerdote. Não há possibilidade de acompanhar o progresso do Presídio, sem fazer o mesmo com a história da Igreja entre nós”. O autor salienta que “a Matriz foi o centro, o coração da vida local, jogando-se em torno delas as cartadas decisivas do crescimento”.

José (1982) destaca que ao lado dos benefícios da ação missionária e anterior à formação da agricultura, comerciantes de poaia se deslocavam também para a região e prejudicavam o trabalho missionário. Embrenhavam-se pelas matas, estabeleciam pontos de contato com o indígena e, junto deles, obtinham a procurada mercadoria medicinal. A resposta indígena a este comércio era efetiva e entusiástica. Ele abandonava os primeiros pousos estáveis, especialmente os do Pomba e do Chopotó dos Coroados e ia buscar a poaia de lugares cada vez mais distantes.

A ocupação da região é acompanhada de desmatamento que pode ser visualizado através da citação de José (1982, p.33):

Muito rápido foi o desmatamento das matas circundantes da nova localidade do Chopotó dos Coroados, atualmente Visconde do Rio Branco. Poaieiros, comerciantes das decadentes regiões de mineração, que tinham Mariana, Ouro Preto e Guarapiranga por centros maiores, e do litoral fluminense, chegavam em considerável quantidade. Os antigos mineradores indicados, desiludidos com a decadência de suas atividades iniciais e acompanhados de familiares e escravos, avançavam em direção aos Sertões do Leste e, descendo pelas encostas das Serras de São Geraldo, de Santa Maria e do Divino, chegaram à grande planície da bacia superior do Rio Pomba, que abrange os territórios dos atuais municípios de São Geraldo, Guiricema, Visconde do Rio Branco, Ubá, Guidoal, Tocantins, Dona Euzébia e Astolfo Dutra.

Além do processo de ocupação e desmatamento, acrescenta José (1982, p.33) que

Tal território foi sendo, na segunda metade do século XVIII, rapidamente conquistado por antigos mineradores, então transformados em poaieiros, agricultores e comerciantes. Surgiram logo, em torno da localidade do Chopotó dos Coroados, sítios e culturas de subsistência, produzindo arroz, feijão, raízes e tubérculos, frutas, pequenos animais e cana de açúcar, cujo introdutor segundo José foi o Padre Francisco da Silva Campos, procedente dos Campos de Goitacases, aonde fora ter, após sair de Minas e trabalhar no litoral fluminense.

De acordo com José (1982, p.33) “as três atividades fundamentais dessas lavras de conquistadores do território riobranquense foram: troca da poaia, agricultura de subsistência e, um pouco mais tarde o comércio”.

Afirma o autor que em torno da localidade do Chopotó dos Coroados, havia sítios e culturas de subsistência, produzindo arroz, feijão, raízes e tubérculos, frutas, e pequenos animais e cana-de-açúcar.

Em relação à produção de cana, pode-se afirmar que a mesma destinava-se à produção de rapadura e aguardente. Segundo dados levantados e analisados pelo historiador Lincoln Gonçalves Rodrigues (2010), o total de engenhos de cana de açúcar na Freguesia de São João Batista do Presídio em 1821 era de 40.

Quanto ao comércio, este se desenvolvia na permuta de poaia e algumas outras plantas medicinais por aguardente, sal, tecidos, pequenas ferramentas, armas e quinquilharias.

De acordo com José (1982, p.35)

[...] Louváveis eram as intenções do Padre Francisco da Silva Campos, que desejava oferecer ao indígena e aos outros primeiros habitantes mais uma opção para suas atividades agrícolas e comerciais. Seria meio para dar a essa população açúcar, então sob a forma de rapadura, indispensável à alimentação e que custava elevado preço, quando trazido do distante litoral fluminense. Mas o branco e seus associados deram à cana outra destinação preferencial, a de servir para o fabrico da aguardente. E foi essa a mais eficiente forma de que o aventureiro se valeu para vencer, conquistar e eliminar o indígena, numa trágica operação que duraria até meados do século XIX.

O avanço dos comerciantes de poaia trouxe consigo a conquista e o povoamento da terra e sua conseqüente colonização. Mas, somado a esses benefícios, logo se verificaram os malefícios da troca da poaia pela aguardente. Os comerciantes introduziram aos hábitos dos indígenas o consumo da aguardente, que contribuiu para vencer a barreira inicial referente ao comportamento do índio. Sempre arredio e temeroso, se esquivava, a princípio, de entrar em negócios com o estrangeiro. Para vencer essa barreira inicial, o comerciante lançou mão da aguardente.

Conhecidos os efeitos embriagadores da aguardente, o indígena era o primeiro a procurar encontros com os mercadores. Não foi apenas a aguardente a causa da decadência e do desaparecimento dos indígenas locais. À sífilis, à varíola, ao sarampo, à tuberculose, associados ao processo de mestiçagem e à prática do homicídio, coube também considerável parcela de culpa por esse desastre coletivo, em que pereceram tribos inteiras e, com elas, as mais antigas tradições.

A eliminação indígena deu-se devido aos fatores já mencionados e também aos problemas relacionados à terra. Pelos mais diversos processos, usurpavam terras que se achavam na posse de croatos, cropós e puris. Segundo José (1982, p.36), “foram problemas de usurpação de terras de indígenas a causa imediata, que trouxe Marlière²⁷ ao Presídio, no ano de 1813”.

De acordo com José (1982, p.41)

Interessava ao poder público responsável pela Capitania das Minas Gerais que as terras ainda desabitadas tivessem seus povoadores e fossem incorporadas às áreas produtivas. Com isso, além da efetiva ocupação do território, seriam tomadas suas riquezas e o erário encontraria novas levas de contribuintes. E o meio então considerado capaz de promover essa política era o das sesmarias, concedias a ocupantes das respectivas áreas e dispostos a trabalhá-las. Terras incultas “doadas” a sesmeiros para que as tornassem produtivas, e aqueles que não as cultivassem dentro do prazo de dois anos da “doação” perdiam o direito sobre elas. Mais claro se tornará o conceito de sesmaria, ao recordar que, no Brasil, ele se aplicava a terras sem senhorio particular, isto é, terras devolutas e públicas, “doadas” para a finalidade única de serem cultivadas. Só mais tarde, por lei específica de 18 de setembro de 1850, foi que se permitiu a venda de sesmarias.

Concedendo essas sesmarias, o Governo tinha a si mesmo na condição de senhor absoluto e incontestado das glebas, desconhecendo, em consequência, qualquer direito do indígena sobre as áreas que ele ocupava desde muito. Nessa perspectiva, era o silvícola tido na conta de invasor e, por tanto, passível até da reação armada por parte das autoridades e do branco titular do domínio ou posse das sesmarias. Daí as violentas e sangrentas confrontações entre uns e outros, como ocorreu largamente na zona do Presídio, motivando a presença, em 1813, de Guido Thomaz Marlière, com a expressa incumbência de investigar denúncias e tentar compor, de um lado, os sesmeiros e assemelhados e, de outro, os indígenas.

Na atualidade não existem mais indígenas nem na Zona da Mata Mineira e muito menos em Visconde do Rio Branco. O extermínio indígena intensificou-se com a ocupação das terras para o desenvolvimento da agricultura já no final do século XIX e não cessou neste período. Continuou pelo século XX.

²⁷ Segundo José (1982, p.89) “a presença de Marlière, no Presídio e no Quartel de Guidowald, na Serra da Onça, de 1813 a 1836, atraiu a atenção de vários naturalistas nacionais e estrangeiros, que vinham com a finalidade de empreender viagens de pesquisas científicas sobre a flora, a fauna e o homem da região. Com isso, estiveram em nossa terra homens de ciência, que, em graus diversos, deixaram sobre ela informações de alto valor e insubstituíveis, pois o mundo então vigente nestas paragens não mais existe, ultrapassado e substituído que foi: Manoel José Pires da Silva Pontes, George Wilhelm Freireyss, John Baptiste von Spix e Karl Friedrich Philip von Martius, Wilhelm Ludwig von Eschwege e outros”.

A autorização para o extermínio dos indígenas pode ser verificada na própria legislação do período imperial, como também em várias citações atuais, dentre as quais a que está na tese de Doutorado do professor Wladimir José Luft (2000, p.1):

De hoje em diante, quanto avistarem índios na estrada de ferro ninguém mais deverá pesquisar se estes vinham com intenções pacíficas ou não, mas abrir fogo contra eles, e não deverão atirar para o ar e nem para o chão, mas fazer pontaria certa! Ficarei como responsável por todas as conseqüências [...] ou se acaba com os índios ou estes acabam com a civilização. (Palavras de Carlos Teles, Diretor da Fundação Brasil Central e Delegado Regional de Polícia, em discurso ao seu pessoal de campo em outubro de 1945).²⁸

As atividades econômicas desenvolvidas em Visconde do Rio Branco, desde o processo de ocupação iniciado no século XIX, foram: a cata da poaia, a produção e o comércio da rapadura, aguardente, cana-de-açúcar e o café.

As primeiras atividades agrícolas em maior escala foram o café e a cana-de-açúcar. Para o município de Visconde do Rio Branco a ênfase é o cultivo da cana, pois a produção de café fora deslocada já no final do século XIX para cidades do entorno, que contavam com altitude maior. Enfatiza-se que a cana-de-açúcar foi, por mais de cem anos, a cultura mais importante do município, de 1822 até o final do século XX.

Segundo Valverde²⁹ (1958, p.34), Rio Branco, que tem agora acrescentado ao nome o título de Visconde, [...] já tinha definido o seu pendor para a indústria açucareira, pois produzia 55.400 toneladas de cana e possuía 126 engenhos, sendo um central.

Para uma melhor compreensão a respeito da cana-de-açúcar em Visconde do Rio Branco, foram consultados os jornais impressos “Voz do Rio Branco e “O Cicerone edição histórica”, que em 1985 traz parte das notícias ligadas ao Centenário da Usina São João II.

De acordo com o jornal “O Cicerone” (1985, p.3),

²⁸ NIMUENDAJÚ, Curt. **Textos indigenistas**. São Paulo: Editora Loyola, 1982, p.244. (Apud LUFT, 2000. p.1).

²⁹ Valverde (1958, p.50) traz uma explicação em relação aos fornecedores de cana. “O fornecimento dos fazendeiros é muito incerto, porque a cana e o açúcar têm o preço tabelado pelo Instituto do Açúcar e do Alcool e a aguardente não tem. Assim, quando o preço está alto os fornecedores vendem toda a sua produção para os engenhos de cachaça”.

[...] A data de origem deste tipo de empreendimento no município é remota, mas se corporificou em 1882, por intermédio de Joaquim Bitencourt, que se associando a outras pessoas da época almejava a construção de um engenho central. A idéia se realizou. Não sem esbarrar nas dificuldades de qualquer empreendimento principalmente em se tratando do feito que necessitava de grande orientação técnica especializada, que por sua vez era inexistente nas Minas Gerais.

O grupo empreendedor contou para vencer estes obstáculos, com incentivo do governo imperial, sem o qual talvez seu empreendimento não se concretizasse. Este grupo tinha sede na cidade do Rio de Janeiro e sua estrutura fundamental teve por base as instalações primitivas do engenho. Destaca “O Cicerone” (1985, p.3) que

[...] em 1885, a 7 de setembro, o Engenho Central já era mais que uma idéia, mais que um sonho, se personificara e ganhara a qualidade de grande processa. Tudo isso devido ao trabalho imorredouro e às inovações técnicas e de maquinário que permitiram um alcance maior de produção e qualidade. Nesta data nascia a Usina Rio Branco, oriunda de um sonho antigo da região, mas nem por isso acanhada em suas pretensões, afinal era a primeira Usina de Açúcar das Minas Gerais. Recebeu suas bênçãos do Padre Severiano Anacleto Varela, pároco de Rio Branco, e contou com a presença do Imperador Pedro II e sua esposa, além de comitiva que incluía nomes como Joaquim Marques Lisboa, Marquês de Tamandaré, Ministro da Marinha Imperial.

A partir deste momento a Usina seguiu o destino de grande empresa, e como tal se alimentava de novos investimentos para a sua expansão de acordo com as necessidades da época.

Tais investimentos eram necessários tanto no maquinário, quanto nas instalações e eram cada vez mais expressivos. O grupo liderado por Joaquim Bitencourt deliberou a venda da Usina para a Cia Leopoldina Railway em 1907, que manteve o controle da mesma por pouco tempo, vendendo-a posteriormente para um grupo francês denominado SOCIÉTÉ SUCRIÈRE DE RIO BRANCO, com sede em Paris.

O grupo francês contratara vários gerentes para comandar os negócios da Usina Rio Branco que clamava por mais progresso. Em 1909, chegou a Visconde do Rio Branco o primeiro representante de uma família que se estabeleceu na cidade e

que mais tarde fundou a Cia Açucareira Riobranquense, através da Usina São João I.

Com a aquisição da usina Açucareira Rio Branco S/A, o grupo Bouchardet estabelecia a Cia Açucareira Riobranquense formada pelas Usinas São João I e São João II (Ex-Usina Açucareira Rio Branco).

[...] Quando o grupo Bouchardet assumiu o controle acionário da Usina Rio Branco, eram amplas as necessidades da mesma. Desde o espaço interno formado pelo maquinário até aos funcionários. [...] Foram promovidas as reformas e acertos necessários e os 2.015 empregados rurais da mesma foram no ano de 1976 registrados e passando a gozar dos benefícios oriundos do ato. (O CIRERONE, 1985. p.4).

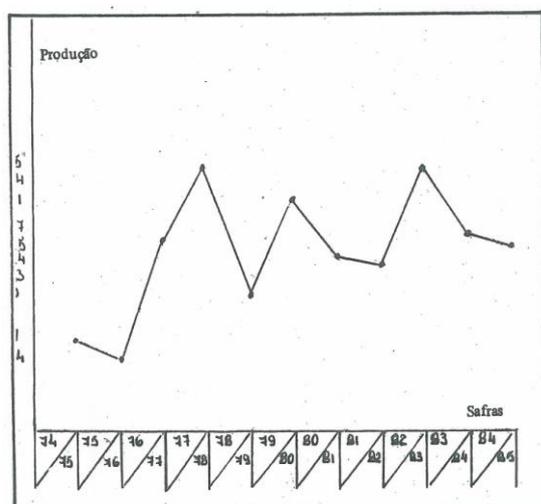
Resolvidos os problemas trabalhistas outras demandas deveriam ser sanadas, pela nova administração da Companhia. Problemas estes que estariam ligados à questão do abastecimento de matéria prima, ou seja, com a expansão da produção novas terras deveriam ser ocupadas pela monocultura da cana.

Com a resolução destes problemas e com o reaparelhamento interno da Usina São João II, a Cia Açucareira Riobranquense assumiu lugar de destaque, ampliando sua área plantada em fazendas próprias concentradas na região de Visconde do Rio Branco, Ubá, São Geraldo e Guidoal.

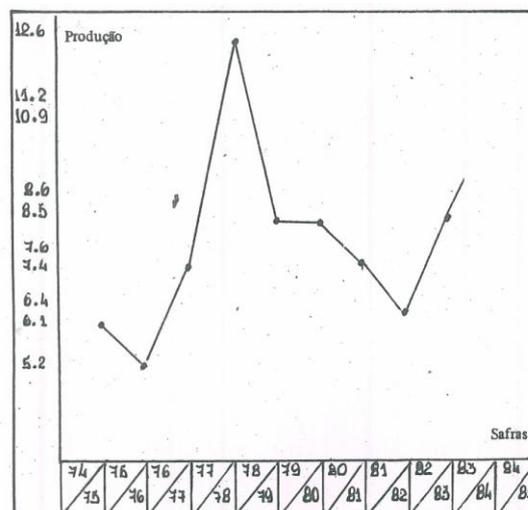
Em pouco tempo a Usina Rio Branco voltou a funcionar normalmente.

Observando os gráficos da Figura 4 – sobre a produção de açúcar e melaço das Usinas São João I e São João II, pode-se perceber o comportamento da produção no período de 1974 a 1985.

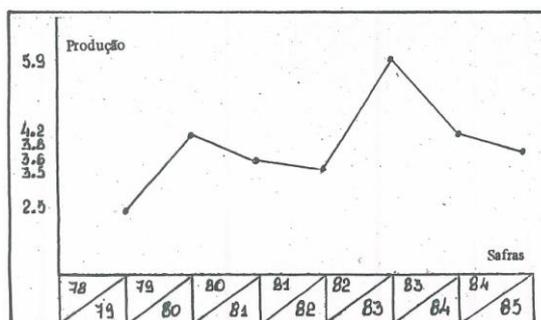
Num estudo comparativo das safras da Usina São João I, nota-se que a mesma vem apresentando um acréscimo gradual na produção de açúcar. As diferenças encontradas de uma para outra safra se justificam, no período de 74/75 até 78/79, pela colheita e pela qualidade da cana fornecida. A produção de melaço, que neste período era vendido, teve sensível acréscimo nas safras citadas. Com relação ao período de 79/80 até 1985 a variação na produção de açúcar se deve ao fato da entrada em funcionamento da Destilaria Mário Bouchardet Júnior, que começou a solicitar maior produção de melaço para fabricação do álcool.

FIGURA 4 - PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E MELAÇO - USINA SÃO JOÃO I E SÃO JOÃO II


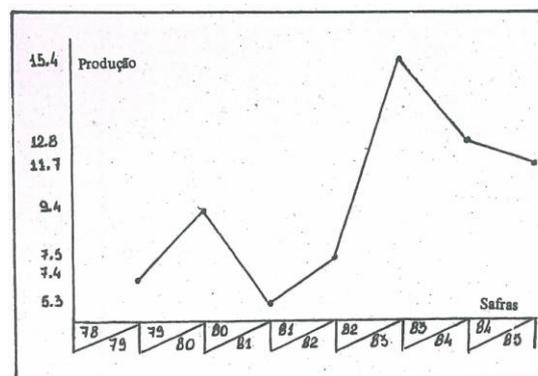
Produção de Açúcar Usina São João I, expresso em 100.000 sacas.



Produção de Melaço Usina São João I, expresso em 1.000.000 de Litros.



Produção de Açúcar Usina São João II, expresso em 100.000 sacas.



Produção de Melaço Usina São João II expresso em 1.000.000 de Litros.

Fonte: O Cicerone, 1985.

Já na Usina São João II (antiga Usina Rio Branco), a produção de açúcar e melaço também cresce com o passar dos anos, apenas regulando este mesmo crescimento às necessidades da Destilaria.

No que se refere à produção de álcool, “O Cicerone” (1985. p.6) traz a seguinte menção:

[...] a destilaria Mário Bouchardet Júnior, instalada ao lado da Usina São João II de propriedade da Cia Açucareira Riobranquense foi inaugurada a 27 de Setembro de 1979. A destilaria foi o marco histórico da entrada do Grupo Bouchardet na era do álcool. A produção inicial da mesma, já em sua primeira safra, 79/80, foi de 1.536.017 lts de álcool Anidro e 8.521.700 lts de álcool hidratado, graças às constantes pesquisas que resultaram em remodelações internas e domésticas visando o aprimoramento do empreendimento.

Mesmo ampliando sua capacidade de produção e produzindo álcool a partir do final da década de 1970, a Companhia Açucareira Riobranquense - CAR entra num processo crescente de crise econômica.

No que tange à falência da CAR, há um conjunto de fatores e elementos que conjugados proporcionaram várias hipóteses. Entre elas estão: “crise” mundial do petróleo em 1973, aumento da produção através de compra de novas terras para cultivo da cana, renovação da frota de veículos (caminhões, colheitadeiras, tratores e demais veículos), crise econômica da década de 1980 (década perdida), má administração, ineficiência ou ausência de representação sindical, por fim falta de financiamento para cobrir as despesas geradas desde a década de 1970.

Quanto à hipótese de má administração do Grupo Bouchardet frente à CAR salienta-se um fragmento do texto “A lágrima da Deusa Ceres”, de autoria de Cléber Lima, publicado no jornal “Voz do Rio Branco” (03 a 09 de novembro de 1996).

[...] para dizer a verdade muitos donos da extinta *Societé Sucrière* por ali passaram em brancas nuvens, sem nunca terem pisado no pátio e tampouco reparado na parte frontal e central a presença, senão de uma deusa, pelo menos de uma obra de arte, do século passado (no fundo pode ter sido até bom, pois se notada, Ceres poderia estar agora decorando algum jardim).

Santa ignorância! Pobres dos incultos que mandam e desmandam; que governam e desgovernam.

A ti, que fizeste do mando (autoritarismo, poderio) uma regra geral – uma antítese - de administração; que recebestes apoio, incentivos e regalias mil, que fostes uma exceção à regra, que vivestes em mar de rosas, que usastes e abusastes; que extrapolastes nos tempos das vacas gordas, uma homenagem merecida. Seja, pois, erigido um obelisco em frente a usina moribunda, com a inscrição inspirada pela deusa Themis (da Justiça): “*Aqui jaz a Incompetência, cruel homicida da protegida Ceres*”.

E no último olhar para Ceres - antes de ser destruída vê-se brotar uma doce lágrima-açucarada?

Ao analisar as várias publicações do jornal “Voz do Rio Branco” entre as décadas 1980 e 1990, verificam-se não somente as duras críticas direcionadas à CAR, mas propostas para livrá-la do fechamento, conforme pode-se observar no texto “Usina – Crise se agrava – e quem paga o pato é o trabalhador”, também de autoria de Cléber Lima, publicado no jornal “Voz do Rio Branco” (04 a 10 de fevereiro de 1996).

Auto-gestão – Chega de paliativos. A classe trabalhadora tem que se organizar e assumir o controle da empresa. Eles estão sendo lesados. E além disso, são os que têm - direito e – credibilidade junto aos credores para rolaem o débito e até conseguirem algum tipo de perdão, anistia.

A autogestão seria única saída para se evitar o caos completo. Os empregados deveriam se conscientizar que estão sendo os maiores prejudicados.

O sistema de autogestão vem sendo empregado em diversas empresas brasileiras. Exemplos não faltam e é a ÚNICA solução viável.

Todos sabem do potencial dos funcionários da CAR. Ela tem em seus quadros excelentes profissionais em todas as áreas administrativas que poderiam fazer girar as engrenagens da usina com o poder de recuperá-la.

Tanto os empregados da lavoura como os da indústria e os do escritório, poderiam, uma vez organizados, salvar a usina. Para isso, elegeriam uma diretoria.

A solução está nas mãos dos trabalhadores. O resto, só milagres.

Referente ao cotidiano, à vida, à moradia, à alimentação e à produção de alimentos para subsistência dos trabalhadores rurais que cortavam cana para a CAR em Visconde do Rio Branco, suas perspectivas e sua forma de alimentação não eram das melhores, conforme descreve Olinda Maria Noronha em sua tese de doutoramento, que posteriormente foi transformada em livro³⁰.

Com base nos levantamentos, entrevistas, pesquisas de campo e conclusões proporcionadas pelo estudo de Noronha, nas análises dos dados do Jornal Voz do Rio Branco, buscou-se tecer um breve panorama da dieta alimentar da população riobranquense, principalmente dos trabalhadores rurais que cortavam cana e dos alimentos produzidos por estes.

Olinda Maria de Noronha (1986, p.44) apresenta algumas propostas de estudo para entender a realidade dos trabalhadores rurais no sentido de:

[...] mostrar que a ação do capital se desenvolve a partir de mecanismos compulsórios, em que a negação da autonomia significa a tentativa do capital de reduzir os trabalhadores à condição de pobreza, para que não sobre tempo nem espaço para que eles se eduquem, o que revela o temor de perder o trabalhador, via instrução;

[...] mostrar que a percepção dos trabalhadores é um saber mais integrado, porque é construído em sua práxis cotidiana.

³⁰ NORONHA, Olinda Maria. **De camponesa a “madame”**: trabalho feminino e relações de saber no meio rural. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

Acrescenta a autora que a prática do trabalho é atravessada por interesses antagônicos; e desses nasce à possibilidade do saber contra a exploração, e da busca dos direitos surgem formas de educação e organização que, embora com caráter individual, mostram que é possível a transformação.

A percepção da realidade do município e das condições de trabalho na indústria canavieira riobranquense materializa-se no depoimento da trabalhadora que consta na obra de Noronha (1986, p.75-76): [...] Aqui tem muita injustiça. O trabalho da cana é duro e deixa a gente mais pobre. É um trabalho duro porque é mais pesado e o produto não é alimento, assim como o feijão, milho, arroz.

A descrição efetuada pela trabalhadora permite entender que, quanto à distribuição da terra no município, este vem sofrendo um processo gradativo de concentração de terras, cuja atividade principal é a exploração da monocultura da cana-de-açúcar. Essa concentração, ao mesmo tempo que promove a expropriação, transforma os pequenos produtores, que anteriormente ocupavam o minifúndio, em simples assalariados. Nesse processo de transição camponês a assalariado, o trabalhador perdeu sua autonomia e a de sua família, sendo obrigado a aprender as regras das novas relações de trabalho. Tal aprendizagem se faz e se produz em termos de socializar os trabalhadores para a submissão, domesticando-os no interior do processo produtivo.

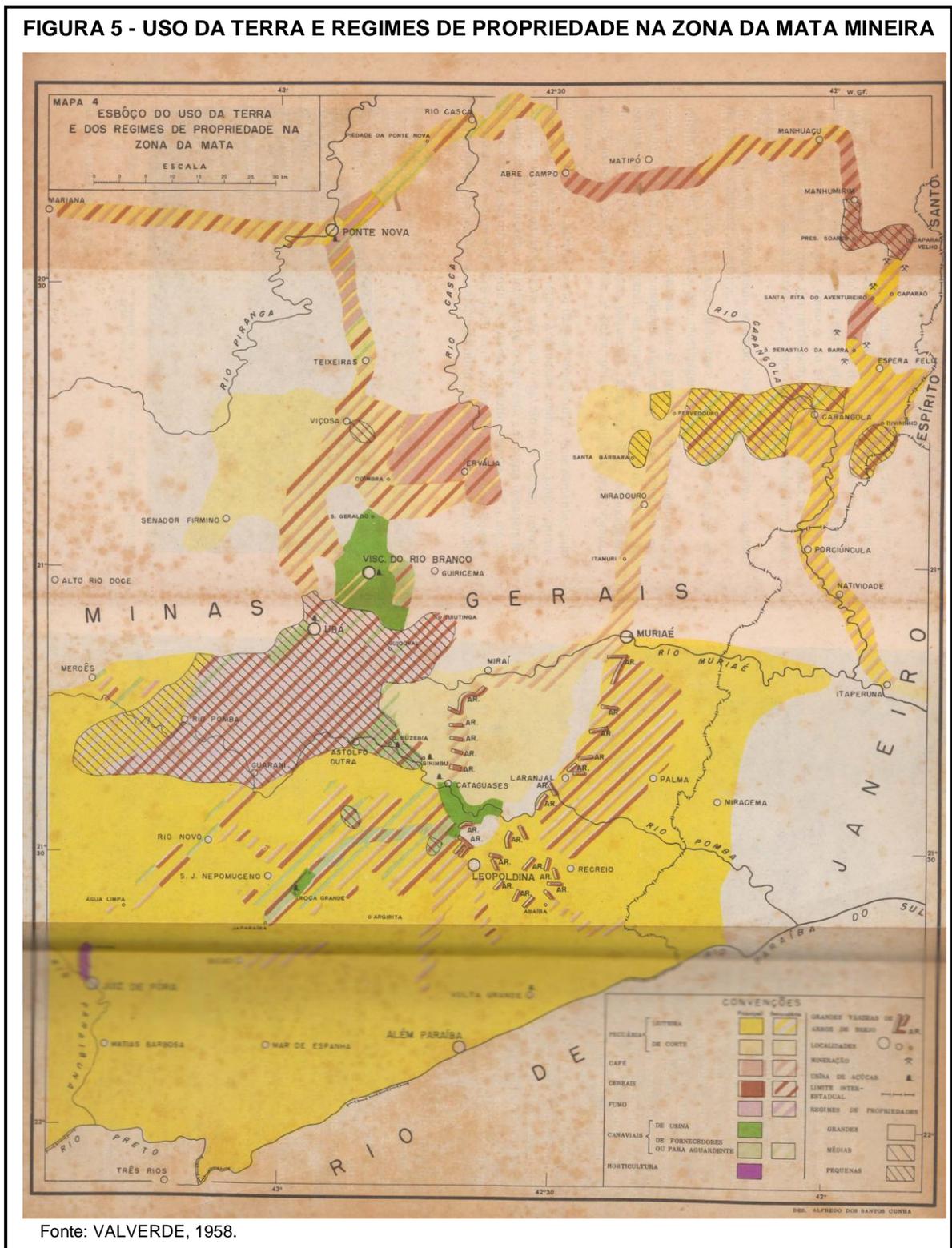
Segundo Noronha (1986, p.47-48),

O próprio fato de submeter o trabalhador ao trabalho já constitui, em si, um mecanismo pedagógico do capital. Ao mesmo tempo em que destitui-lo de qualquer posse ou propriedade e mantê-lo em constante estado de insegurança na empresa que o emprega se torna até muito mais vantajoso para o capital do que propiciar escolas e o disciplinem e o adestrem para o trabalho.

A negação de tudo, em todos os níveis, funciona como uma pedagogia eficiente no interior do livre jogo das relações de trabalho. O que o capital não pode impedir, no entanto, é que os trabalhadores aprendam também o seu contrário nesse processo, ou seja, a apropriar-se das regras dessa nova ética, utilizando em seu favor, ainda que em um nível precário e individual.

A análise das escrituras de propriedades existentes no Cartório de Registro de Imóveis do município atesta que a concentração de terras em Visconde do Rio Branco não é algo novo, configura-se no final do século XIX e perdura por todo o século XX. A concentração de terras advém da demanda de terras para plantio da

cana. A Figura 5 contida no “Estudo Regional da Zona da Mata, de Minas Gerais”, do geógrafo Orlando Valverde, dá uma dimensão da espacialização do cultivo da cana-de-açúcar no município de Visconde do Rio Branco, e a sua inserção no setor agroindustrial, tanto para o fornecimento à indústria de processamento para a fabricação do açúcar e posteriormente álcool e ainda para fabricação de cachaça.



De acordo com Noronha (1986), a este cenário de concentração de terras soma-se um fator bem específico e determinante, que se constitui na inserção da mulher como força de trabalho assalariado. Esta inserção ocorre concomitantemente à do homem, na medida em que a família foi perdendo a condição de desenvolver a economia de subsistência. O homem teve sua participação nesta relação de trabalho antes da mulher, mesmo na condição de pequeno produtor, quando trabalhava em suas terras em parte do ciclo agrícola e, na outra parte, vendia sua força de trabalho. A perda da terra é que marcou definitivamente o ingresso da mulher e dos filhos como vendedores livres de sua própria força de trabalho.

[...] a transformação do trabalhador em simples assalariado recria as condições necessárias à reprodução e à expansão do capital, mas não elimina as condições anteriores nem as outras categorias de trabalhadores, como parceiros e meeiros. Nem impede que as técnicas produtivas, os instrumentos de trabalho e o saber do trabalhador, adquiridos fora dessa nova relação, na economia de subsistência, sejam apropriados (junto com seu fazer e com o de sua família) pelos que detêm o controle das condições de trabalho e dos meios de produção.

Na verdade, todo o saber sobre o trabalho foi aprendido na pequena produção, na economia de subsistência. O que o capital faz, agora, é se apropriar desse saber e firmá-lo, ao mesmo tempo em que introduz as novas regras do jogo.

A disciplina, a economia, o cuidado com as ferramentas, o trabalho de qualidade, todos são elementos importantes que anteriormente garantiam a reprodução do capital de subsistência e que, agora, garantem a reprodução do capital. E a mulher traz, para a nova relação, hábitos muito prezados pela relação capitalista – tais como: submissão e docilidade, economia, pontualidade, capricho no trabalho –, que consistiam na tônica de seu trabalho junto ao marido, na economia de subsistência, onde nada podia se perder e onde todos da família tinham de dar sua contribuição, desde pequenos, como trabalhadores [...]. (NORONHA, 1986. p.49-50)

Somada à questão da inserção da mulher como força de trabalho, a divisão por gênero termina, segundo Noronha (1986, p.53-54), “por desunir os trabalhadores na compreensão dos mecanismos e na luta contra a exploração”.

Acrescenta que “um fator que deve ser combinado a tudo isso é a questão da utilização das terras para uso quase exclusivo da monocultura da cana-de-açúcar, centralizada nas mãos dos usineiros e de alguns grandes fornecedores”. Pode se dizer que essa concentração levou à redução das áreas de lavouras temporárias, onde, nas grandes propriedades, era utilizado o regime de parceria. A centralização

de terras e de poder, gradativamente eliminou qualquer forma de parceria ou obtenção de terras, e, aumentou o número de trabalhadores sem terra.

A essa centralização de terras e poder é interessante mencionar a entrevista cedida a Olinda Maria de Noronha (1986, p.55-56):

Agora, quando não há mais concorrência de usinas, as usinas pertencem a um mesmo dono, a um mesmo grupo econômico, que vive financiado pelo Governo [...]. Os bancos financiam, dão empréstimos fantásticos e, a cada empréstimo, é uma fazenda nova que o usineiro compra, aumentando a concentração de terras e a pobreza. A gente vê esse contraste aqui: de gente muito rica e muito pobre. As usinas aqui sempre têm seus candidatos e fazem até currais eleitorais. A usina é fechada à noite e o pessoal da lavoura, os empregados todos ficam em cárcere privado às vésperas das eleições. Eles têm respaldo do sistema, são financiados pelos políticos da área estadual e federal. Pedem à prefeitura, uma prefeitura pobre e miserável como a nossa; pedem favores, como fechar uma rua e doar esta rua à usina, alegando que é área de segurança da usina. A prefeitura, obedecendo à ordem dos senhores de engenho, fechou a rua, colocou um portão de ferro para ser privativa. Isto aí é só para ter uma idéia do que eles podem fazer com as pessoas pobres. Se fazem isso com um órgão público como a prefeitura, eles têm força realmente e gostam de demonstrar essa força. (advogado trabalhista que defendia as causas dos trabalhadores).

A usina também utilizava outros mecanismos de repressão, como cita Noronha (1986, p.56).

Todos aqueles com causa na justiça do trabalho, na maioria das vezes causas ganhas, eram pressionados para desistir, tendo suas casas invadidas e muitas vezes obrigados a assinar papel em branco. Até tiros, espancamentos e ameaças de morte os trabalhadores recebem. Os membros da família daqueles que entram na justiça contra a usina são despedidos da usina e não conseguem emprego em nenhum outro lugar da região, pois a usina fez uma lista negra dos reclamantes e seus familiares e a entregou aos fornecedores de cana, aos produtores e patrões de Viçosa, Ponte Nova, Ubá e Astolfo Dutra. Os pequenos proprietários se submetem às exigências da usina e, se não o fazem, são prejudicados no preço e na pesagem da cana. (Informativo FETAEMG).

A respeito da centralização econômica, trabalhista e fundiária exercida pelo Grupo Bouchardet, Noronha (1986, p.57) destaca que:

Este grupo age impunemente, porque o controle da economia da região é centralizado em suas mãos. Ele possui a propriedade das usinas São João e São João II e adquiriu recentemente a usina de Astolfo Dutra, que representava, até então, uma alternativa de trabalho fora desse controle.

A área das terras pertencentes às usinas corresponde a 3.178 ha, formando um total de 17 fazendas. Emprega atualmente 620 trabalhadores permanentes, sendo que na safra³¹ esse número se eleva para 3.000 temporários e volantes³², sem qualquer vínculo com a empresa. O número de mulheres permanentes é 100 e a grande maioria trabalha como safrista, uma vez que tal categoria não acarreta despesas com encargos sociais para a usina.

A política administrativa da CAR não se resumia somente à expropriação da terra, da força de trabalho, mas também incluía sonegar impostos e renegar áreas ou coibir o plantio de gêneros alimentares básicos para subsistência dos trabalhadores.

O procedimento de burlar as leis trabalhistas e o próprio Estado, deixando de pagar hora-extra aos trabalhadores e sonegando impostos (omitindo a produção real), pode ser verificado no depoimento da trabalhadora concedido à pesquisadora Noronha (1986, p.62):

Teve uma vez lá em Ubá Pequeno, nós pegados desde seis horas da manhã e fomos até uma hora da madrugada, nós ficamos carregando cana até uma hora da madrugada, a lua clara. Nós cortávamos cana de noite porque a usina mandou, e não podia cortar porque não tinha ordem do instituto (Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA). E aí nos cortamos cana de noite e entregamos na usina de manhã. Fez assim para o instituto não saber, foi embrulho, minha filha. Aquela cana toda o instituto não podia saber, só a usina.

³¹ A safra vai de maio a novembro, época em que o contingente de trabalhadores sem vínculo empregatício, que trabalham como diaristas sob as ordens de um turmeiro*, principalmente mulheres e crianças, aumenta muito. A época de plantio se estende de dezembro a abril, sendo mais freqüente em janeiro, março e abril. Dados obtidos na Emater e no Boletim Sistema de produção para a cultura da cana-de-açúcar, EMBRATER/EMBRAPA - Zona da Mata, MG, 1981. (Apud NORONHA, 1986. p.61).

* Turmeiro é figura típica do recrutador, transportador, fiscalizador, aquele que trata o preço e paga, nem sempre cumprindo o trato que, geralmente, é verbal. É uma espécie de intermediário entre o empregado e o empregador. (NORONHA, 1986. p.58).

³² Noronha (1986, p.58) explica que volante é um proletário, ou seja, um trabalhador desprovido dos meios de produção e, enquanto tal, obrigado a vender sua força de trabalho para garantir sua subsistência. Os temporários são aqueles trabalhadores rurais que detêm meios insuficientes à sua reprodução, que se assalariam temporariamente para complementar suas rendas. É o aumento da sazonalidade do trabalho que acompanha o desenvolvimento das relações de produção capitalistas na agricultura brasileira, que dá a especificidade da proletarianização do volante. Ou seja, o volante faz parte de um contingente da força de trabalho liberado apenas uma parte do ano, já que, sazonalmente, ele é reabsorvido pela agricultura.

De acordo com Noronha (1986), a percepção da mulher cortadora de cana de sua própria condição é algo muito forte em seus discursos e transparece em muitos depoimentos. As mulheres trabalhadoras acham que são muito sacrificadas e algumas trabalham mais que os homens, fazendo o serviço mais pesado. Apesar de considerarem um trabalho escravo, as trabalhadoras vêem na plantação da cana a vantagem de ter um serviço diário. Quanto à expansão da cana, descrevem que a mesma vem até a porta da casa, não tendo lugar para plantar alimentos básicos como milho, feijão e outros.

No que diz respeito ao ato da CAR em renegar áreas ou coibir o plantio de alimentos básicos para subsistência dos trabalhadores, Noronha (1986) menciona que a trabalhadora, mesmo morando em casa da usina, não tem condições de plantar nada em volta da casa, pois mal sobra espaço para umas flores. Não há como fazer nem uma horta, pois as plantações de cana vão até a porta da casa, ocupam todo o espaço produtivo.

Neste contexto há uma ocupação econômica e política da terra, com o objetivo de tornar os trabalhadores desprovidos da oportunidade de ter algo próprio, sendo dependentes da usina. Como afirmam as mulheres, as mesmas não podem criar aves, porcos ou vacas, ou mesmo cultivar outros produtos devido à proibição de se criar animais ou efetivar plantações entre as plantações de cana.

Para impedir que os trabalhadores produzam clandestinamente, existe a figura do “ronda”³³, empregado da usina ou do fornecedor que percorre e fiscaliza todas as propriedades produtoras de cana-de-açúcar.

As relações capitalistas de trabalho criam uma situação em que o trabalhador e sua família se tornam totalmente dependentes da usina para sobreviver. Costumam desenvolver um comportamento de aceitação das condições impostas pela CAR e seus fornecedores.

Em relação à alimentação das trabalhadoras rurais, Noronha (1986, p.74) deixa bem claro que:

³³ “Ronda’ é o encarregado da usina que percorre as fazendas, cuidando para que nenhum morador ou trabalhador deixe animais soltos ou crie animais, sem permissão, no meio da plantação de cana. Também verifica se alguém está plantando outra coisa no meio da cana, como feijão, milho etc... O ronda, geralmente, é alguém de confiança do patrão, geralmente um trabalhador que já foi da lavoura, já foi feitor, que conhece bem as fazendas, como a palma da mão, e conhece muito, também, todos os que moram na área onde faz a ronda”. (NORONHA, 1986. p.72).

Com a privação das possibilidades de terem algo de seu, as trabalhadoras acabam tendo de comprar todos os alimentos, escolhendo naturalmente os mais baratos, que fazem volume no estômago, “enganando a fome”, tais como macarrão, pão e coisas do gênero. A comida delas, tanto em casa quanto no trabalho, geralmente obedece a esse padrão, havendo sempre uma garrafinha de café. Carne, só mesmo de vez em quando. Antes, sempre tinham uns ovos, umas verduras; agora, isso é impossível, pelas limitações já mostradas. Pode-se ver que os próprios padrões de consumo da economia doméstica são redefinidos³⁴.

A possibilidade de produzir alimentos para a sobrevivência da família, segundo Noronha (1986) poderia ser viabilizada pela posse da terra. Para os trabalhadores, a posse da terra significa apenas a possibilidade de melhoria de vida, mas para os proprietários de terras ela tem um sentido político e econômico mais amplo.

Tal cenário materializa-se na fala da trabalhadora entrevistada por Noronha (1986, p.75-76):

Eu morava em Senador Firmino, vim pra cá trabalhar na cana. Sempre trabalhava na roça dos outros, plantava milho, feijão, arroz, não tenho terra. Aqui tem muita injustiça. O trabalho da cana é duro e deixa a gente mais pobre. É um trabalho mais duro porque é mais pesado e o produto não é alimento, assim como o feijão, milho, arroz.

Neste contexto de expansão da cana-de-açúcar, pode se dizer que a produção de alimentos torna-se inviável.

Nesta lógica da “pedagogia do capital”³⁵, nota-se que os trabalhadores são educados para novos tempos e espaços, por fim, para obedecer a uma hierarquia construída pelo próprio sistema.

No período de funcionamento das usinas de cana-de-açúcar no município de Visconde do Rio Branco, pode-se afirmar que os trabalhadores foram privados de produzir os alimentos básicos de sua alimentação e tornaram-se despossuídos do elemento principal de sua (re)produção: a terra.

³⁴ Para aprofundamento ver: LOPES, Maria de Fátima. **Redefinição social do papel da mulher na economia doméstica**: da família camponesa à família assalariada (dissertação de mestrado, extensão rural), Viçosa, MG: UFV, 1983.

³⁵ Termo utilizado por Noronha para demonstrar as estratégias de reprodução do capital.

3. A IMPORTÂNCIA DOS ALIMENTOS E DA PRODUÇÃO ALIMENTAR NO CONTEXTO NACIONAL, REGIONAL E LOCAL

[...] A comida ruim é o ato de comer de qualquer maneira. [...] No conceito de comida ruim o que está em causa, de fato, é toda uma cadeia da agricultura e uma forma de alimentação.

[...]

Hoje esse termo é utilizado e compreendido pelo conjunto dos cidadãos, para estigmatizar a agricultura que racionalizou seu desenvolvimento em detrimento do gosto, da segurança sanitária e da identidade cultural e territorial dos produtos. A comida ruim é também a consequência da máxima rotatividade dos capitais por um rendimento máximo de produção e de produtos em um mínimo de superfície. A consequência é a deturpação da missão do camponês, que é a de produzir e alimentar.

José Bové & François Dufour (2001, p.82).

[...] O próprio significado do alimento está sendo transformado: as culturas alimentares que outrora tratavam a culinária como elemento central para a manutenção da estrutura social e da tradição estão sendo lentamente usurpadas pela cultura alimentar globalizada, na qual custo e conveniência são dominantes, a refeição social é obsoleta e a arte da cozinha é fetichizada em livros de receitas pousados em mesas de canto e programas de televisão.

Paul Roberts (2009).

Ao analisar as citações anteriores, percebe-se a importância da alimentação além da perspectiva econômica, abrangendo a questão nutricional, simbólica e cultural, e ainda, o aspecto de organização e reprodução do próprio tempo e modo de vida camponês.

No prólogo de sua obra *o fim dos alimentos*, Paul Roberts (2009) menciona que existe uma discrepância crescente entre o que se procura e o que, na verdade, se oferece, e que é nessa lacuna, entre o alimento como proposição econômica e o alimento como fenômeno biológico, que residem os maiores desafios da atualidade.

Dentro deste contexto insere-se a preocupação tanto do alimento como produto sobrevivência, como a forma que o mesmo é produzido e o papel dos produtores que estão diretamente envolvidos nesta dinâmica produtiva, mas nem sempre são os que se beneficiam desta.

Em concordância com Mazoyer; Roudart (2010. p.26)

“a maioria das pessoas que tem fome no mundo não é, portanto, de consumidores urbanos compradores de alimentos, mas de camponeses produtores e vendedores de produtos agrícolas. E seu elevado número não é uma simples herança do passado, mas o resultado de um processo, bem atual, de empobrecimento extremo de centenas de milhões de camponeses sem recursos.

Em relação ao explicitado, Castro (1959, p. 45), que traz algumas indagações sobre a fome, como uma das mais terríveis das calamidades sociais, questiona: “será a calamidade da fome um fenômeno natural, inerente à própria vida, uma contingência irremovível como a morte? Ou será a fome uma praga social criada pelo próprio homem?”. Segundo o autor, a fome é assunto tão delicado e perigoso por suas implicações políticas e sociais que até há pouco tempo permaneceu como um dos tabus da nossa civilização – uma espécie de tema proibido ou, pelo menos, pouco aconselhável para ser abordado publicamente.

Há uma inter-relação entre alimentação, fome e pobreza. Especificando não a “fome total”³⁶, mas sim “fome parcial ou oculta”, estudadas por Josué de Castro, ambas estão ligadas ao conceito de segurança alimentar³⁷. Este conceito foi amplamente discutido na I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional realizada em Brasília - DF, entre os dias 27 e 30 de julho de 1994, onde foi aprovado o relatório que afirmava que o conceito de Segurança Alimentar deveria ser construído de acordo com a realidade nacional de cada país, e que, no Brasil, só haveria Segurança Alimentar quando todos os brasileiros tivessem acesso em

³⁶ Segundo Castro (2004, p.18) [...] não só *fome total*, a verdadeira inanição que os povos de língua inglesa chamam de *starvation*, fenômeno, em geral, limitado a áreas de extrema miséria e a contingências excepcionais, como o fenômeno muito mais freqüente e mais grave, em suas conseqüências numéricas, da *fome parcial*, da chamada *fome oculta*, na qual, pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de população se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias [...].

³⁷ Conforme mencionado no Projeto Fome Zero (2001, p.11-12) foi pouco depois de terminada a Primeira Guerra Mundial que se começou a ter registro, na Europa, da utilização do termo “segurança alimentar”. A traumática experiência da guerra havia demonstrado, mais uma vez, que um país poderia dominar o outro caso controlasse seu fornecimento de alimentos. Os Estados Nacionais davam-se conta de estar frente a uma poderosíssima arma, uma vez que populações inteiras não poderiam sobreviver sem alimentação e, diante desta situação, um país poderia ser submetido a outro país, por motivos políticos ou econômicos, a uma grave forma de dominação. Assim, fortaleceu-se a idéia de que a soberania de um país também dependia da sua capacidade de auto-suprimento de alimentos. A alimentação adquiriu um significado estratégico de segurança nacional, impondo a necessidade a cada país de assegurar por conta própria o suprimento da maior parte dos alimentos que sua população consome, fazendo inaugurar um conjunto de políticas específicas, entre as quais a formação de estoques de alimentos.

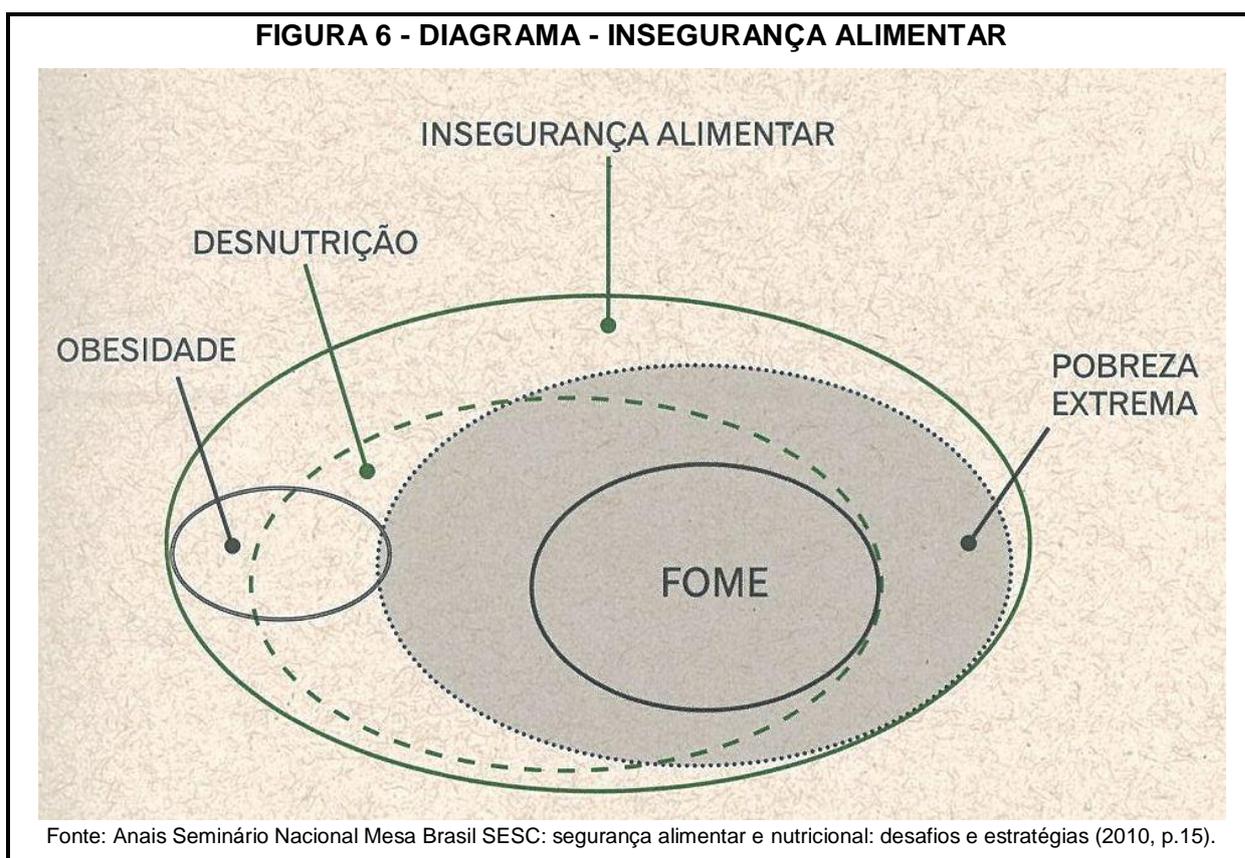
No Brasil o tema segurança alimentar aparece tardiamente. O conceito foi formulado pela primeira vez por técnicos e consultores na elaboração de documento para política de abastecimento, no âmbito do Ministério da Agricultura, em 1986.

quantidade e qualidade aos alimentos requeridos para a saudável reprodução do organismo humano e para a existência digna.

Conforme abordado nos Anais Seminário Nacional Mesa Brasil SESC: segurança alimentar e nutricional: desafios e estratégias (2010), a fome é parte do fenômeno da desnutrição. Neste caso, não se trata somente da falta de acesso à alimentação, mas também da falta de acesso à alimentação adequada.

A alimentação inadequada pode ocasionar problemas como obesidade, insuficiência na ingestão de nutrientes, entre outros. Estes problemas podem atingir a população que se encontra em situação de pobreza, mas também os que estão fora desta situação.

Com base na Figura 6, pode-se considerar a complexidade em torno do tema FOME (núcleo da segurança insegurança alimentar), e ainda, da dificuldade em delimitar o número de assolados pela fome, desnutrição e subnutrição.



Pode se dizer que a fome refere-se em uma primeira instância a falta de acesso aos alimentos e, posteriormente, a deficiência de nutrientes na alimentação.

A fome é um fenômeno que atinge principalmente a população em situação de pobreza.

No contexto geral, destaca-se o papel da Universidade, que segundo Herbert de Souza – Betinho, (1996, p.13) é:

[...] estar aberta, participar, ser parte ativa e presente da vida social: este é o desafio. Deixar-se contagiar pelas questões que a sociedade identifica como fundamentais e, a partir do seu lugar específico, com sua capacidade de gerar conhecimento, contribuir para a sua superação. Não se pede que a universidade abra mão da excelência intelectual. Ao contrário, o conhecimento científico é fundamental para a construção de um país mais justo e democrático. O que se pede é que ela exerça seu papel cidadão. Pensando os problemas nacionais, apresentando alternativas, integrando este imenso esforço da sociedade de superação da miséria e da exclusão.

Argumenta Souza (1996, p.13) que “no Brasil ainda existe muita fome e miséria e que para mudar, ainda precisamos de muita Ação. De muita indignação”. Acrescenta o autor que “é preciso que nossa indignação seja produtiva, que nos motive na Ação, que leve à criação de alternativas e à construção de novas relações econômicas e sociais”. E para efetivar esta Ação, faz-se necessário que professores, intelectuais, pensadores em diálogo sobre a fome, sobre segurança alimentar tomem uma iniciativa concreta.

Somando-se a argumentação de Souza, cita-se a referência contida no Projeto Fome Zero³⁸ (2001, p.5):

A tarefa de erradicar a fome e assegurar o direito à alimentação de qualidade não pode ser apenas uma proposta de governo, mesmo que sejam articulados com eficiência todos os órgãos setoriais nos níveis federal, estadual e municipal. É vital engajar nessa luta a sociedade civil organizada: sindicatos, associações populares, ONGs, universidades, escolas, igrejas dos mais distintos credos, entidades empresariais. Garantir a segurança alimentar é promover uma verdadeira revolução, que envolve além dos aspectos econômicos e sociais, também mudanças profundas na estrutura de dominação política. Em muitas regiões do Brasil, as condições de pobreza são mantidas porque inclusive facilitam a perpetuação no poder de elites conservadoras que há séculos mandam neste país.

³⁸ O Projeto Fome Zero - Uma Proposta de Política de Segurança Alimentar para o Brasil - foi idealizado pelo Instituto da Cidadania e debatido com representantes de Organizações Não Governamentais - ONGs, institutos de pesquisas, organizações populares, movimentos sociais e especialistas ligados à questão da segurança alimentar, de todo o Brasil.

A fome não deve ser tratada somente como um problema técnico de subnutrição e nutricional, mas sociopolítico, que está diretamente ligada à questão da segurança ou insegurança alimentar. Tal problemática está relacionado à política fundiária e agrícola desenvolvida no Brasil no pós segunda guerra, mas existiu no período colonial e imperial e manteve-se em todo processo geo-histórico da república. Para transpor esse cenário e garantir a segurança alimentar o Projeto Fome Zero (2001) propõe promover uma verdadeira revolução, que envolve aspectos econômicos e sociais, e também mudanças profundas na estrutura de dominação política.

Há no plano teórico, o reconhecimento da importância da alimentação, ou da mencionada segurança alimentar. Prova disto é a publicação de uma série de Decretos, Emendas Constitucionais e Leis, apresentadas em ordem cronológica.

A Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no artigo 1º parágrafo 1º inciso III, traz como órgão integrante e de assessoramento direto do Presidente da República o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, regulamentado pelo Decreto nº 6.272, de 23 de novembro de 2007, que dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento do CONSEA.

A Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003 cria o Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, estabelecendo em seu artigo 1º que fica criado o Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, vinculado às ações dirigidas ao combate à fome e à promoção da segurança alimentar e nutricional, frisando no parágrafo 1º que se considera segurança alimentar e nutricional a garantia da pessoa humana ao acesso à alimentação todos os dias, em quantidade suficiente e com a qualidade necessária.

A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. No tocante à Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, fica instituído o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.

Tais políticas foram consolidadas na Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 64, de 04 de fevereiro de 2010 que alterou o artigo 6º da Constituição Federal incluindo a alimentação no rol dos direitos sociais da pessoa humana, ratificando, assim, o direito à alimentação como uma das vertentes do

princípio da dignidade da pessoa humana, previsto como fundamento da República Federativa do Brasil disposto no artigo 1º inciso III da Constituição Federal.

Quanto aos direitos sociais essenciais descritos na constituição que configuram o princípio da dignidade da pessoa humana o Procurador de Justiça do Estado de Minas Gerais, Rogério Greco (2010, p.159) menciona de forma incisiva que “o Estado não educa, não fornece habitação, não se preocupa com a saúde de sua população carente; enfim, é negligente em todos os aspectos fundamentais para a preservação da dignidade da pessoa humana”.

A legislação brasileira reconhece o problema da “fome parcial” ou “oculta”, e que esta materializa e contribui para a insegurança alimentar. Na prática, verifica-se o descaso, prova disso é a opção de desenvolvimento adotada pelo Estado e aceita pela sociedade em relação à agricultura. Na economia brasileira o acesso diário aos alimentos depende do poder aquisitivo da população, ou seja, da disponibilidade de renda para aquisição de alimentos. Parte significativa da população brasileira tem rendimentos tão baixos que a colocam em situação de insegurança alimentar. Nas palavras do sociólogo Rodolfo Hoffmann (1996) a insuficiência de alimentação e outras condições impróprias para a saúde, associadas ao baixo poder aquisitivo de grande parte da população brasileira, se manifestam em indicadores antropométricos de desnutrição. O mesmo autor indaga sobre a insegurança alimentar no Brasil e se esta será eliminada através da produção de mais alimentos.

Pode-se afirmar que o aumento da produção de alimentos não necessariamente evita a fome. O problema da fome está vinculado à pobreza de grande parte da população. Por outro, o aumento da renda da população pobre, pode ocasionar um aumento da demanda por alimentos, que segundo Hoffmann (1996, p.210) “se manifestaria como uma crise de abastecimento, pois a oferta não poderia se ajustar em um prazo muito curto. Nesse caso, o aumento do preço dos alimentos iria anular em parte, o aumento da renda daquela população”.

Neste contexto, pode-se destacar as ponderações de Vera Mariza Henriques de Miranda Costa e Leila Stein (1996), sobre o fato de que a agricultura e os agricultores estão hoje no centro da temática da segurança alimentar brasileira. A questão da miséria que concentra parcelas importantes da população rural é o viveiro que alimenta a tragédia cotidiana das cidades brasileiras. Todavia esta situação resulta de escolhas políticas sustentadas em planos e programas de

governo, em que certa concepção de modernização da agricultura assume papel central.

Referente à modernização da agricultura, a opção de desenvolvimento adotada pelo Estado em relação ao meio rural acrescentam as autoras que este modelo excludente desvincula parcelas importantes de terras de sua função produtiva. Se a terra no Brasil é usada como reserva de valor para especulação por grupos industriais e financeiros, o caráter parasitário desse capitalismo de desperdício provém de sua incapacidade de incorporar a propriedade da terra ao processo de produção. A dissociação entre propriedade e produção, se expressa no caráter extensivo da atividade agrícola e nos baixos níveis de produtividade obtidos em grande parte de suas culturas, sobretudo as que não estão relacionada a produção de alimentos.

No que tange a outro grave problema do meio rural, Costa e Stein (1996, p.236) destacam que:

A propriedade da terra no Brasil utiliza o véu ideológico daquela dissociação a fim de canalizar a sustentação social necessária ao progresso, desresponsabilizando-se socialmente pelo que cria e amplia em termos de miséria social, resultando numa modernização dolorosa. Essa dor consiste na miséria material que reproduz a miséria no campo e nas cidades, que se pode resumir na afirmação de uma “catástrofe social”.

Pode se afirmar que o problema agrário brasileiro teve sua origem no período colonial, sendo mantido e institucionalizado no período imperial (Lei 601 de 1850 - Lei Terras) e perpetuado e agravado em meados do século XX com a capitalização do campo como salienta Cardim; Vieira; Viégas (p.2) no artigo “Análise da Estrutura Fundiária Brasileira”:

A penetração capitalista no campo, a partir da década de 60, se deu através do "modelo prussiano", que se caracteriza pela transição da grande propriedade improdutiva para a grande empresa capitalista e pela exclusão da maioria das pequenas e médias propriedades. O cerne deste modelo é a modernização conservadora, que tem como pilar modernizar a grande propriedade, com a conseqüente manutenção de uma estrutura fundiária concentrada; exigindo-se qualidade e produtividade, que estão atreladas à adubação química e mecanização, tendo em vista o mercado externo e as demandas da indústria nacional, as quais passaram a determinar o perfil da agricultura brasileira.

Na opção de desenvolvimento adotada não houve espaço para incorporação da pequena e média propriedade, que, sem qualquer direcionamento político e econômico que lhes beneficiassem, sofreram um processo de espoliação e supressão maior do que o normal, pois, despossuídos de crédito e de comercialização se fragilizaram, intensificando assim o êxodo rural iniciado em 1930 (política macroeconômica de inversão de capital do setor primário para o setor secundário) mas intensificado durante as décadas de 1950, 1960 e 1970.

Além de não efetuar a reforma agrária no país, o Estado através da “modernização” da agricultura agravou ainda mais a situação no campo, implementando políticas que privilegiavam latifundiários e o capital estrangeiro em detrimento dos milhares de pequenos e médios produtores. A materialização deste cenário pode ser confirmada utilizando fontes tradicionais de estudos, os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, que focam a distribuição do espaço entre seus detentores e os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que retrata a ocupação dessas terras pelos produtores rurais, conforme pode ser visualizado no Quadro 6.

QUADRO 6 - Distribuição dos Dados Cadastrais do INCRA e Estabelecimentos Agropecuários IBGE - 2006								
Classes de Área Total (ha)	Imóveis Rurais INCRA				Estabelecimentos Agropecuários IBGE			
	Número		Área (ha)		Número		Área (ha)	
	(mil)	%	(milhões)	%	(mil)	%	(milhões)	%
Total	2.924	100,0	309,0	100,0	5.175	100,0	329,9	100,0
Menos de 10 há	908	31,1	4,4	1,4	2.477	47,9	7,8	2,4
De 10 a menos de 100 ha	1.601	54,7	51,9	16,8	1.972	38,1	62,9	19,1
De 100 a menos de 1000 ha	374	12,8	100,1	32,4	425	8,2	112,7	34,1
1.000 ha e mais	41	1,4	152,6	49,4	47	0,9	146,5	44,4

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 2006.

Fonte: Estatísticas Consolidadas do Recadastramento INCRA - 1992.

Elaboração: SIMONCINI, João Batista Villas Boas. Out. 2010.

Ao analisar os dados do Quadro 6, embora discrepantes entre as duas fontes, permitem afirmar que são poucos os imóveis rurais e estabelecimentos agropecuários acima de 100 hectares, 415 (INCRA) e 472 (IBGE). Quando se analisa a área ocupada pelos mesmos acima de 100 hectares verifica-se uma proporção representativa: 81,8% (Imóveis Rurais - INCRA) e 78,5% (Estabelecimentos Agropecuários IBGE). Mesmo valendo-se de metodologia e

dados diferentes (INCRA e IBGE) ao se relacionar o número de imóveis rurais e estabelecimentos agropecuários com a porcentagem de áreas ocupadas por estes, é possível confirmar a má distribuição de terra, ou seja, o problema fundiário brasileiro.

A variável que mais se destaca é a proporção significativa de área que uma pequena porcentagem de pessoas ocupa no país, ocasionando uma alta concentração de terras.

Esta concentração de terras no Brasil tende a agravar ainda mais os problemas e as condições socioeconômicas no campo, dificultando o desenvolvimento de políticas públicas, programas e projetos sociais direcionados tanto para o urbano quanto para o meio rural brasileiro; tais como: Projeto Fome Zero, Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA³⁹, que está vinculado às ações dirigidas ao combate à fome e à promoção da segurança alimentar e nutricional; a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais⁴⁰, que tem como princípios: I - descentralização; II - sustentabilidade ambiental, social e econômica; III - equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia; IV - participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais; e, ainda, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN⁴¹, que tem por objetivos formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional do país.

Salienta-se que a desconcentração de terra contribui tanto com a produção de alimentos para autoconsumo (subsistência) quanto para a redistribuição de renda, já que as famílias beneficiadas passam a dispor da terra como um meio de obter rendimentos por meio da produção agrícola, e, ainda, como local de moradia. Em relação ao autoconsumo Norder (1997) especifica que uma abundante produção de alimentos para o autoconsumo pode existir através de uma produção comercial. Um estudo da CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral), no Estado de São Paulo, sobre autoconsumo de alimentos entre pequenos agricultores, propõe o

³⁹ Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003.

⁴⁰ Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

⁴¹ Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.

estabelecimento um modo de exploração comercial que, somado em termos de área a um módulo de subsistência, comporia uma unidade de produção de dimensões mínimas, necessárias à existência e progresso de uma família rural média do Estado (cinco pessoas). De acordo com este estudo, o módulo de subsistência utilizaria relativamente poucos recursos fundiários, pouco trabalho familiar e ainda assim poderia abastecer integralmente as necessidades de consumo alimentar do grupo doméstico.

Para fundamentar melhor a questão do módulo comercial e de subsistência, acrescenta Norder (1997, p.53) com um exemplo:

A produção de alimentos para uma família de cinco pessoas ocuparia uma área de aproximadamente 4,77 hectares com o cultivo (consorciado) de arroz (0,6 ha), feijão (0,29 ha), milho (3,82 ha), mandioca (186 m²), cana (900 m²) e café (300 m²), com a criação de galináceos (35 galinhas e 3 galos), suínos (2 fêmeas), caprinos (6 cabeças), horta (10 m² por pessoa) e pomar (50 pés de banana, 30 m² para mamão, 06 pés de citros) entre outros gêneros alimentícios. Utilizaria 0,73 mão-de-obra (homens por ano), ou seja, desconsiderando a divisão familiar do trabalho neste módulo de subsistência, requisitaria apenas uma integrante da família durante nove meses do ano. O auto-abastecimento alimentar seria praticamente completo. Este módulo de subsistência teria um funcionamento paralelo ou associado ao módulo comercial, este último responsável pela obtenção de uma renda monetária indispensável aos agricultores familiares.

O acesso a terra, acompanhado de outros elementos, propicia a produção de alimentos para autoconsumo (subsistência) e a comercialização de excedentes.

Existem dados que comprovam a importância da posse da terra para a melhoria das condições de vida das famílias rurais. O acesso a terra, acompanhado de uma infra-estrutura mínima e de políticas agrícolas e sociais adequadas, representa ao mesmo tempo o acesso à alimentação, habitação e emprego para as famílias rurais. Este processo depende de vários fatores, como as características produtivas e ambientais de cada região, a ação das políticas públicas, a trajetória sócio-cultural de cada grupo e dos hábitos alimentares muitas vezes constituídos em contextos sociais excludentes.

Além de servir como fonte de renda, pode-se afirmar que a posse da terra contribui com a segurança alimentar. Estudos realizados sobre os assentamentos rurais, após a sua instalação, indicam uma elevada importância da produção para o autoconsumo.

Pesquisa de campo sobre as práticas alimentares de 42 famílias em um assentamento rural⁴² no município de Promissão, Estado de São Paulo, Norder (1997, p.108) calculou que a média do autoconsumo de calorias 30,79% das calorias consumidas pelas famílias entrevistadas provinham do autoconsumo da produção agrícola. Ou seja, o autoconsumo contribui para que as famílias tenham uma alimentação de melhor qualidade (segurança alimentar). O estudo conclui que, transformando esses nutrientes em valores monetários e somando-os à renda familiar, o autoconsumo contribui para que as famílias mais pobres superem a condição de estarem abaixo da linha de pobreza.

A implementação de assentamentos rurais configura uma nova dinâmica no município e no seu entorno. Esse dinamismo pode ser gerado pelo consumo das famílias ali assentadas, bem como, na venda dos produtos produzidos pelos assentamentos, através de suas cooperativas e associações.

Sendo assim, pode-se dizer que a reforma agrária é um dos principais instrumentos para erradicação da fome e da miséria no Brasil, mas que outros fatores são importantes: apoio financeiro (crédito), assistência técnica e infraestrutura produtiva e social.

Com relação à segurança alimentar, é importante fazer uma análise e verificar quem, como e com que recursos está sendo produzida a maior parte da alimentação básica da população brasileira.

Um dos aspectos fundamentais para se chegar a este entendimento, refere-se à oferta de crédito rural destinado para a agricultura empresarial e para agricultura familiar estabelecida no Plano Agrícola e Pecuário para as safras de: 2008/2009; 2009-2010; 2010-2011.

De acordo com os dados do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, a oferta de crédito rural em 2008/2009 foi de R\$ 78 bilhões, sendo R\$ 65 para agricultura empresarial (comercial) e R\$ 13 para agricultura familiar. Em 2009/2010 foi R\$ 107,5 bilhões – o que representa aumento médio total de 37% em relação ao período anterior, sendo R\$ 92,5 bilhões para agricultura empresarial (comercial), sendo destinado para esta um aumento 42% no que tange aos recursos

⁴² De acordo com Norder (1997, p.85) [...] O Projeto Assentamento Fazenda Reunidas foi implementado em 1989/1990 e dispõe de lotes de 7,5 ou 8 alqueires, ou seja, uma área entre 18 a 19,2 hectares. É formado por famílias de trabalhadores rurais que residiam nas cidades de Promissão, Penápolis, Birigui, José Bonifácio, entre outras da região. Um grupo de 105 famílias, que vinha habitando e trabalhando na área urbana da cidade de Campinas, foi organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e estão atualmente no Assentamento.

recebidos, enquanto que para a agricultura familiar foram destinados R\$ 15 bilhões. Já para a safra 2010/2011 a oferta de crédito é de R\$ 116 bilhões, sendo R\$ 100 bilhões para a agricultura empresarial (comercial) e R\$ 16 bilhões para agricultura comercial. Também para este período houve aumento da porcentagem e maior valor para as culturas relativas à produção de caráter comercial.

A análise dos dados demonstra a opção adotada pelo Estado que prioriza a produção de *commodities* em detrimento da produção alimentar. Neste contexto Carlos Walter Porto-Gonçalves (2006) menciona que é no âmbito do território nacional que se decide o problema da fome e da alimentação que nesse caso, aponta na direção contrária ao processo de globalização, onde cada vez mais se fala de *commodities*. Acrescenta que para combinar a articulação do plano nacional com o mundial, é no plano nacional que se deve colocar o foco da segurança alimentar.

No que tange a produção alimentar, ressalta-se os dados divulgados no Censo Agropecuário da Agricultura Familiar⁴³, elaborado pelo IBGE em 2006: O Censo identificou 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar no país, que representam 84,4% do total (5.175.489 estabelecimentos), mas ocupam apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Apesar de controlar apenas um quarto da área, a agricultura familiar responde por 38% do valor da produção (ou R\$ 54,4 bilhões).

Mesmo cultivando uma área menor, a agricultura familiar é responsável por garantir a segurança alimentar do País, gerando também os produtos da cesta básica consumidos pelos brasileiros. Os dados do IBGE apontam que a agricultura familiar é responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo. Salienta-se que estes produtos são os mais consumidos pela população brasileira.

⁴³ A Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, em seu artigo 3º dispõe que para efeito desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Analisando os dados do IBGE referente à produção oriunda da agricultura familiar pode-se afirmar:

A agricultura familiar não pode ser vista apenas sob o enfoque da oferta de alimentos para a construção da segurança alimentar, mas como um segmento que é ao mesmo tempo produtor e beneficiário da segurança alimentar. Não se trata portanto de criar unidades produtivas familiares e simplesmente colocá-las diante do mercado, mas tomar a agricultura familiar e a reforma agrária como parte de um projeto estratégico de desenvolvimento social e econômico, no qual as políticas agrárias, agrícolas e sociais venham aumentar a oferta de alimentos e também a aperfeiçoar as condições de vida do conjunto da população rural, inicialmente com a conquista da segurança alimentar no campo. (NORDER, 1997. p.30).

Outros fatores podem contribuir para a implementação da produção alimentar no país. Entre as várias propostas do Projeto Fome Zero: Uma Proposta de Política de Segurança Alimentar para o Brasil vale ressaltar três: a primeira é a criação de uma parceria entre grupos de varejistas (incluindo feirantes, mercearias e pequenos comércios) e o poder público local para a instituição de um sistema de compras coletivas. Cabendo ao poder público o dever de estabelecer um teto para os preços dos produtos da cesta básica, com certo controle das margens de comercialização do pequeno varejo. A segunda refere-se às áreas urbanas não-metropolitanas (pequenas e médias cidades), onde a presença do poder público no abastecimento por ser dinamizada através de ações que incentivem a ligação direta do consumidor com os produtores agrícolas locais. Essas ações atuariam no sentido de organizar e incentivar campanhas de consumo e distribuição de alimentos produzidos regionalmente, como por exemplo, “feira do produtor”. A terceira e última proposta está ligada a agricultura urbana, através da conexão entre o abastecimento e a produção agroalimentar local. Tendo como componentes centrais os programas de abastecimento e os programas voltados à promoção do desenvolvimento rural dos pequenos e médios municípios, gerando assim, renda, emprego e ainda, a produção de alimentos de qualidade.

De acordo com o Projeto Fome Zero várias iniciativas de alçada municipal podem fomentar esta atividade. Consta na página 97 do documento alguns aspectos fundamentais como: estimular programas como “Feira do Produtor” e sistemas de entrega no domicílio de produtos frescos; promover cursos de formação para implantar hortas nas escolas; cadastrar terrenos urbanos sem uso para produção de

hortas e a cessão para produção, para pessoas desempregadas e interessadas em produzir; e definir e alíquotas diferenciadas de Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, para terrenos aproveitados para este uso.

O combate ao desperdício é considerado outro elemento importante para minimizar a problemática da fome. É nos centros urbanos que verifica-se a existência de uma rede de produção e desperdício de alimentos que, mesmo em boas condições, são jogados fora. A criação dos Bancos de Alimentos é uma forma de aproveitamento desses alimentos, atuando no recolhimento e distribuição a associações beneficentes ou diretamente a famílias carentes. Iniciativas como esta funcionam em algumas capitais dos estados brasileiros.

Além do aspecto sócio-econômico, deve-se levar em conta o valor qualitativo e simbólico dos alimentos, que está vinculado ao conceito de cultura. Segundo Sandra de Cássia Araújo Pelegrini & Pedro Paulo Abreu Funari (2008, p.11) [...] a palavra cultura é das mais antigas, sendo usada em *latim*, há mais de dois mil anos, para designar o cultivo da terra (de onde deriva o termo “agricultura”). Acrescentam que [...] o sentido é bastante concreto: plantar, cuidar da plantação, colher, tudo isso faz parte da cultura.

Ao entender o conceito de cultura pode-se afirmar que a agricultura (produção/consumo alimentar) vai muito além do sentido empregado na atualidade, ou seja, do econômico (*agronegócio*). A agricultura pode e deve ser tratada sobre outros aspectos, tais como: simbólico/cultural, ambiental (modos de produção alternativos), social, saúde humana (segurança alimentar) e do planeta.

Quanto ao primeiro aspecto verifica-se que os alimentos contribuem para uma aproximação do tão esquecido conceito de *agricultura* (PORTO-GONÇALVES, 2006) e das três obrigações do circuito da *Dádiva*⁴⁴ (*dar, receber e retribuir*), gerando confiabilidade e solidariedade entre aqueles que têm certa lucidez, ou seja, são sensíveis e percebem este aspecto. Porém, na atual realidade do campo brasileiro o que tem se visto é o oposto, como salienta Porto-Gonçalves (2006, p.282):

[...] a própria mudança de nomes de *agricultura* para *agronegócio*, como gostam de chamar os seus próprios protagonistas, indica onde está o problema. No Brasil, durante o mês de junho ocorrem festas religiosas geralmente associadas à colheita, sobretudo, de milho. A

⁴⁴ Segundo Marcel Mauss (2003, p.251) “entre os Chinook, tribo muito mal conhecida, mas que teria figurado entre as mais importantes a estudar, a palavra *potlatch* quer dizer *dádiva*”.

expansão do agronegócio pela região Centro-Oeste do país, ocupando suas chapadas, tem feito dessa região a maior produtora de milho do Brasil. Entretanto, milhares de sertanejos no Nordeste e em Minas Gerais festejam efusivamente São João e São Pedro em Caruaru, Campina Grande, Sobral, Crato, Feira de Santana, Jequié, Montes Claros entre tantos arraiais onde se comem canjicas, bolos de milho, curaus, quindins, pamonhas, milhos cozidos que se misturam na alegria de tantos empregos, namoros, danças e distribuição de renda implicados nessas festas. Ao que se sabe, nenhuma festa está associada às colheitas feitas com grandes máquinas e com tão poucos empregos no Centro-Oeste brasileiro, aonde vem se jogando todas as fichas de um modelo de desenvolvimento no mais tradicional estilo moderno.

Analisando os parâmetros sociais, econômicos e ambientais, percebe-se ganhos com a inserção da agricultura alternativa tanto socioeconômica (qualidade dos alimentos: ganho nutricional) como ambientais (melhoria e recuperação do solo, dos recursos hídricos, da fauna e flora e principalmente da distribuição de renda).

No que tange ao aspecto da saúde humana, ao falar sobre o paradigma vigente, Porto-Gonçalves (2006, p.280-281) enfatiza que:

Estamos diante, pois, de um modelo agrário/agrícola que não só tende para a concentração fundiária e de capital como, pela exigência elevada de capital que coloca, impede a própria democratização do modelo, além de diminuir sensivelmente a mão-de-obra empregada, e, também, a participação do trabalho na distribuição da renda nesse complexo produtivo como um todo. Na verdade, compensa-se a queda de preços dos produtos agrícolas com uma extrema concentração de capital e, assim, um setor estratégico, como o da produção de alimentos, se descola para as mãos de umas poucas empresas transnacionais. A produção de alimentos se coloca, assim, como um risco num setor da atividade humana cujo objetivo era exatamente o da segurança alimentar.

No plano nacional, o Estado configura dois cenários bem distintos e claramente definidos. O primeiro está ligado à antiga “*era do homem econômico*”, ou seja, ao agronegócio (exportações de *commodities*) representado historicamente por uma aristocracia agrária e atualmente vinculados a grandes grupos transnacionais que determinam tanto a política agrária, como a agrícola, sendo estas, implementadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Quanto ao segundo, está relacionado à “*era do homem social*”, vinculado diretamente à agricultura familiar e a produção de alimentos para atender o mercado interno, tendo como orientação às próprias demandas dos movimentos sociais

ligados a questão da produção alimentar e em parte as diretrizes da política agrária/agrícola do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

Neste contexto, existem dois cenários estabelecidos. O primeiro, pelo fato de estar vinculado a esfera de poder político/econômico (agronegócio) é beneficiado tanto em área (quantidade/qualidade das terras), como em subsídios econômicos para o seu desenvolvimento; o segundo, mesmo tendo a responsabilidade de produzir para o mercado interno, fartando a mesa da maior parte da população brasileira, contribuindo para a segurança alimentar e soberania alimentar, conta com pouca representatividade política, menos áreas, e pouco subsídio econômico, se comparado ao primeiro.

Em relação à segurança alimentar, Walter Belik, José Graziano da Silva e Maya Takagi (2003) destacam que o diagnóstico e as políticas direcionadas para o combate à fome no Brasil passaram por três fases. A primeira que se estende até a década de 1930, os problemas de abastecimento estavam associados à questão da oferta de alimentos para a população que crescentemente se dirigia às metrópoles. Da década de 30 até o final da década de 1980, a fome passou a ser encarada como um problema de intermediação e as políticas se voltaram para a regulação de preços e o controle da oferta. A partir da década de 1990, os problemas de abastecimento passaram a ser combatidos, supostamente, mediante a desregulamentação do mercado, na esperança de que o crescimento econômico pudesse proporcionar renda, emancipando as famílias pobres e fazendo que alcançassem a cidadania. Embora tenha havido uma mudança no diagnóstico e nas políticas prescritas, o problema da vulnerabilidade à fome permanece na atualidade (início de século XXI) tão ou mais grave do que nas décadas anteriores.

A segurança alimentar está além do princípio abordado, ou seja, existem outros fatores que devem ser levados em consideração, tais como: o valor nutricional e forma como os alimentos são produzidos, configuram ambos a qualidade dos alimentos.

Deve-se lembrar que o valor nutricional é obtido através de uma alimentação equilibrada, que fornece ao organismo humano os nutrientes⁴⁵ que possibilitam a produção de energia, a regeneração e produção de tecidos, bem como, para satisfazer as necessidades básicas.

⁴⁵ Os nutrientes desempenham funções específicas no organismo humano e podem ser classificados em seis grupos: carboidratos, proteínas, gorduras, vitaminas, sais minerais e água.

Referente aos nutrientes encontra-se um estudo detalhado na obra de Josué de Castro “*Geografia da Fome. O dilema brasileiro: pão ou aço*”, onde são consideradas as principais fontes e os principais efeitos e danos causados pela deficiência destes nutrientes.

Os carboidratos fornecem a maior parte da energia de que os indivíduos necessitam. As principais fontes são os alimentos de origem vegetal, tais como cereais e seus derivados: arroz, trigo e derivados, milho e derivados, aveia; leguminosas: feijões, lentilha, grão de bico, ervilha; tubérculos, raízes e seus derivados: batata, inhame, cará, mandioca e derivados; açúcares e doces em geral: cana-de-açúcar, açúcar (cristal, refinado, mascavo), chocolates, mel; frutas e legumes em geral.

As proteínas têm como funções principais a formação, crescimento e reparação dos órgãos e tecidos, formação de enzimas, anticorpos e hormônios. As principais são todos os tipos de carnes; leite e seus derivados; ovos; leguminosas como feijão, lentilha, ervilha, grão de bico, soja.

A sua deficiência pode causar falta de resistência às doenças, principalmente as infecciosas, dificuldade de cicatrização. Nas crianças, pode provocar crescimento lento, má formação dos órgãos e desenvolvimento mental deficiente.

As gorduras⁴⁶, além de fornecer energia para o organismo, têm outras funções como: proteção dos órgãos e ossos. As principais fontes de gorduras são de origem animal e vegetal. De origem animal são carnes gordas; banha, toucinho, torresmo, bacon; gema de ovo; leite integral; creme de leite, manteiga de leite, queijos amarelos; peles de aves e peixes. Quanto às de origem vegetal são os óleos; margarinas; azeites; amendoim, nozes, castanhas, amêndoas; frutas tais como abacate, coco, açaí. Sua deficiência na alimentação causa emagrecimento, pouca resistência a doenças, fadiga, carências por redução na absorção de vitaminas. Seu excesso causa arteriosclerose e aumento de peso corporal.

Já as vitaminas, juntamente com os sais minerais, são essenciais para a realização de diversos processos do metabolismo do organismo, participando de várias reações químicas, sendo também chamados de alimentos reguladores. São substâncias indispensáveis ao crescimento e desenvolvimento e à imunidade do ser humano.

⁴⁶ As gorduras podem ser divididas em três grupos: gorduras saturadas, gorduras insaturadas e gorduras trans.

Segundo o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC (2009, p.11), a vitamina A “é fundamental para a boa visão, para a integridade do tecido epitelial, desenvolvimento dos ossos, para o crescimento, reprodução, dentição e também ao processo imunológico”. É encontrada nos alimentos de origem vegetal, de cor amarela, laranja, vermelha, sob a forma de carotenóide (betacaroteno), que se transformam em vitamina A. Entre esses alimentos, destacam-se os legumes: cenoura, abóbora e ainda, pimentão, agrião, couve, espinafre, alface. As frutas como a manga, o mamão, o pêsego e a goiaba são ricas em vitamina A. Nos alimentos de origem animal, encontra-se sob a forma de retinol, sendo fontes: a gema de ovo, os queijos gordos, a manteiga, o leite integral e o fígado.

A falta da vitamina A pode causar cegueira noturna e outras alterações visuais. Proporciona menor resistência a infecções e pode afetar o crescimento de crianças.

De acordo com o SENAC (2009, p.11) a vitamina D “aumenta a absorção do cálcio e do fósforo contido nos alimentos, sendo, por isso, fundamental na formação dos ossos. Também contribui para a imunidade e reprodução”.

Algumas vitaminas são indispensáveis ao ser humano, como vitamina D encontra na gema do ovo, manteiga e fígado. Atualmente, os leites contêm essa vitamina, que é adicionada durante o seu processamento. Sua maior fonte encontra-se sob a pele, na forma de pró-vitamina que, sob ação dos raios de sol, transforma-se em vitamina D.

A falta dessa vitamina em crianças causa o raquitismo. Nos adultos, pode causar dores generalizadas dos ossos e deficiência na absorção do cálcio, o que contribui para o aparecimento da osteoporose.

Quanto à vitamina E é uma que tem propriedades antioxidantes, sendo importante na prevenção contra o envelhecimento. Também aumenta a resistência a infecções, a absorção de vitamina A e atua na integridade do tecido epitelial. Essa vitamina está presente nos óleos vegetais, gérmen de trigo, nozes, sementes e vegetais de folhas verdes e nos cereais.

A vitamina K tem grande importância no mecanismo de coagulação sanguínea. É encontrada em vários alimentos, mas em pequenas quantidades. Pode-se destacar os vegetais de folhas verdes (espinafre, brócolis, alface, repolho), óleos vegetais, frutas como *kiwi*, abacate, ameixa seca e uva.

A vitamina B1 é importante na transformação de energia, atuando no metabolismo de gorduras, proteínas e carboidratos. Suas fontes alimentares mais importantes são a carne de porco magra e o germe de trigo; músculo, carnes magras, gema de ovo, peixe, leguminosas (feijões, soja, grão de bico, ervilhas), cereais e pães integrais enriquecidos. Ocorrendo sua deficiência aparecem sinais envolvendo o sistema nervoso e cardiovascular.

Já a vitamina B12 (Cobalamina) é essencial para o funcionamento normal de todas as células, especialmente as da medula óssea e tecido nervoso. Essa vitamina está presente somente em alimentos de origem animal, entre os mais significativos o fígado e o rim, e, ainda, em todas as carnes, leite, queijos e ovos.

No que tange a vitamina C é um potente antioxidante, estimula o sistema imunológico, auxiliando-o contra infecções. Melhora a cicatrização. Dentre as suas principais fontes destacam-se as frutas cítricas, abacaxi, acerola, caju, goiaba, morango. Entre as hortaliças, destacam-se pimentão, tomate, couve, brócolis, repolho, espinafre. Sua deficiência pode causar o Escorbuto.

Além do conjunto de vitaminas apresentado, o organismo necessita de água⁴⁷ e de elementos conhecidos como minerais, ou mais especificamente os sais minerais. Estes estão divididos em macrominerais⁴⁸ e microminerais⁴⁹.

Quanto à forma de como se produz os alimentos deve-se levar em consideração a utilização ou não de insumos, mais especificamente os agroquímicos, que estão diretamente ligados aos danos ao ambiente e a saúde dos produtores e consumidores. Neste contexto a denominada “agricultura moderna”, foi instituída no Brasil por Juscelino Kubitschek de Oliveira em meados do século XX através de um planejamento de trinta e uma metas (Plano de Metas) que definia as prioridades de investimentos voltadas para quatro setores-chave da economia: 1º energia, 2º transporte, 3º alimentação e 4º indústria de base.

Segundo a historiadora Sônia Regina de Mendonça (1986, p.60) no terceiro setor mencionado, [...] buscava-se o fomento à produção de trigo, fertilizantes, instalação de armazéns, silos, frigoríficos, matadouros e a mecanização da agricultura.

⁴⁷ Segundo o SENAC (2009) recomenda-se a ingestão de 2 a 2,5 litros de água por dia para as pessoas saudáveis.

⁴⁸ Os macrominerais mais comuns são: cálcio, fósforo, magnésio, sódio, cloro, enxofre e potássio. São necessários em quantidades de 100mg ou mais.

⁴⁹ Dentre os microminerais mais conhecidos são o ferro, cobre, cobalto, iodo, selênio, zinco, manganês, molibdênio, flúor e cromo. São necessários em pequenas quantidades diárias.

Este novo modo de produção trouxe conseqüências indesejadas na produção de alimentos. De acordo com Luciano Florit (2004) o resultado desta modernização agrícola enfoca três níveis de riscos intimamente relacionados entre si. São eles: os riscos ambientais causando poluição, perda de biodiversidade, erosão dos solos, os riscos sociais por exemplo, a marginalização das populações que não se “modernizam”, êxodo rural, conseqüências na saúde dos trabalhadores rurais e os riscos alimentares quando há presença de agrotóxicos nos alimentos, diminuição da qualidade, mas recentemente, as incertezas geradas pelo uso de variedades geneticamente modificadas (OMGs).

O processo de transformação na base técnica tem seu ápice na própria industrialização da agricultura, que significou uma subordinação da natureza ao capital, substituindo o processo de produção agropecuária de suas condições naturais para um padrão tecnicista que utiliza em seu desenvolvimento cada vez mais elementos exógenos, destacando a intensa utilização de agroquímicos.

Como afirma Stephen Gliessman (2000) o sucesso da agricultura moderna foi atingido causando a deterioração da própria fundação sobre a qual esse sistema foi construído. As inovações técnicas e práticas que permitiram o aumento de produtividade não tiveram o efeito desejado de destruir a base que possibilitou esse aumento, pois degradaram excessivamente os recursos naturais dos quais a agricultura depende (o solo, as reservas de água, e a diversidade genética natural), assim como criaram dependência dos recursos fósseis não renováveis.

O modo de produção iniciado no pós-guerra e intensificado nas décadas de 1960 e 1970 criou não só dependências de máquinas e implementos agrícolas, como a demanda por mais área e insumos químicos que tem sua base na indústria do petróleo, suprimindo e marginalizando aqueles que não se enquadravam neste novo contexto. A reestruturação do campo gerada pela política agrária e agrícola intensificou as desigualdades no campo, privilegiando os produtos destinados a exportação (*commodities*⁵⁰) e deixando em segundo plano as questões referentes à segurança alimentar.

⁵⁰ *Commodities* são produtos *in natura*, cultivados ou de extração mineral, que podem ser estocados por certo tempo sem perda sensível das suas qualidades, como soja, trigo, minério de ferro, bauxita, prata, ouro etc. Ou melhor, *commodities* (significa artigo, mercadoria ou produto em inglês) pode ser definida como mercadorias, principalmente minérios e gêneros agrícolas, que são produzidos em larga escala e comercializados em âmbito mundial. As *commodities* são negociadas em bolsas mercadorias, portanto, seus preços são definidos em escala global, pelo mercado internacional. São produzidas por diferentes produtores e possuem características uniformes. Geralmente, são produtos

Em relação à utilização dos insumos químicos, pode-se traçar um panorama do Brasil segundo os dados descritos na publicação do Le Monde Diplomatique Brasil (2009), intitulado *Brasil Envenenado*, onde Sílvio Caccia Bava no seu artigo “*Alimentos Contaminados*” e Eduardo Garcia em “*Todo cuidado é pouco*” expõem a realidade brasileira:

O Brasil é o maior mercado de agrotóxicos do mundo e representa 16% da sua venda mundial. Em 2009, foram vendidas aqui 780 mil toneladas, com um faturamento estimado da ordem de 8 bilhões de dólares. Ao longo dos últimos 10 anos, na esteira do crescimento do agronegócio, esse mercado cresceu 176%, quase quatro vezes mais que a média mundial, e as importações brasileiras desses produtos aumentaram 236% entre 2000 e 2007. As 10 maiores empresas do setor de agrotóxicos do mundo concentram mais de 80% das vendas no país. Esses produtores viram ameaçadas suas novas metas de faturamento com o anúncio da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (*Anvisa*) de que se propõe a reavaliar o uso de 13 produtos agrotóxicos, vários deles já proibidos há anos nos EUA, na União Européia, e em países como Argentina, Nigéria, Senegal, Mauritânia, entre outros, como o acefato e o endossulfam. Os motivos dessa proibição são evidentes, a contaminação de alimentos, de trabalhadores rurais, e do meio ambiente, causando, literalmente, o envenenamento dos consumidores, a morte de trabalhadores rurais e a destruição da vida animal e vegetal. (BAVA, 2010).

Eduardo Garcia (2010) explica que os efeitos sobre a saúde da população por agrotóxicos podem ser agudos ou crônicos e dependem do tipo de produto e da exposição. Podem causar vários efeitos como afetar o sistema nervoso, gastrointestinal e circulatório; irritar os olhos ou a pele. Alguns podem ser carcinogênicos e outros podem afetar o sistema imunológico e endócrino.

A análise dos dados contidos no Relatório GEO3 (“Estado do Meio Ambiente e Retrospectivas Políticas: 1972-2002”)⁵¹, atesta que além dos problemas

que podem ser estocados por um determinado período de tempo sem que haja perda de qualidade. Também se caracterizam por não ter passado por processo industrial, ou seja, são geralmente matérias-primas. Atualmente podemos destacar quatro tipos de *commodities*: *agrícolas*: soja, suco de laranja congelado, trigo, algodão, borracha, café, etc.; *minerais*: minério de ferro, alumínio, petróleo, ouro, níquel, prata, etc.; *financeiras*: moedas negociadas em vários mercados, títulos públicos de governos federais, etc.; *ambientais*: créditos de carbono. O Brasil é um grande produtor e exportador de *commodities*. As principais *commodities* produzidas e exportadas por nosso país são: petróleo, café, suco de laranja, minério de ferro, soja e alumínio. Se por um lado o país se beneficia do comércio destas mercadorias, por outro o torna dependente dos preços estabelecidos internacionalmente. Quando há alta demanda internacional, os preços sobem e as empresas produtoras lucram muito. Porém, num quadro de recessão mundial, as *commodities* se desvalorizam, prejudicando o lucro das empresas e o valor de suas ações negociadas em bolsa de valores.

⁵¹ Relatório elaborado e publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA. 2004. p.65.

relacionados a saúde o uso excessivo de fertilizantes e outros produtos químicos contribui para a degradação do solo e a poluição da água. Entre 1972 e 1988, o uso global de fertilizantes aumentou para uma média anual de 3,5%, ou mais de 4 milhões de toneladas por ano (FAO, 2001). Até a década de 1980, a manutenção e o aperfeiçoamento da fertilidade eram considerados principalmente em termos de adição de fertilizantes minerais, e os subsídios agrícolas aumentaram ainda mais o uso de fertilizantes. As políticas governamentais deram apoio aos agricultores subsidiando insumos agrícolas, tais como irrigação, fertilizantes e pesticidas. Um estudo realizado pela FAO em 38 países em desenvolvimento revelou que 26 deles subsidiavam o uso de fertilizantes (FAO/IFA, 1999). Os pesticidas continuam a ser usados de forma indiscriminada (às vezes ilegalmente) em alguns lugares e descartados com negligência.

Referente à degradação da terra e os principais fatores responsáveis por tal degradação o relatório GEO3 (2004) é enfático em observar que a degradação da terra leva a uma redução significativa da capacidade produtiva. As atividades humanas que contribuem para a degradação da terra incluem o uso inadequado de terras agrícolas, práticas inadequadas de manejo da água e do solo, desmatamento, uso freqüente de máquinas pesadas, excesso de pastagens, rotação incorreta de cultivos e práticas de irrigação inadequadas.

Além dos fatores mencionados que geram uma degradação crescente da terra exaurindo os seus três recursos ambientais básicos (solo, água e ar) acrescenta o GEO3 (2004, p.66-67):

A erosão do solo é um fator importante na degradação da terra e causa efeitos sérios sobre as funções do solo – tais como sua capacidade de atuar como amortecedor e filtro de poluentes, seu papel no ciclo da água e do nitrogênio e sua capacidade de providenciar habitat e sustentar a biodiversidade. Aproximadamente 2 bilhões de hectares de solo, equivalentes a 15% da área de terra do planeta (uma área maior que a dos Estados Unidos e a do México juntas), têm sido degradados por meio de atividades humanas. Os principais tipos de degradação do solo são a erosão hídrica (56%), a erosão eólica (28%), a degradação química (12%) e a degradação física (4%).

As causas da degradação do solo incluem o excesso de pastagens (35%), o desmatamento (30%), as atividades agrícolas (27%), a exploração excessiva da vegetação (7%) e as atividades industriais (1%).

Essa decadência criada pelo sistema capitalista materializa-se de acordo com Júlio José Chiavenato (2005, p.24-25), da seguinte forma:

[...] países ricos são os mais poluídos e poluidores. [...] Os grandes países industriais são os mais poluídos do mundo. Em Tóquio vende-se oxigênio nas ruas centrais. É comum os japoneses usarem pequenos tubos de oxigênio para se “limparem” do veneno que são obrigados a respirar. [...] Nos filmes, o centro da Europa geralmente aparece como um oásis verde envolvendo as fábricas. Mas na verdade, o Reno é um rio quase totalmente morto e mortífero, carregando resíduos químicos por milhares de quilômetros, contaminando os depósitos de água potável de vários países. O Reno é o maior esgoto a céu aberto do mundo e o receptor de inseticida das fábricas alemãs; seus peixes são proibidos para o consumo, porque os detritos industriais com que se “alimentam” tornam sua carne fétida – metade da população holandesa bebe sua água, que precisa ser tratada a alto custo.

Tal cenário traçado por Chiavenato, está ligado aos antigos aspectos abordados por Castro (2002) quando salienta que ao imperialismo econômico e ao comércio internacional a serviço do mesmo interessava que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuassem a se processar indefinidamente como fenômenos exclusivamente econômicos – dirigidos e estimulados dentro dos seus interesses econômicos – e não como fatos intimamente ligados aos interesses da saúde pública.

Neste aspecto pode-se traçar um panorama do Brasil segundo os dados descritos por Sílvio Caccia no *Le Monde Diplomatique* Brasil. A produção agrícola do Brasil pode ser dividida entre a produção de mercadorias (*commodities*) e a produção de alimentos, destinada ao consumo interno. O primeiro tem a sua produção em grandes propriedades monocultoras, com base no paradigma da revolução verde (financiamentos, máquinas, agrotóxicos e etc.). Esta produção pode ser para o consumo humano, como pode se transformar em farelo para bois, combustível, produtos cosméticos e etc. O segundo é de predomínio da produção familiar, que ocupa maior número dos imóveis do país, porém uma pequena parte do território. Estes também foram afetados pelas técnicas de produção e em alguns casos se utilizam de agroquímicos e agrotóxicos, porém vêm retomando a produção

orgânica⁵² como forma de produção de alimentos. O destino destes tem sido a base alimentar do país.

Diante do conflito de interesses entre as duas formas de produção, entende-se que as prioridades devam ser pela produção que prima pelo valor qualitativo do alimento. É esta produção que alimenta as famílias rurais, mas também o mercado local. O alimento carrega em si muito mais do que um valor mercadológico. Tem forte relação simbólica e de valores humanos compartilhados entre as comunidades locais.

⁵² De acordo com Medaets (2005), o termo “orgânicos” é utilizado para identificar um padrão de produção sem o uso de insumos químicos, agrotóxicos, fertilizantes, organismos geneticamente modificados, entre outros.

4. ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO EM VISCONDE DO RIO BRANCO - MG

4.1 - A estrutura agrária e produtiva de Visconde do Rio Branco - MG

[...] quanto mais se retarda a coleta, análise e síntese dos documentos de um povo ou de gerações, mais se restringe o número deles e seu respectivo poder esclarecedor.

Oiliam José (1982. p.15).

Para o entendimento do setor agrário do município de Visconde do Rio Branco é necessário analisar alguns aspectos fundamentais, como: a estrutura fundiária, o uso da terra e a produção agrícola e pecuária em âmbito municipal.

Estes aspectos já haviam sido sinalizados pelo geógrafo alemão Leo Waibel em seus estudos sobre o Brasil entre junho de 1946 e agosto de 1950, sendo a utilização da terra e a colonização os escolhidos para nortear a sua pesquisa.

Em seu artigo intitulado “O que aprendi no Brasil”⁵³, Waibel (1979) chama atenção para a questão do *uso da terra*, tecendo o seguinte comentário:

[...] Embora o tipo de utilização da terra seja a base da nutrição do povo e de toda a economia brasileira, em nenhum outro campo há maior confusão de idéias do que justamente na agricultura, e sobre isso foi o que aprendi mais aqui. (WAIBEL, 1979. p.318).

Sobre o uso do solo no Brasil, Waibel (1979) destaca os três tipos principais: a grande lavoura, o pastoreio e a pequena lavoura. Acrescenta o autor que estes tipos, além de se constituírem em sistemas agrícolas de interesse para o agrônomo, são ao mesmo tempo instituições econômicas, sociais e culturais, que interessam tanto para o sociólogo quanto para o historiador ou geógrafo. Para este, essas instituições têm a maior importância, porque delas depende o aspecto da paisagem agrária. Além disso, elas influenciam nos tipos de habitação, de povoamento e em todo nível de vida da população.

⁵³ Conferência lida na sede do IBGE, em 17 de agosto de 1950. *Revista Brasileira de Geografia*, 12 mar. 1950. Disponível no livro WAIBEL, Leo. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979. p.313-326.

De acordo com Waibel (1979), a grande lavoura é o mais conhecido dos três sistemas agrários, utilizando este grande quantidade de capital e mão-de-obra. Quanto ao pastoreio, tem sido objeto de pesquisas geográficas ou sociais em uma escala muito mais reduzida, apesar de ter desempenhado papel muito importante na história e na economia do Brasil. No que diz respeito ao terceiro sistema agrário, o da pequena lavoura, Waibel (1979, p.318) destaca:

[...] é ao mesmo tempo o enjeitado e a criança-problema da agricultura nacional. Enjeitado, porque poucas vezes tem sido tratada na literatura a maneira pela qual são cultivados os cereais⁵⁴; e criança-problema, porque ela é fundamentalmente responsável pela subnutrição do povo.

Mesmo não sendo formuladas especificamente sobre o município de Visconde do Rio Branco, as reflexões de Waibel ajudam a compreender melhor o cenário agrário do município, que contempla no seu processo de ocupação, formação e expansão os três tipos de uso de solo, sendo que foi o da grande lavoura, de modo específico a cana-de-açúcar, o que predominou até o final do século XX e deixou marcas materiais através da “paisagem cultural”⁵⁵, seja ela urbana ou rural.

Na paisagem urbana isso ocorreu através da arquitetura. Tal arquitetura era perceptível nas construções existentes: casas simples com a mesma configuração (tamanho e estética) para abrigar os funcionários das usinas. Outras construções, como o cinema Brasil, ambulatório de saúde, escolas, e mesmo estádio (Estádio Mário Bouchardet) materializam todo o poder econômico, político, social e cultural estruturado com capital oriundo da monocultura da cana-de-açúcar e seu beneficiamento.

Na paisagem rural, a configuração do “deserto verde”⁵⁶, representado pelos canaviais, pelos pendões brancos que indicavam o amadurecimento da cana-de-açúcar com a necessidade de corte; iniciada a queima e o corte a partir do mês de

⁵⁴ Waibel (1979) não descreve quais são os cereais mencionados no texto, porém, faz menção aos alimentos básicos tais como milho, feijão, mandioca e o porco, que são os principais produtos dessa economia (pequena lavoura) dedicada principalmente ao consumo próprio.

⁵⁵ Segundo Waibel (1979, p.318) [...] o geógrafo, pela observação da paisagem cultural, pode dar grande contribuição ao estudo dos sistemas agrícolas.

⁵⁶ Termo utilizado por Ariovaldo Umbelino de Oliveira em entrevista concedida a IHU On-Line, para falar sobre a questão do plantio de eucalipto no pampa gaúcho. O termo é aqui empregado para designar a monocultura da cana-de-açúcar no município de Visconde do Rio Branco - MG.

maio e encerrada em novembro de cada ano, para que, a partir do mês de dezembro, fosse efetuada a capina da “soca”⁵⁷, adubação (química) e aração para a espera do próximo corte, que era realizado no ano seguinte a partir de maio. Cabe lembrar que as lavouras tinham um tempo de vida de útil, dependendo do solo ou mesmo dos cuidados com os canaviais. Em média duravam 6 a 8 cortes, ou seja, de 6 a 8 anos com boa produtividade.

No que tange às marcas imateriais deixadas no imaginário dos trabalhadores rurais, ficam as sequelas irreparáveis de um período em que reinava a mentalidade mercantilista⁵⁸ e patriarcal⁵⁹ dos que se beneficiavam do sistema econômico e político gerado pela indústria da cana-de-açúcar. Não tendo estes nenhum pudor em explorar e degradar os trabalhadores rurais que mantinham através do trabalho degradante, mantendo os privilégios econômicos e sociais da elite parasitária que comandava a economia e, conseqüentemente, influenciava ou mesmo determinava a política do município de Visconde do Rio Branco.

Há de se destacar que o setor primário (monocultura da cana-de-açúcar) e o setor secundário (beneficiamento da cana-de-açúcar – indústria do açúcar e álcool) no município de Visconde do Rio Branco estão inseridos em um Modo de Produção que está estruturado em uma Base ou Infra-estrutura e uma Superestrutura.

A Figura 7 demonstra a configuração deste Modo de Produção, e como a sociedade se amplia e se complexifica.

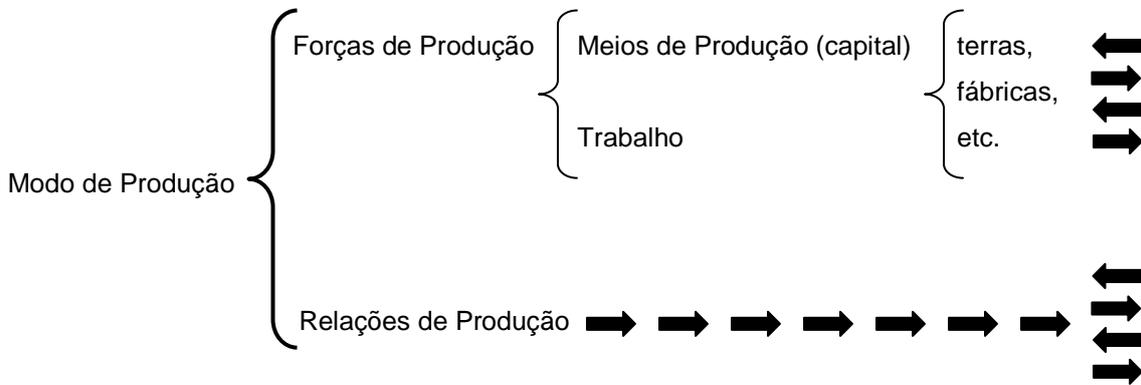
⁵⁷ Termo utilizado pelos trabalhadores rurais do município de Visconde do Rio Branco que cultivavam e cortavam a cana-de-açúcar. Significa que os brotos de cana-de-açúcar eram tratados para desenvolverem-se bem para a próxima safra.

⁵⁸ Francisco Ozeas (2000, p.109), ao analisar “*A gênese da formação do Brasil*” menciona que “para entendermos os principais fatores responsáveis pela situação atual do Brasil, devemos retomar o processo histórico e analisar a sua trajetória social, econômica, política e cultural desde os primórdios da colonização; a complexa dialética estrutural implantada, bem como as suas conseqüências para se conformar na realidade de nossos dias. Situar o Brasil dentro do contexto histórico mundial e analisar as suas influências sobre a formação da mentalidade e comportamento do brasileiro; a gênese do espírito cumulativo, a mentalidade mercantilista e patrimonial que nos foram introduzidas em detrimento da equidade, da fraternidade e da soberania nacional”.

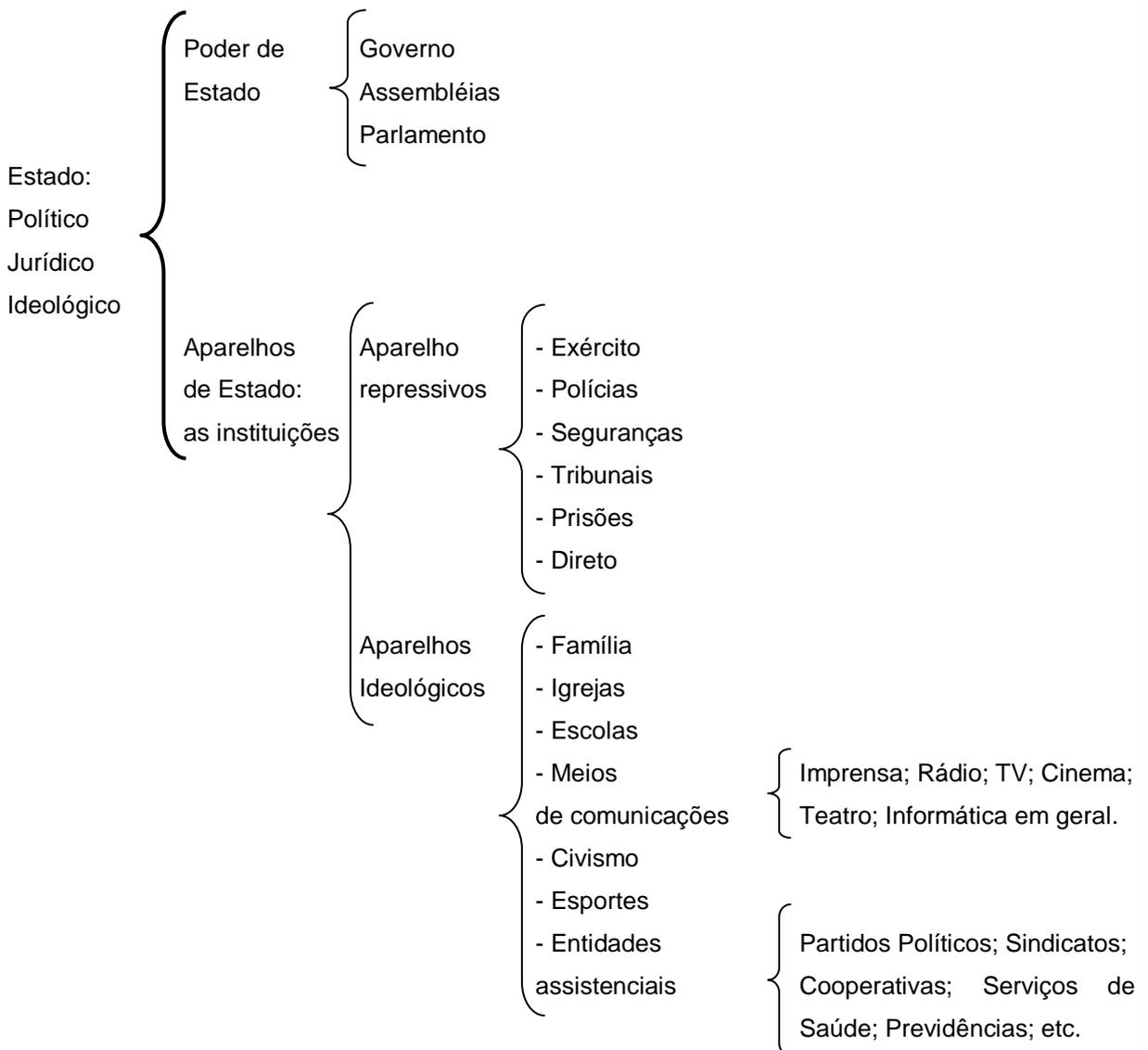
⁵⁹ Segundo Ozeas (2000, p.205) “a partir do estabelecimento do patriarcado, da propriedade privada e dos interesses em transmitir herança, os casamentos passaram a ser exclusivamente econômicos. Tanto o homem quanto a mulher passaram a ter o seu preço, suas qualidades pessoais eram consideradas sem valor. O ‘ter’ passou a ser mais importante que o ‘ser’. O desejo de posse, aliado ao egoísmo, à ganância e às classes sociais, fizeram surgir a hierarquia baseada na riqueza. O que se valorizava eram os bens materiais”.

FIGURA 7 - VISÃO GERAL DE UM MODO DE PRODUÇÃO

Base ou Infra-estrutura



Superestrutura



Fonte: GUARESCHI (2001, p.87). Organização: SIMONCINI, João Batista Villas Boas. Jan. 2011.

Ao analisar a Figura 7 podem-se tecer as seguintes indagações: o que influencia ou mesmo determina as questões econômicas, políticas, sociais e culturais em nossa sociedade? É a infra-estrutura que determina a superestrutura, ou a superestrutura que determina a infra-estrutura?

Segundo Guareschi (2001) há três posições principais nessa discussão:

1ª. O mecanismo determinista, ou o determinismo mecanicista. Segundo essa posição, o que determina tudo, e sempre, é a infra-estrutura. Não há nada que não decorra diretamente do econômico, das forças e relações de produção. O resto tudo é alienação. Alguns chamam a isso de materialismo. É a teoria estalinista ou da Escola de Moscou, ou do marxismo vulgar.

2ª. O culturalismo. Essa posição realça a importância da superestrutura na determinação dos fenômenos. Houve dois nomes importantes, mesmo dentro do mundo marxista, que enfatizaram essa posição: George Lukacs e Antonio Gramsci. Eles se rebelaram contra o determinismo mecanicista e mostraram a importância das diversas instâncias superestruturais na transformação da sociedade, como a consciência de classe, a educação, o partido político. São chamados de culturalistas, pois eles mostram como os fatores culturais podem influenciar e mudar a infra-estrutura.

3ª. A teoria da autonomia relativa da superestrutura. Segundo essa posição, não se pode negar que a infra-estrutura possui uma importância imprescindível, indispensável, ao menos em última instância. [...] Essa teoria não esquece que nenhuma sociedade sobrevive sem sua produção. Mas ao mesmo tempo admite que as superestruturas possuem uma ação de retorno sobre a infra-estrutura, modificando a própria infra-estrutura. Diz-se, pois, que a superestrutura possui uma autonomia também, mas que essa autonomia é relativa, não absoluta. É relativa, pois nenhuma superestrutura sobreviverá sem a produção. (GUARESCHI, 2001. p.88).

A teoria da autonomia é a mais convincente para se entender a realidade atual, pois engloba tanto a infra-estrutura como a superestrutura.

Quanto ao glamour e todas as histórias contadas nos textos sobre o município de Visconde do Rio Branco, com raras exceções, negam ou mesmo omitem o lado nefasto de um período quando foram erguidos, nos dizeres de Karl Polanyi (2000) “os *moinhos satânicos*”. Período que descartou todas as necessidades humanas, triturou os homens, transformando-os em massas, destruindo o tecido social e qualquer tentativa de integração homem-meio, desenvolvendo um sistema produtivo que se fez acompanhar de uma desarticulação nas vidas das pessoas.

Na tentativa de compreender o processo instaurado no município de Visconde do Rio Branco faz-se necessário analisar a sua estrutura fundiária.

A estrutura fundiária do município é estabelecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA através do módulo fiscal, delineando, assim, as dimensões do minifúndio, da pequena, da média e da grande propriedade.

A Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, dispõe, no artigo 16, que a reforma agrária tem como objetivo estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, possibilitando a promoção da justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural, bem como o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio.

Tanto o minifúndio quanto o latifúndio continuam existindo no Brasil, não sendo extintos conforme especificado na lei. O município de Visconde do Rio Branco não foge a este contexto. Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do total de estabelecimentos rurais do município, 83,8% são considerados minifúndios, sendo que estes ocupam somente 24,9% de área.

Essa representatividade não é algo novo em Visconde do Rio Branco; remonta, de acordo com os dados do Censo Agropecuário, à década de 1960, quando 75,1% dos estabelecimentos eram considerados minifúndios e ocupavam 21,1% de área. Historicamente esse número representativo de minifúndios, bem como a baixa porcentagem de área ocupada pelos mesmos, pode ser visualizado no Quadro 7.

Para estabelecer o tamanho das propriedades no município de Visconde do Rio Branco e propiciar a visualização de como está organizada a distribuição da terra, salienta-se algumas medidas e índices básicos propostos pela Superintendência Regional do Instituto de Colonização e Reforma Agrária, contidos no Sistema Nacional de Cadastro Rural.

De acordo com as definições do INCRA, o módulo fiscal - MF⁶⁰ do Município de Visconde do Rio Branco mede 30 (trinta) hectares, e a fração mínima de parcelamento - FMP⁶¹, 02 (dois) hectares.

⁶⁰ Módulo Fiscal - Unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: tipo de exploração predominante no município; renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; e conceito de propriedade familiar.

⁶¹ Fração Mínima de Parcelamento - Área mínima fixada para cada município, que a lei permite desmembrar, para constituição de um novo imóvel rural, desde que o imóvel original permaneça com área igual ou superior à área mínima fixada (artigo 8º, da Lei nº 5.868/72). A Fração Mínima de Parcelamento do imóvel rural corresponderá sempre à menor área entre o módulo rural e a fração

Tomando como base o módulo fiscal, é possível definir a estrutura fundiária para o município, considerando as seguintes dimensões: **minifúndio** são as propriedades com área menor de 30 hectares, **pequena propriedade**, as que apresentam área de 30 a menos de 120 hectares; **média propriedade**, quando o tamanho varia entre 120 a menos de 450 hectares e; **grande propriedade** quando a área da unidade ultrapassa a medida de 450 hectares.

Este padrão de estrutura fundiária está relacionado a medidas de tamanho propostas pelo INCRA, que em alguns casos não possui uma compatibilidade com os dados oficiais apresentados pelo IBGE, que se utiliza de outros intervalos para a sua classificação, mas que são de grande utilidade para as análises, uma vez que este órgão apresenta dados e informações usando a unidade municipal como escala espacial.

Encontra-se na bibliografia referências a alguns estudiosos que sustentam a idéia da superioridade da grande sobre a pequena propriedade rural. Entretanto não se ignoram as vantagens e os problemas tanto de uma como de outra e considera-se que não existem dimensões ideais, podendo variar de acordo com a sua eficiência produtiva. Sendo assim, o conceito de pequena, média e grande propriedade acaba assumindo uma conotação relativa dependendo das características internas da unidade. O tamanho não é a questão mais relevante nestes casos.

Para entender como está organizada a estrutura fundiária no município de Visconde do Rio Branco, cabe estratificar os estabelecimentos rurais de acordo com o quadro de número 7.

QUADRO 7 - ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO MUNICÍPIO DE VISCONDE DO RIO BRANCO - MG - (%) - 1960/2006*.														
Anos Estrato	1960		1970		1975		1980		1985		1995		2006	
	Estab.	Área												
0-20	75,1	21,1	76,5	24,9	69,9	20,2	70,7	21,7	73,8	22,9	80,2	27,4	83,8	24,9
20-50	14,8	20,6	15,1	24,2	18,4	23,4	17,9	22,6	16,7	23,4	12,1	22,6	9,1	17,5
50-100	6,1	18,9	5,1	17,7	7,6	22,3	7,3	20,1	5,9	18,8	4,3	17,5	3,6	15,4
100-200	2,5	14,2	2,2	13,8	2,8	15,2	2,5	12,3	2,2	12,4	2,8	22,6	2,5	22,8
200-500	1,2	15,1	0,9	14,1	1,2	15,1	1,4	17	1,1	15,4	0,5	9,9	0,8	14,1
Mais500	0,4	10,1	0,2	5,2	0,1	3,7	0,2	6,2	0,2	7	0	0	0,2	5,2

Fonte: Censos Agropecuários do IBGE 1960-1970-1975-1980-1985-1995-2006.

* A escolha da escala temporal deu-se pela disponibilidade dos dados oficiais do IBGE.

Organização: SIMONCINI, João Batista Villas Boas. Jan. 2010.

mínima do município. Quando o módulo rural do imóvel for menor do que a fração mínima do município, este imóvel não poderá ser desmembrado.

Os dados especificados no quadro de número 7 dificultam a interpretação se levado em consideração o módulo fiscal do município. O primeiro intervalo abarca o minifúndio, representado pelas propriedades com área inferior a 30 hectares, porém, o segundo estrato de área abrange tanto o minifúndio como a pequena propriedade, que possui área de 30 a menos de 120 hectares. Nesse sentido, o conceito de minifúndio não pode ser aplicado para esta classificação do IBGE, optando-se por trabalhar com estratos. Mesmo com estas dificuldades analíticas é possível estratificá-los por aproximação e estabelecer a porcentagem tanto dos estabelecimentos como da área ocupada pelos mesmos, o que permite avaliar o grau de concentração das terras em Visconde do Rio Branco.

Assim como o INCRA propõe uma definição de estrutura fundiária baseada no módulo fiscal de 30 hectares, é possível, para efeitos analíticos, considerar para o município uma definição de minifúndio de até 20 hectares; pequena, para os estabelecimentos entre 20 e 100 hectares; média, para os estabelecimentos entre 100 e 500 hectares e grande, os que possuem mais de 500 hectares.

É possível, como primeira análise, verificar a grande porcentagem de estabelecimentos que se encontram no primeiro estrato de área (de 0 a 20 hectares).

Ao verificar os dados de 2006 do Quadro 7, pode-se afirmar que no intervalo de 0-20 o total dos estabelecimentos representa 83,8% e ocupa 24,9% da área. As pequenas propriedades representadas pelos intervalos de 20-50 e 50-100 somam 12,7% dos estabelecimentos e ocupam 32,9% da área. Referente às médias propriedades, mesmo tendo apenas 3,3% do total de estabelecimentos, ocupam 36,9% da área, ou seja, mais de 1/3 da área total.

Com isso, pode-se concluir que o maior número de estabelecimento (83,8%) encontra-se nos considerados minifúndios, sendo que em área as pequenas e médias propriedades têm uma maior expressividade 69,8%, ou seja, mais de 2/3 do total. Pode-se afirmar que os dados analisados não apresentaram mudanças significativas entre os Censos Agropecuários de 1960 e 2006, porém, o que se percebe é que neste espaço de tempo houve um aumento na porcentagem de minifúndios e uma diminuição das pequenas propriedades.

Esta compartimentação fundiária apresentada no município o coloca em uma situação peculiar se compararmos com o estado e com o país, que apresentam

respectivamente o índice de Gini⁶² de 0,641 para o município de Visconde do Rio Branco, 0,741 para Minas Gerais e 0,816 para o Brasil, de acordo com os dados censitários do IBGE de 2006. Isto não significa que no município exista uma distribuição equitativa/igualitária da terra, pois os minifúndios ocupam uma quantidade de área pouco significativa (24,9%) do total, se comparados com o número por eles representados (83,8%).

O número de estabelecimentos existentes no município participa de uma forma intensa, em confronto com a parcela relativamente pequena de área, o que o caracteriza como uma unidade municipal típica de pequenas propriedades, contradizendo em alguns momentos o tipo de produção agrícola e pecuária que se desenvolve.

A presença das consideradas grandes propriedades com área superior a 500 hectares se faz de forma inexpressiva, ocupando aproximadamente 5,2% da área, mas salienta-se que são ocupadas por apenas 2 (dois) proprietários. Estes adquirem uma significativa importância no sentido de explicar as desigualdades sociais presentes no município.

O comportamento da estrutura fundiária no período 1960-2006 direciona-se a um aumento na porcentagem de estabelecimentos com menos de 20 hectares e uma diminuição dos estabelecimentos com área superior a 200 hectares.

Em termos formais, a principal mudança significativa foi a implantação de um assentamento rural no município (o único presente na Zona da Mata Mineira), mas que no contexto geral não significa ser o responsável pela compartimentação de terras nas proporções verificadas.

⁶² De acordo com o economista Paulo Sandroni (2002) o índice ou coeficiente de Gini é uma medida de concentração, mais freqüentemente aplicada à renda, à propriedade fundiária e à concentração das indústrias. O índice de Gini assume valores entre 0 (zero), igualdade na distribuição, e 1 (um), desigualdade na distribuição ou concentração absoluta.

Câmara (1949) propôs uma escala para definir o grau de concentração da terra, com relação aos valores do índice de Gini.

Faixa do Índice de Gini	Classificação
0,000 a 0,100	Concentração nula
0,101 a 0,250	Concentração nula a fraca
0,251 a 0,500	Concentração fraca a média
0,501 a 0,700	Concentração média a forte
0,701 a 0,900	Concentração forte a muito forte
0,900 a 1,000	Concentração muito forte a absoluta

Fonte: CÂMARA, 1949. p.517.

Alguns itens para a análise produtiva do município de Visconde do Rio Branco foram interpretados através de estudos de indicadores socioeconômicos contidos nas publicações do IBGE, principalmente nos censos agropecuários.

Estes indicadores vinculam-se às características internas da agricultura do município e foram selecionados os de maior relevância que se referem aos seguintes:

1. Utilização das terras, com informações relacionadas à porcentagem de área ocupada com lavouras temporárias, lavouras permanentes, pastagens naturais e plantadas, matas e florestas.

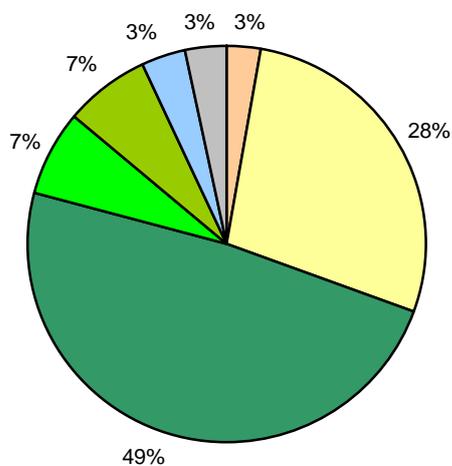
2. Produção agrícola, constando a quantidade produzida e a área cultivada com os principais produtos da lavoura temporária e permanente. A seleção destes produtos teve como critério básico a sua significância em termos de área e quantidade produzida, e a importância na alimentação da população, destacando-se como mais significativos: para a lavoura temporária, arroz, cana-de-açúcar, feijão, mandioca e milho; para a lavoura permanente, banana, café goiaba, laranja, limão, manga, maracujá e tangerina. Salienta-se que esta seleção teve como base não somente os dados censitários, mas também o levantamento de campo.

3. Produção animal, onde foram selecionados os efetivos de aves, bovinos e suínos, por serem os mais significativos no município, tanto em número do efetivo, no caso das aves e dos suínos, quanto em área ocupada quando se refere aos bovinos (gado de leite e gado de corte).

Quanto à utilização das terras em Visconde do Rio Branco, há mudanças significativas no padrão agrário⁶³ do município em questão. As Figuras 8 e 9 ajudam a especificar e compreender as mudanças ocorridas, a partir dos dados censitários de 1995 e 2006.

⁶³ Entende-se como padrão agrário a configuração e utilização das terras em determinado espaço e momento histórico.

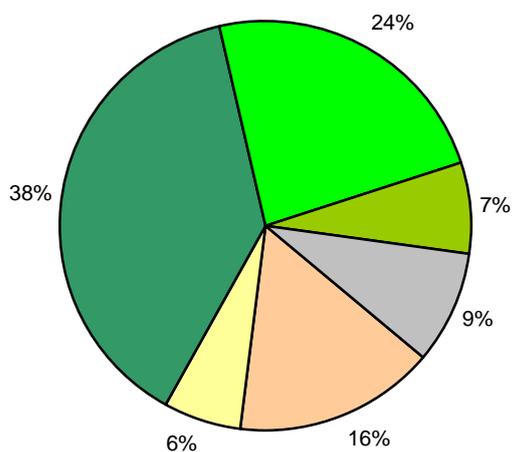
FIGURA 8 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS EM VISCONDE DO RIO BRANCO - MG - 1995



- | | | |
|------------------------|----------------------------|----------------------------------|
| Lavouras permanentes | Lavouras temporárias | Pastagens naturais |
| Pastagens plantadas | Matas e florestas naturais | Terras produtivas não utilizadas |
| Terras inaproveitáveis | | |

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário - [1995].
Organização: SIMONCINI, João Batista Villas Boas. Jan. 2011.

FIGURA 9 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS EM VISCONDE DO RIO BRANCO - MG - 2006



- | | | |
|----------------------|----------------------------|------------------------|
| Lavouras permanentes | Lavouras temporárias | Pastagens naturais |
| Pastagens plantadas | Matas e florestas naturais | Terras inaproveitáveis |

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário - [2006].
Organização: SIMONCINI, João Batista Villas Boas. Jan. 2011.

Para a análise da utilização das terras no município, optou-se pelos dados dos censos agropecuários de 1995 e 2006 pelo fato de que as mudanças mais significativas se dão justamente a partir deste período e pela disponibilidade dos dados.

Quanto às lavouras permanentes, estas tiveram um acréscimo de 13% na participação total do uso da terra em Visconde do Rio Branco - MG entre 1995 e 2006. Isso se deve a três fatores: a instalação de duas indústrias de sucos no município, a demanda por frutas de mesa⁶⁴, tanto do município como na região, bem como o declínio do cultivo da cana-de-açúcar. Esse cenário foi verificado após realizarem-se visitas técnicas, pesquisas de campo e conversas com os agricultores locais.

De acordo com dados do Censo Agropecuário as lavouras permanentes ocupavam em 1995 apenas 3% da área total. Em 2006 passaram a ocupar 16% da área total, estando assim distribuída entre os estratos: 19,4% (< 20 ha); 14,3% (20 < 100 ha); 2,1% (100 < 200 ha); 27,2% (200 < 500 ha); e, 37% (\geq 500 ha). Com base nestes dados, pode-se dizer que a maior parte das lavouras permanentes encontra-se nas médias e grandes propriedades e que a responsável pelo crescimento das lavouras permanentes no município de Visconde do Rio Branco é a fruticultura.

As pastagens naturais e plantadas de acordo com os dados do Censo Agropecuário em 1995 representavam 56% da área total do município de Visconde do Rio Branco, sendo que em 2006 essa porcentagem subiu para 62%.

Segundo os dados do Censo Agropecuário, as pastagens naturais diminuíram em 11% entre 1995 e 2006, enquanto as pastagens plantadas aumentaram 17%, neste mesmo período, conforme verificado nas Figuras 8 e 9. No balanço geral a diminuição das pastagens naturais foi compensada com as pastagens plantadas visando suprir a alimentação do gado na estação seca, mais especificamente no inverno⁶⁵, período da estiagem.

Mesmo havendo uma redução de 11% de área, as pastagens naturais, segundo os dados do Censo Agropecuário, ocupam em 2006 uma área total de 3.396 hectares, estando distribuídas no município de Visconde do Rio Branco da seguinte maneira: 979 ha (< 20 ha); 1.263 ha (20 < 100 ha); 772 ha (100 < 200 ha);

⁶⁴ Modo como os agricultores denominam as frutas utilizadas na alimentação (banana, goiaba, laranja, manga, maracujá e tangerina).

⁶⁵ O clima de Visconde do Rio Branco - MG é o tropical, clima de duas estações bem definidas: verão quente e chuvoso e inverno frio e seco.

e, 382 ha (200 < 500 ha). Pode-se afirmar que, somados os dois primeiros estratos, estes correspondem a 66% da área ocupada pelas pastagens naturais e que, desse total, 28,8% encontra-se nos minifúndios e 37,2% nas pequenas propriedades. Quanto às pastagens plantadas, ocupam uma área total de 2.108 hectares, estando assim distribuídas: 161 ha (< 20 ha); 709 ha (20 < 100 ha); e, 808 ha (100 < 200 ha). Pode-se dizer que 33,6% das pastagens plantadas encontram-se nas pequenas propriedades e 38,3% nas médias. As pastagens naturais e plantadas são reflexos do aumento do rebanho bovino voltado para produção de leite.

Quanto às matas e florestas naturais não ocorrem alterações significativas entre o censo agropecuário de 1995 e 2006; a porcentagem permaneceu em torno de 7% do total da área do município, o que se deve à fiscalização e aplicação da legislação ambiental tanto federal quanto estadual e municipal.

As lavouras temporárias, segundo dados do Censo Agropecuário, ocupavam em 1995 um total de 28% da área total e estavam distribuídas da seguinte forma: 33,7% (< 20 ha); 28,7% (20 < 100 ha); 22,8% (100 < 200 ha); e, 14,8% (200 < 500 ha). Em 2006 passam a ocupar apenas 6% da área total e estão distribuídas entre os estratos da seguinte maneira: 65,9% (< 20 ha); 29,3% (20 < 100 ha); e, 4,3% (100 < 200 ha).

Ao analisar os dados da Figura 8, Figura 9 e os dados do Censo Agropecuário, pode-se afirmar que de 1995 para 2006 as lavouras temporárias tiveram uma redução de aproximadamente 22% no município de Visconde do Rio Branco. Essa redução significativa está ligada, entre outros aspectos, ao fechamento em 1997 da CAR (Companhia Açucareira Riobranquense), que demandava uma quantidade significativa de cana-de-açúcar no processo de produção do açúcar e do álcool. Vale destacar, ainda, que o cultivo da cana-de-açúcar, de acordo com os dados de 1995, estava distribuído tanto nos minifúndios, como nas pequenas, médias e grandes propriedades, ou seja, a cana-de-açúcar era a principal cultura do espaço agrário riobranquense, tanto em área como na expressividade em termos políticos, econômicos e culturais, como já referenciado no capítulo III deste trabalho.

Sendo a cana-de-açúcar o cultivo mais expressivo no município de Visconde do Rio Branco desde o final do século XIX e durante todo o século XX, a redução do seu cultivo no final do século XX trouxe consigo uma série de problemas: queda brusca na lavoura temporária; diminuição da população rural; e uma estagnação

econômica do município. A redução do cultivo da cana-de-açúcar a partir de 1985 pode ser visualizada no Quadro 8.

QUADRO 8 - PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR EM VISCONDE DO RIO BRANCO - MG			
Ano	Estabelecimentos	Quantidade Produzida (t)	Área (ha)
1960	515	55.428	2.258
1970	770	169.613	6.477
1975	634	188.006	5.746
1980	631	287.234	6.191
1985	726	380.879	8.703
1995	350	48.155	2.392
2006	129	15.906	350

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário - [1960/1970/1975/1980/1985/1995/2006].
Organização: SIMONCINI, João Batista Villas Boas. Dez. 2010.

Segundo os dados dos Censos Agropecuários, a cana-de-açúcar cresce até 1985, quando a quantidade produzida de cana era de 380.879 toneladas ocupando uma área de 8.703 hectares. Em 1995 a quantidade caiu para 48.155 toneladas em uma área de 2.392 hectares. Essa redução está estreitamente vinculada ao fechamento da CAR, que se confirma em 1997. O reflexo da falência da CAR torna-se visível nos dados do Censo Agropecuário de 2006, quando são produzidas apenas 15.906 toneladas de cana-de-açúcar em uma área de 350 hectares.

Cabe destacar que os dados do Censo Agropecuário de 1995 e 2006 não são compatíveis em termos absolutos com os dados da Produção Agrícola Municipal - PAM de Visconde do Rio Branco, conforme se pode verificar no Quadro 9. Porém, no que tange à queda na quantidade produzida e na área de cultivo da cana-de-açúcar a partir de 1997, os dados da PAM também confirmam a redução da lavoura temporária no município de Visconde do Rio Branco, representada em primeira instância pela cana-de-açúcar.

QUADRO 9 - PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR EM VISCONDE DO RIO BRANCO - MG				
Ano	Dados do IBGE		Dados da PAM	
	Área (ha)	Quantidade Produzida (t)	Área (ha)	Quantidade Produzida (t)
1990			4.944	293.670
1991			5.370	322.200
1992			5.370	322.200
1993			5.370	322.200
1994			5.370	322.200
1995	2.392	48.155	4.500	270.000
1996			4.500	225.000
1997			4.000	200.000
1998			700	31.500
1999			500	22.500
2000			500	22.500
2001			100	4.500
2002			100	4.500
2003			100	4.500
2004			100	4.500
2005			80	4.000
2006	350	15.906	70	2.800
2007			80	3.600
2008			630	44.100
2009			950	61.750

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário - [1995/2006].

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal - [PAM - 1990-2009].

Organização: SIMONCINI, João Batista Villas Boas. Jan. 2011.

Mesmo com o fechamento da CAR, o cultivo da cana-de-açúcar permanece como uma das culturas agrícolas mais significativas, porém, em menor escala. A cana-de-açúcar a partir do fechamento da CAR está voltada diretamente para a produção de açúcar mascavo, cachaça, rapadura, melado e alimentação do gado.

Os dados da PAM (Produção Agrícola Municipal), cuja disponibilidade ocorre em intervalos maiores que o IBGE, demonstram que a quantidade e área de cana-de-açúcar têm uma retomada de crescimento em 2008 (44.100 toneladas e 630 hectares área). Esse incremento está relacionado à especulação em torno da instalação de uma usina de produção de álcool (etanol) e também, segundo informações do técnico da Emater - Seção Local, às queimadas de 2007, que obrigaram os criadores de gado a plantarem cana-de-açúcar para alimentarem o seu rebanho. Há outros fatores que levaram ao aumento do cultivo da cana-de-açúcar, como por exemplo o aumento da produção de açúcar mascavo, conforme verificado nos levantamentos de campo.

De acordo com os dados especificados, pode-se afirmar que a cana-de-açúcar teve peso significativo em quantidade e área nas lavouras temporárias. Em termos de comparações, pode-se confirmar tal fato ao analisar-se o Quadro 10.

QUADRO 10 - PRINCIPAIS LAVOURAS TEMPORÁRIAS - VISCONDE DO RIO BRANCO - MG						
Culturas	1985		1995		2006	
	Quant. (t)	Área (ha)	Quant. (t)	Área (ha)	Quant. (t)	Área (ha)
Arroz	969	604	278	202	40	19
Cana-de-açúcar	380.879	8.703	48.155	2.392	15.906	350
Feijão	143	911	132	411	69	43
Mandioca	10	6	33	26	191	21
Milho	1.356	1.091	1.237	767	447	151

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário - [1985/1995/2006].
Organização: SIMONCINI, João Batista Villas Boas. Jan. 2011.

Ao analisar o Quadro 10 pode-se afirmar que há uma redução significativa da cana-de-açúcar entre 1985 e 2006 tanto em quantidade, quanto em área, e que a mandioca é a única cultura da lavoura temporária que teve aumento em quantidade produzida e área; as demais culturas reduziram-se significativamente.

Com isso, percebe-se que, mesmo com a redução da maioria dos produtos das lavouras temporárias, a cana-de-açúcar ainda ocupa a maior quantidade de área no espaço agrário de Visconde do Rio Branco.

Por outro lado, há um aumento significativo nas lavouras permanentes impulsionado pela fruticultura em especial no período 85-95, como pode ser verificado no Quadro 11.

QUADRO 11 - PRINCIPAIS LAVOURAS PERMANENTES - VISCONDE DO RIO BRANCO - MG						
Culturas	1985		1995		2006	
	Quant.	Área (ha)	Quant.	Área (ha)	Quant.	Área (ha)
Banana	39.000 (cachos)	27	17.000 (cachos)	17	151 (t.)*	9
Café	18 (t)	32	62 (t)	56	16 (t)	12
Goiaba	438 (mil frutos)	3	187 (mil frutos)	15	2.019(t)*	54
Laranja	2.695 (mil frutos)	53	2.334 (mil frutos)	58	657 (t)*	37
Limão	32 (mil frutos)	0	974 (mil frutos)	22	***	–
Manga	2.334 (mil frutos)	25	1.795 (mil frutos)	44	253(t)*	14
Maracujá	3 (mil frutos)	0	23 (mil frutos)	6	18(t)*	1
Tangerina	497 (mil frutos)	6	273 (mil frutos)	21	18(t)*	4

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário - [1985/1995/2006].
Organização: SIMONCINI, João Batista Villas Boas. Jan. 2011.

Quanto às frutas produzidas em Visconde do Rio Branco, verificou-se um problema na quantificação das mesmas, pois nos Censos Agropecuários de 1985 e 1995 as frutas eram quantificadas em mil frutos, a partir do Censo Agropecuário de 2006 passaram a ser quantificadas em toneladas. Mesmo havendo o problema da quantificação, pode-se afirmar que a quantidade de frutas produzidas no município vem crescendo, conforme verificado em pesquisa de campo realizada no mês de dezembro de 2010.

Ao se analisar os dados dos Censos Agropecuários de 1995 e 2006, pode-se dizer que a fruticultura, juntamente com a pecuária bovina e a avicultura⁶⁶ tornou-se em Visconde do Rio Branco uma opção econômica para os produtores, inclusive para os que produziam cana-de-açúcar, porém, com alguns entraves que dificultam o estabelecimento da fruticultura como uma atividade economicamente sustentável para os agricultores e, ao mesmo tempo, rentável para o município. Os problemas mencionados pelos agricultores em relação ao meio rural que prejudicam o desenvolvimento da agricultura no município serão mencionados posteriormente.

⁶⁶ Destaque para a avicultura (galinhas, galos, frangos, frangas) que segundo os dados Censo Agropecuário teve um aumento significativo no total efetivo (ano: 1960 / número de cabeças: 32.628; ano: 1975 / número de cabeças: 109.651; ano: 1985 / número de cabeças: 546.128; ano: 1995 / número de cabeças: 505.000; ano: 2006 / número de cabeças: 747.147. O aumento a partir de 1975 se deve a instalação da indústria de alimentos (Pif Paf Alimentos) na década de 1970 que passou a demandar uma maior produção de aves.

No que se refere à pecuária, os dados do Censo Agropecuário revelam que houve um aumento do efetivo bovino em Visconde do Rio Branco, de 6.490 cabeças em 1985 para 9.921 em 2006, aumento de 52,87%, aumento que vem reforçar o incremento das pastagens plantadas em 2006.

Quanto ao número de estabelecimentos agropecuários, segundo o Censo Agropecuário em 2006, do total de 351 estabelecimentos que trabalham com a pecuária bovina, 283 (80,6%) são da agricultura familiar e 68 (19,4%) da agricultura não-familiar. Das 9.921 cabeças de gado, 5.204 (52,5%) são da agricultura familiar e 4.717 (47,5%) da agricultura não-familiar. Dos 212 estabelecimentos agropecuários que produzem leite de vaca, 171 (80,7%) são da agricultura familiar e 41 (19,3%) da agricultura não-familiar. Quanto ao total de 2.884.406 litros de leite produzidos, 1.400.761 (48,6%) litros são da agricultura familiar e 1.483.645 (51,4%) são da agricultura não-familiar.

Diante dos dados expostos, pode-se dizer que em Visconde do Rio Branco aproximadamente 80% do número de estabelecimentos que criam gado ou que produzem leite são da agricultura familiar, apesar de serem responsáveis somente por 52,5% das cabeças de gado e 48,6% do leite produzido no município.

Em relação à avicultura, desde a instalação da Indústria de Alimentos Pif Paf no início da década de 1970, o setor vem crescendo gradativamente. Segundo os dados da PAM, o número total de galos, frangas, frangos e pintos era de 43.341 em 1974; 443.509 em 1994; e, 980.700 em 2004. Quanto aos 371 estabelecimentos ligados à avicultura, 319 (86%) são familiares e 52 (14%) não familiares. Verifica-se, assim, a importância da produção familiar para o setor avícola e também para a dinamização da economia no município.

Já o efetivo de suínos mantém uma linearidade no município de Visconde do Rio Branco. Segundo os dados da PAM, o número de suínos ficou distribuído da seguinte forma: 3.730 em 1974; 4.010 em 1984; 3.870 em 1994; 3.310 em 2004; e, 3.400 em 2007. Vale lembrar que a criação de suíno no município é de base familiar, ficando a cargo dos minifúndios e em menor quantidade das pequenas propriedades.

Resumidamente, pode-se afirmar que mesmo antes do declínio do cultivo da cana-de-açúcar, a avicultura e a fruticultura em menor proporção estabeleciam-se no meio rural como opção econômica, porém, com fechamento da CAR, tais atividades foram ganhando destaque, acompanhadas da criação de gado de leite e corte e do

próprio direcionamento dos poucos canaviais que restaram. Mesmo com a redução significativa do cultivo da cana-de-açúcar, essa não deixou de existir, passando a dar sustentação à produção de açúcar mascavo, cachaça e rapadura.

Quanto ao número de estabelecimentos e a área ocupada pela agricultura familiar e não-familiar, de acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2006, do total de 765 estabelecimentos de Visconde do Rio Branco, 665 eram familiares e 100 não-familiares, entretanto, dos 9.852 hectares de área total, 4.723 hectares são ocupados pela agricultura familiar e 5.129 hectares pela não-familiar. Pode-se dizer que, se comparados em porcentagem os estabelecimentos e área ocupada, 86,9% dos estabelecimentos e 47,9% hectares da área são da agricultura familiar, e 13,1% dos estabelecimentos e 52,1% hectares de área são não-familiar, ou seja, o número de estabelecimentos familiares é bem superior ao de não-familiares, todavia, a área ocupada pela agricultura não-familiar é maior que a familiar.

Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006, mesmo tendo um número mais significativo de estabelecimentos e ocupando uma área menor, a agricultura familiar em Visconde do Rio Branco é responsável pela maior parte da produção dos gêneros voltados à alimentação básica, conforme demonstram os dados do Quadro 12.

QUADRO 12 - NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS AGROPECUÁRIOS, QUANTIDADE PRODUZIDA, ÁREA COLHIDA E TIPO DE PRODUÇÃO VEGETAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR EM VISCONDE DO RIO BRANCO - MG - 2006									
Tipo de produção vegetal	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)			Quantidade produzida (Quilogramas)			Área colhida (Hectares)		
	Total	Agricultura familiar - lei 11.326	Agricultura não familiar	Total	Agricultura familiar - lei 11.326	Agricultura não familiar	Total	Agricultura familiar - lei 11.326	Agricultura não familiar
Total	-	-	-	734.287	570.751	163.536	248	205	43
Arroz em casca	25	24	1	40.255	28.255	X	19	16	X
Feijão preto	41	36	5	20.685	7.730	12.955	25	13	12
Feijão de cor	25	23	2	19.195	18.980	X	19	18	X
Feijão fradinho	3	3	-	440	440	-	0	0	-
Mandioca	75	62	13	190.952	138.316	52.636	21	17	4
Milho	136	120	16	446.560	360.830	85.730	152	129	23
Café	8	8	-	16.200	16.200	-	12	12	-

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário - [2006].

Organização: SIMONCINI, João Batista Villas Boas. Jan. 2011.

Todos os alimentos produzidos, exceto o café, fazem parte da lavoura temporária. Pode-se afirmar que, em 2006, dos 330 estabelecimentos responsáveis pela lavoura temporária, 281 são da agricultura familiar e 49 não-familiar, sendo as lavouras temporárias compostas por minifúndios (65,9%) e pequenas propriedades (29,3%).

Além dos alimentos básicos – tais como arroz, feijão, mandioca, milho e café – a agricultura familiar também é responsável pela produção de abobrinha, alface, almeirão, batata-doce, beterraba, cebolinha, cenoura, couve, inhame, jiló, quiabo, estando quase toda a produção assentada nos minifúndios. De acordo com os dados do Censo Agropecuário, do total de 381 estabelecimentos ligados à horticultura, 337 (88,5%) são de base familiar e 44 (11,5%) de base não familiar.

O Quadro 13 dá uma dimensão do número de estabelecimentos e a quantidade produzida dos produtos da horticultura no município de Visconde do Rio Branco.

QUADRO 13 - NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS AGROPECUÁRIOS E QUANTIDADE PRODUZIDA NO MUNICÍPIO DE VISCONDE DO RIO BRANCO - MG - 2006		
Produtos da horticultura	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Quantidade produzida (Toneladas)
Abobrinha	26	4
Alface	93	21
Almeirão	66	27
Batata-doce	5	0
Beterraba	7	0
Cebolinha	81	3
Cenoura	10	1
Couve	99	4
Inhame	9	0
Jiló	21	13
Quiabo	49	166

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário - [2006].
Organização: SIMONCINI, João Batista Villas Boas. Jan. 2011.

Com base no Quadro 13 e nos levantamentos de campo, pode-se afirmar que os itens da horticultura mais produzidos – alface, almeirão, cebolinha, couve, jiló e principalmente o quiabo – fazem parte da alimentação básica das pessoas do município de Visconde do Rio Branco e que esta alimentação básica não é contemplada com esses produtos durante o ano todo, pois os produtos são de safras sazonais.

No que tange à agroindústria, verifica-se certa representatividade da agricultura familiar nesse setor. Segundo os dados do Censo Agropecuário, do total de 91 estabelecimentos, 74 são da agricultura familiar e 17 não familiares, ou seja, são 81,3% da agricultura familiar e 18,7% não familiar.

Pode-se se dizer que em todos os tipos de produção do município de Visconde do Rio Branco a agricultura familiar tem uma maior representatividade, exceto na silvicultura, segmento em que, do total de 15 estabelecimentos, 7 (sete) são da agricultura familiar e 8 (oito) não familiar.

Baseado nos dados do Censo Agropecuário, há de se destacar que em 2006 a maioria dos estabelecimentos agropecuários e da produção alimentar em Visconde do Rio Branco são oriundos da agricultura familiar e estão distribuídos em minifúndios e pequenas propriedades, demonstrando, dessa forma, a importância dos agricultores familiares para agricultura e desta agricultura para alimentação básica da população do município.

4.2 - A produção alimentar em Visconde do Rio Branco - MG

Aqui tem muita injustiça. O trabalho da cana é duro e deixa a gente mais pobre. É um trabalho mais duro porque é mais pesado e o produto não é alimento, assim como o feijão, milho, arroz.
(trabalhadora rural)⁶⁷

Este foi o cenário do meio rural riobranquense nos quase 112 anos de monocultura da cana-de-açúcar. Para melhor entender essa fase econômica que impregnou a vida e o imaginário dos riobranquenses e como isso evoluiu ao longo do tempo e do espaço, buscou-se, com base nos dados levantados em órgãos oficiais, em obras, publicações recentes e principalmente na pesquisa de campo (entrevistas com os agricultores), traçar o padrão agrário e a evolução da produção alimentar básica no espaço agrário do município de Visconde do Rio Branco - MG.

Duas obras clássicas sobre Visconde do Rio Branco incitaram e serviram como referencial teórico deste trabalho: a primeira, do professor e historiador riobranquense Oiliam José, intitulada “Visconde do Rio Branco: terra, povo, história”;

⁶⁷ (apud NORONHA, 1986. p.75-76).

e, a segunda, da professora Olinda Maria Noronha: “De Camponesa a Madame: trabalho feminino e relações de saber no meio rural”.

Como fontes secundárias utilizadas na pesquisa e na organização e redação deste capítulo, estão os arquivos do Jornal *Voz do Rio Branco*, os dados do Censo Agropecuário dos anos de 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995 e 2006 e os dados da Produção Agrícola Municipal - PAM⁶⁸ - entre os anos de 1990 e 2009, além da busca de informações junto aos órgãos públicos municipais (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA, Secretaria de Agricultura).

Mesmo com a análise dos dados secundários levantados, fez-se necessária a construção de uma base de dados primários, que permitiu entender melhor o espaço agrário de Visconde do Rio Branco e ter substrato paralelo, que serviu como forma de comparação ou mesmo complemento aos dados oficiais. Esses dados primários foram elaborados e analisados com base nos levantamentos feitos através de pesquisas e entrevistas no meio rural, permitindo, desta forma, traçar o histórico da produção agrícola municipal, demonstrar o padrão agrário do município, bem como delinear a produção alimentar básica de Visconde do Rio Branco.

A produção alimentar básica tem características específicas, sendo necessário definir em que consiste essa alimentação básica.

⁶⁸ Antes criação do IBGE, as estatísticas agrícolas tinham periodicidade anual; as informações eram obtidas através de pessoas credenciadas, residentes nos municípios, que as encaminhavam à Diretoria Geral do Ministério da Agricultura, abordando temas relativos aos aspectos sócio-econômicos de suas comunidades. Com a criação da Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias – CEPAGRO, através do Decreto-Lei nº 68.678 de 25 de maio de 1971, foi possível, em 1972, reformular o antigo Caderno “D”, instituindo-se então o LEPAM (Levantamento da Produção Agrícola Municipal), que sofreu as seguintes alterações: a) o inquérito passou a ser executado semestralmente, constando, ainda, de estimativas de colheita e previsões de safras em curso; b) a pesquisa passou a levantar 31 culturas temporárias e 26 permanentes; finalmente, o Decreto-Lei 73.428, de 17 de janeiro de 1974, transferiu do Ministério da Agricultura para o IBGE os encargos de apuração daquela pesquisa (LEPAM). Com a transferência para o IBGE, o Levantamento da Produção Agrícola Municipal passou a denominar-se “PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL”, sofrendo total reformulação: a) a periodicidade passou a ser anual; b) os produtos investigados foram divididos em grupos de produtos afins, de acordo com certas características; c) unificou-se a unidade de medida da produção, adotando-se o sistema métrico decimal, ou seja, informação em “ha” e “t”; d) o instrumento de coleta foi planejado para ser processado eletronicamente; e) foi estabelecido sistema para integração desta pesquisa com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - previsão de safras. Desde então, pequenas alterações foram introduzidas, todas elas objetivando atualizar o instrumento de coleta. Dentre estas, pode ser citada a inclusão de dígitos verificadores e totais de controle, visando dar maior garantia às fases de processamento. (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDENCIA DA REPÚBLICA; FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção Agrícola Municipal - Agro. 5** - Manual de instruções. P.3-4).

Fundamentado em autores como Luís da Câmara Cascudo (2004), Josué de Castro (2004), Eduardo Frieiro (1982), e no naturalista Auguste de Saint-Hilaire (1975), pode-se afirmar, de forma ampla, que os gêneros alimentares que compõem a alimentação básica no Brasil são arroz e feijão, sendo complementados, dependendo da região, por algumas iguarias, que no caso dos sertões de Minas Gerais são: mandioca, angu (fubá de milho), itens da horticultura (abóbora, almeirão, batata-doce, cebolinha, couve, jiló, pimenta, quiabo, salsa, serralha, taioba, etc.), tendo quase sempre como complemento ovo (caipira) e um pedaço de carne (boi e principalmente porco e frango).

Esses alimentos básicos têm suas origens na tríade índios, portugueses e negros, que compõem a base da gastronomia brasileira e configuram os hábitos alimentares do município estudado, tendo os portugueses maior destaque, pois foram os agentes distribuidores de espécies alimentares. De suas mais distantes possessões orientais e africanas traziam sementes, raízes e mudas, difundindo-as pelo território brasileiro.

Quanto às perguntas do questionário aplicado aos agricultores (em anexo) sobre a produção agrícola em Visconde do Rio Branco, foram elaboradas visando dar sustentação teórica para, assim, entender o padrão agrário, bem como estabelecer a produção alimentar básica do município.

No que tange à seleção dos agricultores entrevistados, essa foi realizada com base em: entrevista com o técnico da Emater que está lotado no município de Visconde do Rio Branco, conversas com o secretário de agricultura do município, visitas, diálogos e entrevistas com os agricultores locais. Alguns dos entrevistados foram escolhidos durante as visitas de campo e na fase de execução das entrevistas, através de indicação, ou seja, os próprios agricultores, cientes do objetivo desta pesquisa, auxiliaram na coleta dos dados e informações, e no seu direcionamento.

Para consecução dos objetivos propostos foram entrevistados 40 agricultores, entre eles 26 agricultores do Assentamento Olga Benário⁶⁹ (Assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST), mais 14 agricultores

⁶⁹ Na antiga Fazenda Santa Helena (759,9 hectares) foram assentadas pelo INCRA, no dia 14 de junho de 2005, 30 famílias, sendo a grande maioria integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, famílias oriundas de acampamentos do MST no Estado de Minas Gerais, da região metropolitana de Belo Horizonte, Betim e Contagem - MG, desempenhando as mais diversas atividades.

vinculados à produção alimentar, indicados como os que mais contribuem para o fornecimento de gêneros alimentícios para o município.

No decorrer das visitas de campo e entrevistas, verificaram-se grupos de agricultores bem específicos; em decorrência disso, optou-se na pesquisa por trabalhar com dois grupos significativos, estando um ligado à agricultura de subsistência e comercialização e outro somente à comercialização.

Utiliza-se de forma genérica o termo agricultor(es) tanto para os Assentados do PA Olga Benário, quanto para os demais agricultor(es), porém, há uma diferenciação básica que consiste em classificá-los entre camponeses e agricultores tradicionais⁷⁰.

Segundo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007, p.40), [...] a sobrevivência é o limite para a produção camponesa no campo, e não o lucro médio. Acrescenta o autor:

No trabalho camponês, uma parte da produção agrícola entra no consumo direto do produtor, do camponês, como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob a forma de mercadoria, é comercializada.

Por isso é mister a distinção entre a produção camponesa e a produção capitalista. Na produção capitalista, ocorre o movimento de circulação do capital expresso nas fórmulas: $D - M - D$ na sua versão simples, e $D - M - D'$ na sua versão ampliada. Já na produção camponesa, se está diante da seguinte fórmula $M - D - M$, ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poder obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. É pois, um movimento do vender para comprar. (OLIVEIRA, 2007. p.40).

De acordo com os dados da pesquisa de campo, do total 26 assentados entrevistados, 25 possuem propriedade (lote) com área entre 10 e 20 hectares. Somente 01 assentado possui propriedade com área entre 20 e 30 hectares.

Segundo os trabalhadores do Assentamento do Olga Benário, quando chegaram à Fazenda Santa Helena, no dia 14 de junho de 2005, ficaram desolados, pois não existia nada, a não ser pastos degradados e cheios de cupins, moitas de

⁷⁰ Pode-se considerar agricultores tradicionais aqueles que se preocupam primeiramente com a inserção no mercado e com retorno econômico.

cana-de-açúcar, muita taboa⁷¹ e mato nas áreas de várzea, três fornos de carvão desativados e alguns pés de café bem dispersos pela fazenda.

Quanto aos 14 agricultores entrevistados que não fazem parte do assentamento, somente 01 não é proprietário da terra. Os 13 proprietários estão assim distribuídos: 03 possuem propriedade de 0 a 10 hectares; 04 possuem propriedade de 10 a 20 hectares; 03 possuem propriedade de 20 a 30 hectares; e 03 com propriedade 100 a 300 hectares.

De modo geral, do total de 39 agricultores com terras próprias, 35 (90,0%) possuem propriedade com menos de 30 hectares (minifúndios); 02 (5%) agricultores possuem propriedades de 30 a 120 hectares (pequena propriedade); 02 (5%) agricultores com propriedade de 120 a 450 hectares (média propriedade).

No que se refere à forma de aquisição das terras em Visconde do Rio Branco, pode-se dizer que os 26 agricultores entrevistados do Assentamento Olga Benário têm, por um período de 10 anos, uma concessão de uso da terra; após esse período, os assentados podem comprar ou renovar a concessão, respeitados os critérios de renovação, propostos pelo INCRA.

Em relação ao modo de aquisição das propriedades dos demais 14 agricultores entrevistados⁷², 02 (15,4%) mencionam ser herança familiar; 04 (30,8%) responderam que parte é herança familiar e parte é comprada, e 07 (53,8%) alegam ter comprado suas propriedades, ou seja, do número total de propriedades, metade foi efetivamente comprada.

Quanto à mão-de-obra utilizada pelos 14 agricultores, sua grande maioria é caracterizada como familiar. Somente dois agricultores ligados à fruticultura trabalham com mão-de-obra assalariada e contratada. A média de pessoas que residem nas propriedades é de quatro por família, e a média dos que trabalham na propriedade é de três pessoas.

Dos gêneros que compõem a alimentação básica, os assentados do Olga Benário produzem parcela significativa do que consomem, destaque para o café (*conilon*), feijão, milho⁷³, mandioca, horticultura⁷⁴, carne (frango caipira, porco),

⁷¹ Tipo de vegetação de brejo (área inundada) utilizada para se fazer esteira (usada na zona rural para deitar).

⁷² Dos 14 agricultores entrevistados, 01 foi desconsiderado no item aquisição das propriedades, pois não possui propriedade e produz mel em propriedades de particulares (forma de parceria).

⁷³ O milho é utilizado para alimentação das galinhas, porcos e vacas. Transformado em fubá, o mesmo torna-se a base de preparo do angu (polenta).

gordura animal (porco), leite e ovos; somente o arroz, o açúcar e óleo vegetal (soja) são comprados fora do assentamento. Há uma pequena produção de frutas⁷⁵ e mel no assentamento, porém, o consumo diário é relativamente baixo ou quase inexistente na maioria das famílias.

A maior parte da produção dos assentados está direcionada para as funções de suprir a subsistência, e a outra parte para comercialização, sendo que há quatro produtores que direcionam toda a sua produção para subsistência e dois somente para comercialização, sendo os últimos especializados na produção do leite, e um deles especialista em inseminação bovina.

De maneira geral os itens mais produzidos no Assentamento Olga Benário são gêneros básicos da alimentação, tais como: café, feijão, milho, mandioca, horticultura, leite, frango/galinha (caipira), porco, ovos.

Dos implementos agrícolas, o trator é o mais utilizado pelos assentados. Dos 26 assentados 25 (96%) utilizam trator e somente 01 (4%) produtor utiliza tobata e picadeira.

Segundo os 26 assentados, toda a produção de alimentos do assentamento é orgânica, não utilizam nenhum tipo de agroquímicos. A adubação, de acordo com os trabalhadores assentados, é feita com esterco seco (estrumo) de boi.

Quanto à prática da utilização do esterco de boi como forma de adubação da terra, Waibel (1979, p.320), em seus estudos, já chamava atenção para tal prática quando relata que [...] o problema da adubação torna-se coisa séria no Brasil, pois os fazendeiros, mesmo possuindo muitas cabeças de gado, não aproveitam o esterco, mas o deixam sem utilização, no curral ou no pasto [...]. Acrescenta o autor:

[...] os fertilizantes são muito caros no Brasil e a aplicação de adubo verde está apenas sendo iniciadas em certas áreas. É realmente curioso ver como aqui todos os fazendeiros se opõem ao emprego de adubos. Reina no Brasil uma verdadeira “adubofobia”. [...] É por esta razão que, no Brasil, bem como em todos os outros países dos trópicos americanos, os dois principais ramos da agricultura, a lavoura e a pecuária, estão separados tanto econômica quanto espacialmente. [...] o Brasil tem desperdiçado e perdido o fertilizante mais valioso, o estrume, e os seus solos se têm deteriorado a ponto

⁷⁴ Como horticultura consideram-se os seguintes itens: verduras (alface, almeirão, cebolinha, couve, mostarda, salsa, taioba), abóbora, abobrinha verde, batata doce, jiló, quiabo, pimenta, cebola, cenoura, beterraba, urucum.

⁷⁵ As frutas, informadas pelos assentados, as quais se fazem presentes no assentamento são: banana, laranja, mamão, manga, goiaba, lichia, acerola, pitanga, jabuticaba, carambola, mexerica, limão, tomate, maracujá etc.

de causar alarme tanto aos agricultores quanto aos estadistas. (WAIBEL, 1979. p.320).

Para solução deste problema propõe-se a mecanização da agricultura. Entretanto, para Waibel (1979), a mecanização da agricultura não é tão importante quanto a aplicação de adubos (esterco animal).

O mais antigo e talvez ainda o melhor sistema de adubação é a aplicação de esterco animal. Isto, que é aparentemente muito simples, envolve, porém, um processo complicado. Ele requer a combinação econômica e espacial da lavoura e da pecuária. Com isto, então, aplicando-se um certo sistema de rotação de cultura em terras adubadas, é possível cultivar o solo permanentemente e numa pequena área obterem-se grandes colheitas. (WAIBEL, 1979. p.320).

No município de Visconde do Rio Branco não é comum a conjugação entre lavoura e pecuária, porém, a utilização do esterco seco de boi faz-se presente nas pequenas lavouras, geralmente ligadas à produção de hortaliças e frutas. Conforme verificado nas visitas de campo e entrevistas, a maioria dos assentados utiliza esterco e, do conjunto dos outros 14 agricultores, somente um utiliza a conjugação entre lavoura e pecuária. Este produtor específico cultiva manga e goiaba. Seu método consiste em soltar o rebanho dentro da plantação de manga e goiaba. O gado solto tem dupla função: comer o capim (mato) que nasce entre os pés de frutas e ainda estercá-los, dispensando assim a utilização de adubação química.

Quanto à assistência técnica, 15 (58%) assentados informaram não recebê-la, e 11 (42%) disseram receber assistência técnica e financeira, principalmente ajuda técnica da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Instituto Federal Tecnológico de Rio Pomba (IFET Rio Pomba), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e ajuda financeira do Governo Federal através dos programas sociais como, por exemplo, Bolsa Família.

A principal fonte de renda dos 26 assentados advém respectivamente da venda da produção de leite, horticultura, mandioca, milho e, ainda, de aposentadoria, ajuda financeira de familiares que trabalham fora do assentamento e ajuda financeira do Governo Federal através dos programas sociais como Bolsa Família, conforme demonstra o Quadro 14.

QUADRO 14 - PRINCIPAL FONTE DE RENDA DAS 26 FAMÍLIAS DE AGRICULTORES ASSENTADOS		
Comercialização do leite	5	19,2%
Comercialização dos alimentos da lavoura permanente (café)	1	3,8%
Comercialização dos alimentos da lavoura permanente (pimenta)	1	3,8%
Comercialização dos alimentos da lavoura temporária	5	19,2%
Comercialização dos alimentos da lavoura temporária e leite	10	38,6%
Renda obtida fora do assentamento (emprego na cidade)	2	7,7%
Somente bolsa família	2	7,7%

* Das 26 famílias de agricultores assentados, 7 (26,9%) recebem Bolsa Família.

** Das 26 famílias de agricultores assentados, 5 (19,2%) recebem aposentadoria.

Elaboração e organização: SIMONCINI, João Batista Villas Boas. Jan. 2011

Com base no Quadro 14 pode-se afirmar que mais de 1/3 da renda dos assentados advém da comercialização da lavoura temporária e do leite, e outra parcela significativa da renda é proporcionada pelo Programa Bolsa Família, do Governo Federal.

Além de proporcionarem renda para boa parte das famílias dos assentados, o leite e a lavoura temporária contribuem com a alimentação dos mesmos, melhorando-a qualitativamente, ou seja, nutricionalmente.

Quanto à quantidade de pessoas por famílias, em média são quatro que residem no assentamento e duas as que trabalham efetivamente no lote (propriedade). A mão-de-obra utilizada no assentamento é estritamente familiar. Segundo os assentados, não há mão-de-obra contratada ou mesmo assalariada no assentamento.

Dos itens mais comercializados pelos assentados com laticínios locais – Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e Prefeitura de Visconde do Rio Branco –, destacam-se: leite, horticultura, mandioca, milho e frutas. Conforme verificado em campo, os assentados não possuem espaço ou “canal” de comercialização de seus produtos.

Devido a essa ausência de espaço, há necessidade de se criar uma feira do produtor em Visconde do Rio Branco. Cabe destacar que existe uma feira na cidade, porém não há incentivo do poder público local para os agricultores em geral exporem e comercializarem os seus produtos.

Os demais agricultores não assentados mencionaram que, antes de adquirirem suas propriedades, as mesmas tinham somente cana-de-açúcar, engenhos de

cachaça, engenhos de rapadura, plantio de arroz nas áreas de várzea, cultivo de milho, feijão e fumo.

Pode-se verificar, em visitas de campo e entrevistas, que quatorze agricultores têm alguns itens a mais que compõem a sua alimentação básica em relação aos assentados. A alimentação básica dos quatorze agricultores consiste em: arroz, feijão, angu, carne (frango, porco, boi e peixe), ovo, óleo vegetal (soja) e gordura animal (banha de porco), mandioca, café, açúcar, pão, manteiga, leite e derivados, frutas e sucos. Os itens mencionados que fazem parte da alimentação básica são comprados nos supermercados do município, exceto carne (frango), horticultura e frutas, pois são itens por eles produzidos.

De acordo com os dados pesquisados, todos os 14 agricultores utilizam implementos agrícolas, com destaque para o trator, pulverizador e roçadeira. A utilização do pulverizador confirma os dados de que 12 (86%) agricultores utilizam agroquímicos⁷⁶. Somente 02 produtores não utilizam agroquímicos, sendo 01 ligado à produção de mel e outro à de goiaba e manga.

Referente à ajuda externa, 08 (57%) agricultores informaram receber ajuda, sendo respectivamente do Programa Bolsa Família, PRONAF e assistência técnica da EMATER/MG. Segundo as informações coletadas em campo, a principal fonte de renda dos 14 agricultores advém respectivamente da venda da produção das frutas, açúcar mascavo, horticultura e milho.

Estes quatorze agricultores são responsáveis por parcela significativa da produção de frutas, açúcar mascavo e rapadura do município. Frutas como acerola, banana, laranja, limão, goiaba⁷⁷, manga⁷⁸, maracujá, coco, são voltadas para mesa e têm sua produção direcionada para a Prefeitura de Visconde do Rio Branco, CONAB, comércio (feiras, mercados, supermercados, etc.), e indústrias de suco e poupa do município e da região. Dos quatorze agricultores pesquisados existem três grandes agricultores/produtores de frutas (laranja, coco, goiaba e manga), sendo dois⁷⁹ especializados na produção de laranja, manga, goiaba e coco com a utilização de agroquímicos, e um⁸⁰ na produção de manga e goiaba orgânica.

⁷⁶ Agroquímico - refere-se a defensivos e fertilizantes químicos. Decreto 4.074 de 04 de janeiro de 2002.

⁷⁷ Goiaba - quase toda produção está direcionada para indústrias do município e região.

⁷⁸ Manga - quase toda produção está direcionada para indústrias do município e região.

⁷⁹ A soma da produção desses dois produtores/agricultores em 2010 configura um total de: 1.240 toneladas de laranja, 184 toneladas de manga, 50 toneladas de goiaba, 15.000 a 20.000 unidades de

Segundo as informações obtidas em campo, dentre os quatorze agricultores pesquisados, há um que produz uma quantidade expressiva de frango e peixe⁸¹, outro que produz somente mel⁸² e um especializado na produção de açúcar mascavo e rapadura, sendo que este último faz parte da Associação Riobranquense dos Produtores de Rapadura, Aguardente, Açúcar Mascavo e Melado – ARPRAM.

QUADRO 15 - PRINCIPAL FONTE DE RENDA DOS 14 FAMÍLIAS DE AGRICULTORES ENTREVISTADOS		
Comercialização do açúcar mascavo	2	14,3%
Comercialização dos alimentos da lavoura permanente (frutas*)	6	43,0%
Comercialização dos alimentos da lavoura temporária	2	14,3%
Comercialização dos alimentos lavoura temporária e permanente (frutas), açúcar mascavo e leite	1	7,1%
Comercialização dos alimentos lavoura temporária e permanente (polpa de frutas)	1	7,1%
Comercialização mel e própolis	1	7,1%
Criação e comercialização de frango, peixe e fruta	1	7,1%

* Dos 6 (seis) agricultores somente 01 (um) cultiva e comercializa frutas orgânicas.

** Das 14 famílias de agricultores, 6 (42,9%) recebem Bolsa Família.

*** Das 14 famílias de agricultores, 3 (21,4%) recebem aposentadoria.

Elaboração e organização: SIMONCINI, João Batista Villas Boas. Jan. 2011.

De forma geral, pode-se afirmar que estes 14 agricultores têm sua produção assentada na agricultura permanente e que, conforme verificado em suas falas durante as entrevistas, seus ganhos econômicos são expressivamente conseguidos com a comercialização de frutas, conforme demonstra o Quadro 15.

Ao analisar o Quadro 15, pode-se afirmar que quase a metade da renda das 14 famílias de agricultores advém da lavoura permanente, mais especificamente da comercialização de frutas, tais como: manga, goiaba, laranja, limão, maracujá, coco, banana, acerola, etc. O maior ganho econômico é proporcionado pela fruticultura. A

coco. Cabe destacar que ambos utilizam agroquímicos nos cultivos das frutas mencionadas e que um produz ainda 18 toneladas de látex (borracha - enviada para uma fábrica de pneus em São Paulo).

⁸⁰ A produção total deste produtor/agricultor durante o ano de 2010 foi de aproximadamente 1500 toneladas de goiaba e 860 toneladas de manga (460 ton. manga Ubá, 300 ton. manga Tommy, e 100 ton. manga Palmer). É importante mencionar que este produtor/agricultor utiliza modernas técnicas de irrigação (micro dispersão e gotejamento) e que sua produção é orgânica.

⁸¹ A produção total deste produtor/agricultor durante o ano de 2010 foi de 400 toneladas de frango (cooperado da PIF PAF alimentos) e 100 toneladas de peixe (80 ton. de Tilápia, 10 de Tambaqui, 10 de Piau), beneficiadas na própria propriedade (filés de peixe) e vendidas diretamente no varejo (consumidor direto, restaurantes, bares etc.) do próprio município e região.

⁸² A produção média deste agricultor (apicultor) em 2010 ficou em torno de 2.500 quilos de mel e 50 quilos de própolis. Segundo o apicultor, as propriedades onde são instalados os 07 apiários de onde é retirado o mel não ultrapassam 30 hectares de área. De acordo com o apicultor, o pagamento pelo uso do espaço nas propriedades onde são colocados os apiários é feito com parte da produção (10 a 15% do produto manufaturado).

comercialização do açúcar mascavo e dos alimentos da lavoura temporária somados chega a 28,6% da renda obtida pelas 14 famílias, demonstrando ser também um valor significativo, enquanto a soma da comercialização dos demais produtos chega a 28,4%.

Referente ao destino do açúcar mascavo e da rapadura produzida no município de Visconde do Rio Branco, segundo os dados informados pelo ex-presidente da Associação Riobranquense dos Produtores de Rapadura, Aguardente, Açúcar Mascavo e Melado – ARPRAM, toda a produção⁸³ é vendida para parceiros de Belo Horizonte - MG, Sul de Minas e Espírito Santo. Vale lembrar que não é hábito se consumir mascavo, ou mesmo mel, em Visconde do Rio Branco, mas sim açúcar cristal ou refinado.

Perguntados sobre as perspectivas para as pessoas que moram no meio rural no município de Visconde do Rio Branco e dependem economicamente dele, os agricultores de modo geral responderam que não são ruins, porém, há uma série de fatores que dificultam o desenvolvimento econômico e a vida no meio rural.

Entre os 26 assentados do Olga Benário, as reclamações respectivamente mais frequentes são: falta de trator⁸⁴ para arar a terra no tempo certo, inexistência de assistência técnica especializada para acompanhamento dos cultivos em geral, melhor organização dos agricultores assentados (comunicação, informação, esclarecimento e leitura política da realidade por parte dos assentados), falta de espaço público em Visconde do Rio Branco para comercialização de parte da produção, necessidade de um tanque de homogeneização e resfriamento do leite; em menor proporção, falta: padaria coletiva, espaço para beneficiamento do leite, sementes e irrigação para plantar, água potável e para banho e, por fim, um modelo de educação⁸⁵ que esteja voltado para as demandas do meio rural, ou seja, uma educação que forme mão de obra específica e qualificada para trabalhar e melhorar as condições de vida no campo.

⁸³ A produção dos 12 associados da ARPRAM em 2010 foi de 250 toneladas de açúcar mascavo e 15 toneladas de rapadura.

⁸⁴ No momento a prioridade no Assentamento Olga Benário, segundo os 23 assentados, é a aquisição de um trator para preparação do solo no tempo certo de cada lavoura.

⁸⁵ Como exemplo foi mencionada a Escola Família Agrícola - EFA, localizada na zona rural de do município de Ervália - MG, que tem em sua grade curricular três disciplinas (Práticas Agrícolas, Educação Ambiental e Práticas Zootécnicas) além das disciplinas básicas que compõem o ensino fundamental (Geografia, História, Português, Matemática, Ciências, Religião, Inglês e Educação Física).

De acordo com os demais 14 agricultores, os principais problemas são respectivamente: a falta de política pública específica para o meio rural nos três âmbitos – municipal, estadual e federal –, estradas ruins, escassez de mão de obra, falta de assistência técnica especializada, falta de política agrícola para potencializar a produção de frutas e horticultura, melhora ou mudança no local de comercialização da produção, falta de comunicação (internet, telefonia fixa e móvel) na zona rural, uma maior organização dos produtores rurais e, ainda, falta apoio a produção, divulgação e venda dos produtos orgânicos no município.

Dado este panorama geral da produção alimentar básica do município de Visconde do Rio Branco, pode-se afirmar que os assentados do Olga Benário têm parte da sua produção voltada para consumo (subsistência) e outra parte voltada para o comércio. Estão estes ligados à agricultura temporária. Os demais agricultores focam num maior volume de produção voltada para o comércio em geral e indústria, estando estes ligados à agricultura permanente, mais especificamente à fruticultura, que perfaz a base da indústria de suco local.

Há de se destacar que a diversificação verificada no meio rural do município de Visconde do Rio Branco, tanto na lavoura temporária quanto na permanente, se deve a uma série de fatores, dentre os quais os mais relevantes são o fechamento da Companhia Açucareira Riobranquense, a instalação de indústrias de sucos e polpas no município, a instalação e efetivo trabalho no Assentamento Olga Benário e, ainda, a implementação da Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que, em seu Art. 14, traz a seguinte menção:

[...] Do total dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

Os benefícios sócio-econômicos trazidos a partir da implementação desta lei provocam, em âmbito municipal, uma série de mudanças: melhora nutricionalmente a merenda escolar, contribui com a diversificação da produção agrícola, gera renda para os pequenos agricultores que compõem a agricultura familiar, e ainda ajuda a

incentivar e fixar as famílias no campo, evitando assim o esvaziamento do meio rural.

Após a promulgação da Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009, é notável o seu impacto sócio-econômico no município de Visconde do Rio Branco. Como exemplo e em termos de comparação, foram gastos com a merenda escolar em Visconde do Rio Branco, no exercício de 2008, R\$ 172.622,30⁸⁶ dos recursos financeiros transferidos do FNDE, sendo a contrapartida do município R\$ 42.460,00. No exercício de 2009, para executar o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, o município recebeu do FNDE R\$ 201.484,80, sendo a contrapartida do município R\$ 80.769,82.

No ano de 2010, o total repassado pelo FNDE foi de R\$ 282.544,53, sendo R\$ 88.042,75 para as compras dos alimentos produzidos pela agricultura familiar, ou seja, do total de recursos, aproximadamente 31,16% foi direcionado para a agricultura familiar do município.

Antes do ano de 2010, os agricultores não podiam contar com os 30% do FNDE. A merenda escolar era comprada através de licitação, de que participavam apenas os mercados locais, deixando de fora os que necessitavam vender sua produção para obterem renda. Esse montante de 30% é o valor mínimo que os municípios devem gastar com alimentos produzidos pela agricultura familiar, ou seja, é a quantia mínima determinada pela legislação federal. O município de Visconde do Rio Branco compra somente o que estabelece a legislação.

Mesmo comprando o mínimo, pode-se dizer que foi positivo o incremento de R\$ 81.059,73 do ano de 2009 para o ano de 2010. Outro fator importante que vem acompanhando a legislação é a melhoria nutricional da merenda escolar estabelecida por profissional especializado, sendo tal melhoria cobrada pelo Consea Estadual e Federal.

A execução do cardápio, ou seja, o balanço nutricional da merenda escolar dos 4.302 alunos⁸⁷ da rede municipal de ensino de Visconde do Rio Branco, é estabelecida pela nutricionista Elaine Henriques Ildefonso, que faz parte do Conselho de Alimentação Escolar – CAE – do município. No município de Visconde

⁸⁶ Segundo a Secretaria Municipal de Educação do município de Visconde do Rio Branco, do total de R\$ 172.622,30, foram gastos R\$ 158.623,51 com a merenda escolar do pré-escolar e ensino fundamental, e R\$ 13.998,79 com a merenda escolar das creches.

⁸⁷ Segundo a Secretaria de Educação do município de Visconde do Rio Branco, os alunos em 2011 estão assim divididos: 411 em creches; 804 no pré-escolar; 2.281 no fundamental; 445 no ensino médio; e 361 no Fundamental (Educação de Jovens e Adultos - EJA).

do Rio Branco ainda não existe o Consea, ficando a cargo do CAE as discussões e diretrizes sobre a alimentação escolar em âmbito municipal.

Segundo a nutricionista do município, no planejamento elaborado para 2011 o valor da merenda escolar ficou assim estabelecido: creche – 411 alunos – R\$ 0,60 por aluno – total/dia R\$ 246,60; pré-escolar e ensino fundamental – 3.891 alunos – R\$ 0,30 por aluno – total/dia R\$ 1.167,30. Configura-se um gasto diário total de R\$ 1.413,90, sendo 20 dias letivos por mês ($R\$ 1.413,90 \times 20 = R\$ 28.278,00$) e 10 meses no ano ($R\$ 28.278,00 \times 10 = R\$ 282.780,00$). Do valor de R\$ R\$ 282.780,00, serão direcionados 30% para compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar, ou seja, serão destinados R\$ 84.834,00.

De acordo com a nutricionista, há um valor médio a ser pago pelos alimentos comprados dos agricultores familiares do município de Visconde do Rio Branco. Os alimentos e os valores a serem pagos aos agricultores por estes alimentos estão especificados no Quadro 16.

Essa tendência de os alimentos serem produzidos no próprio município segue uma orientação das políticas públicas atuais, que visam: dinamizar a economia local; diminuir a dependência em relação ao abastecimento; reduzir os gastos com transportes que oneram o valor dos alimentos; e diminuir os desequilíbrios regionais.

Ao analisar os alimentos presentes no Quadro 16, pode-se se afirmar que uma parte significativa dos produtos corresponde aos pesquisados em campo, confirmando a tese de que uma parcela importante destes alimentos faz parte ou mesmo compõe a alimentação básica dos produtores pesquisados no município de Visconde do Rio Branco.

QUADRO 16 - ITENS A SEREM COMPRADOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E VALOR MÉDIO DE MERCADO EM VISCONDE DO RIO BRANCO - MG - 2011		
Produto	Unidade	Cotação – Preço Médio de Mercado*
Abóbora	Kg	R\$ 0,84
Abobrinha	Kg	R\$ 2,00
Acerola – polpa	Kg	R\$ 6,00
Açúcar mascavo	Kg	R\$ 3,20
Alface	Pés	R\$ 0,90
Almeirão	Pés	R\$ 0,85
Banana	Kg	R\$ 1,80
Batata doce	Kg	R\$ 2,40
Beterraba	Kg	R\$ 2,23
Canjiquinha	Kg	R\$ 0,95
Cebolinha	Molhos	R\$ 0,55
Cenoura	Kg	R\$ 2,10
Chuchu	Kg	R\$ 1,85
Couve	Molhos	R\$ 0,90
Feijão preto	Kg	R\$ 2,48
Fubá	Kg	R\$ 1,53
Goiaba – fruto	Kg	R\$ 2,15
Graviola – polpa	Kg	R\$ 9,00
Inhame	Kg	R\$ 2,00
Laranja	Kg	R\$ 1,45
Mandioca	Kg	R\$ 1,39
Maracujá – fruto	Kg	R\$ 3,59
Mexerica – fruto	Kg	R\$ 1,49
Mostarda	Molhos	R\$ 0,74
Pepino	Kg	R\$ 2,00
Pimentão	Kg	R\$ 2,00
Quiabo	Kg	R\$ 1,67
Rapadurinha	Kg**	R\$ 5,00
Repolho	Kg	R\$ 1,42
Salsa	Molhos	R\$ 0,62

*A média de preço foi estabelecida após consulta nos valores especificados nos supermercados locais (Rede Super Mais, Mercado do José Ananias, Mercado do Magela) e na feira do agricultor.

**Cada 1 Kg de rapadurinha tem 20 unidades, sendo cada uma de 50 g.

Fonte: Secretaria de Educação do município de Visconde do Rio Branco - MG. Fev. 2011.

Organização: SIMONCINI, João Batista Villas Boas. Fev. 2011.

Além dos fatores mencionados, outro dado importante é a efetivação do valor de 30% do total de recursos do FNDE que são direcionados para a compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar local. Cabe lembrar que outro programa do governo federal, o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, contribui com a dinamização da agricultura familiar.

Segundo o Relatório Anual de Gestão da Prefeitura Municipal de Visconde do Rio Branco (exercício 2009, entregue no dia 12 de janeiro de 2010), foi repassado um valor de R\$ 15.675,95 referente aos alimentos cultivados e produzidos pelos agricultores do assentamento Olga Benário no ano de 2009. Esse repasse foi proporcionado pelo Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, do Governo Federal.

Os agricultores do assentamento Olga Benário foram responsáveis por parte representativa dos alimentos da lavoura temporária entregues ao município de Visconde do Rio Branco, conforme verificado em visita técnica realizada em 2009 (ver Figuras: 10 / 11 / 12 / 13).

Estes alimentos complementaram nutricionalmente a merenda básica das escolas municipais no ano de 2009.

FIGURA 10 - QUIABO

Foto: SIMONCINI, João Batista Villas Boas.
Assentamento Olga Benário - Nov. 2009.

FIGURA 11 - CEBOLINHA E SALSINHA

Foto: SIMONCINI, João Batista Villas Boas.
Assentamento Olga Benário - Nov. 2009.

FIGURA 12 - ABÓBORAS

Foto: SIMONCINI, João Batista Villas Boas.
Assentamento Olga Benário - Nov. 2009.

FIGURA 13 - RECOLHIMENTO DE ALIMENTOS

Foto: SIMONCINI, João Batista Villas Boas.
Assentamento Olga Benário - Nov. 2009.

A produção oriunda da lavoura temporária e permanente no município de Visconde do Rio Branco demonstra sinais de mudanças no espaço agrário riobranquense, porém, tais mudanças estão aquém do esperado.

Conforme já mencionado, a avicultura, a pecuária leiteira e a fruticultura tornaram-se possibilidades econômicas para os que desejam permanecer no meio rural, porém com alguns entraves que prejudicam o desenvolvimento da agroindústria.

Vale lembrar que a avicultura faz parte do complexo agroindustrial que se instalou no município de Visconde do Rio Branco a partir da década de 1970. Esse complexo agroindustrial ganhou força e polarizou a região através da expansão da avicultura para os municípios vizinhos⁸⁸.

Além deste complexo agroindustrial monopolizado pelo Grupo Pif Paf Alimentos, o grupo é proprietário da indústria de sucos Tial⁸⁹, que compra quase toda a produção de frutas do município de Visconde do Rio Branco para beneficiamento e fabricação de seus sucos.

Este complexo agroindustrial tem impacto significativo no espaço agrário e na arrecadação do município de Visconde do Rio Branco, entretanto, demanda estudos mais aprofundados para compreender a lógica deste “novo” processo de (re)estruturação econômica que vem sendo desenvolvido no município e que abrange os três setores de sua economia.

O que se pode afirmar sobre produção alimentar no município de Visconde do Rio Branco através da análise dos dados históricos referente à lavoura temporária e à lavoura permanente, à fala dos agricultores entrevistados e ao verificado em campo é que uma política pública agrícola de âmbito federal, estadual e principalmente municipal, faz-se latente no município de Visconde do Rio Branco. Não há gestão ou mesmo planejamento para o espaço agrário do município, que conta especificamente com programas e verbas federais e com o sacrifício da maioria dos agricultores locais.

⁸⁸ Segundo os dados fornecidos pela Fábrica de Rações do Grupo Pif Paf Alimentos para 2011, são 30 municípios – Amparo da Serra (02), Astolfo Dutra (05), Cajuri (09), Canaã (43), Cataguases (01), Coimbra (42), Divinésia (04), Dona Euzébia (02), Ervália (14), Guarani (05), Guidoal (06), Guiricema (95), Itamarati de Minas (01), Leopoldina (03), Mirai (06), Paula Candido (25), Pedra do Anta (05), Piraúba (15), Ponte Nova (01), Porto Firme (16), Rio Pomba (35), São Geraldo (15), São Miguel do Anta (53), Senador Firmino (01), Tabuleiro (02), Teixeira (29), Tocantins (04), Ubá (23), Viçosa (19), Visconde do Rio Branco (33) – que têm granjas criando frangos, tendo estes municípios um total de 514 estabelecimentos. De acordo com o Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA, em 2010, no município de Visconde do Rio Branco eram 33 estabelecimentos com um efetivo total de 667.000 cabeças de frango. Quanto ao efetivo (quantidade total) de frangos criados pelos municípios, a Fábrica de Rações do Grupo Pif Paf não autorizou a liberação das informações.

⁸⁹ A Tropical Indústria de Alimentos Ltda. (TIAL) foi fundada em 1986 no município de Visconde do Rio Branco - MG.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tentativa de compreender o processo de ocupação, formação e expansão do município de Visconde do Rio Branco, analisaram-se, entre outros aspectos, como ocorreu o processo de formação histórica e econômica e as atividades econômicas que foram desenvolvidas no município. Com essa noção, foi possível chegar a um panorama geral de como se configurou a estrutura econômica, política e agrária de Visconde do Rio Branco. A análise crítica dessas três estruturas permite entender como o município desenvolveu e organizou a produção agrícola, em especial a produção alimentar.

Cabe destacar que a configuração econômica, política e agrária do município de Visconde do Rio Branco foi desenvolvida e consolidada através do “estamento burocrático” fundado no sistema patrimonial do capitalismo politicamente orientado.

No município de Visconde do Rio Branco verifica-se, em alguma medida, a presença da figura do coronel, que, antes de ser um líder político, é um líder econômico. Caracterizado como homem rico do meio rural, fazendeiro, dono de grandes quantidades de terra que exerce o poder político através do mecanismo onde o governo é o reflexo do patrimônio pessoal. Tal figura comanda a política do município com respaldo da oligarquia regional ou até mesmo estadual.

Algumas práticas de favor, clientelismo, apadrinhamento, fisiologismo, coronelismo e “voto de cabresto” estão presentes na cultura política do Estado de Minas Gerais, na região da Zona da Mata Mineira, e principalmente, no município de Visconde do Rio Branco. São prestações e retribuição de favores recebidos que se materializam na compra de votos e “apoio” político. É o que Victor Nunes Leal (1997) chama de “influências dos padrinhos”. Tais influências constituem um grande peso na administração pública, com o cabide de emprego e o nepotismo. É, segundo Leal (1997, p.280), “a utilização do dinheiro, dos serviços e dos cargos públicos, como processo usual de ação partidária”.

A configuração desta estrutura (forma) de poder prevalece até o momento, mudando somente o conteúdo, seja ele econômico ou político, ou até mesmo com a manutenção de ambos. A economia e a política se diversificaram pouco antes do fim da monocultura da cana-de-açúcar, mas nem por isso ocorreram mudanças

estruturais na agricultura, ou mesmo na saúde, habitação e educação em âmbito municipal.

É presente na realidade, a ocupação equivocada de algumas funções importantes que se refletem diretamente no setor agrário do município de Visconde do Rio Branco, o que é unânime na fala dos agricultores do município, quando se referem a este desempenho: “não é político, é politíqueiro”. Ao analisar criticamente este cenário, são necessárias algumas indagações: sendo qualificado formalmente e tecnicamente para o desempenho das funções relacionadas ao setor agrário, existem condições de realizar mudanças estruturais na agricultura do município? Estas mudanças não estariam ligadas a outras esferas de poder que o impedem a sua realização? Pode-se se dizer que estas indagações têm peso significativo na realidade local.

Mesmo ocorrendo mudanças no conteúdo econômico e político no município de Visconde do Rio Branco, mantém-se a forma (estrutura) de poder. A estrutura é mantida através daquilo que Faoro (2008, p.825-837) denomina de “estamento burocrático”, que consiste, de acordo com autor, em uma política econômica e financeira de teor particular, estatal e mercantilista, que atua, vigia, invade e dirige a esfera econômica, política e financeira. A mudança de conteúdo não significa mudança na forma, ou seja: [...] deitou-se remendo de pano novo em vestido velho, vinho novo em odres velhos, sem que o vestido se rompesse nem o odre rebentasse.

A ocupação, formação e expansão da economia do município de Visconde do Rio Branco seguiu uma lógica mercantil, organizada pelo Estado português, tendo um paralelo com a própria história do Brasil, onde a burguesia comercial vinculada ao Estado configura-se como uma classe proprietária orientada para o lucro.

No município, essa estrutura foi estabelecida inicialmente através da usurpação de terras indígenas, que propiciou conseqüentemente o etnocídio indígena. Todos os grupos indígenas que viviam no município e na região foram dizimados, a ponto de já no início do século XX não haver mais indígenas. Em um segundo momento, estabelece-se uma unidade produtiva, baseada na concentração fundiária e na monocultura e beneficiamento da cana-de-açúcar. A implementação e o desenvolvimento dessa unidade produtiva propiciam a configuração do espaço agrário e urbano do município, determinando quais são as prioridades em cada etapa do seu desenvolvimento.

Pode se dizer que historicamente no município de Visconde do Rio Branco o poder econômico antecede o poder político, e nele está imbricado. Ambos os poderes estão assentados nas atividades do setor primário e secundário.

Sendo o cultivo e o beneficiamento da cana-de-açúcar o representante econômico mais expressivo da economia local, o seu cultivo era preponderante em toda a zona rural e constituía-se como principal produto do setor primário, sendo a matéria prima básica para o setor secundário (indústria). Cabe ressaltar que não havia uma faixa de transição entre o urbano e o rural. As usinas de beneficiamento da cana-de-açúcar localizavam-se no meio urbano enquanto as suas lavouras ocupavam toda a zona rural, “cercando” todo o perímetro urbano; onde terminavam os canaviais começava o perímetro urbano.

A indústria da cana-de-açúcar nos seus 112 anos (1885-1997) de pujança econômica deu estabilidade econômica e política a uma minoria e gerou desestruturação para a grande maioria. Neste período influenciou ou mesmo determinou a política em âmbito municipal, regional ou até mesmo estadual, em certos momentos históricos. Como dizia Faoro (2008, p.828), “a minoria governa sempre, em todos os tempos, em todos os sistemas políticos”.

O produto que fazia parte da pauta econômica do município de Visconde do Rio Branco e impregnava o imaginário local era o cultivo da cana-de-açúcar. Parafraseando Monteiro Lobato em *Cidades Mortas* – quando menciona em um dos capítulos de sua obra: *Café, Café, só Café* – pode-se dizer em relação ao município de Visconde do Rio Branco, *Cana, Cana, somente Cana*.

Quanto ao cultivo de outros alimentos, não interessava economicamente aos detentores do poder local, pois estavam estes preocupados unicamente com o cultivo e beneficiamento da cana-de-açúcar. Os alimentos básicos, que em sua grande maioria não eram produzidos no município, eram comprados com o dinheiro oriundo da cana-de-açúcar. Porém, parte significativa do capital gerado com o cultivo e industrialização da cana-de-açúcar concentravam-se nas mãos de poucos, e a outra parcela significativa de pessoas que mantinha essa economia ficava fora dos ganhos econômicos reais, contentava-se com as migalhas que eram “dadas” por aqueles que detinham o controle econômico e político.

Grande parte da população não dispunha de recursos financeiros suficientes para atender às suas necessidades básicas: alimentação, educação, saúde, habitação ou mesmo lazer. A alimentação básica sempre foi comprometida tanto no

que se refere ao acesso a este elemento, quanto a sua deficiência em termos de nutrientes.

A estrutura implementada no espaço agrário do município de Visconde do Rio Branco demandava duas coisas essenciais: terras e mão-de-obra, ambas essenciais para o seu desenvolvimento e consolidação. Pode se dizer que o cultivo de outros gêneros alimentícios ficou fora da “órbita” dos que comandavam a economia e a política do município, ou seja, relegado a um segundo plano.

Com a crise econômica e conseqüentemente o fechamento das usinas de beneficiamento de açúcar no município de Visconde do Rio Branco, o espaço agrário ficou desolado, os canaviais diminuíram significativamente.

Os agricultores que decidiram continuar cultivando cana-de-açúcar direcionaram sua produção para fabricação de açúcar mascavo, cachaça, rapadura, e alimentação do gado. Os canaviais desativados foram transformados em lavouras de feijão, mandioca, abóbora, café, milho, dentre outros gêneros que compõem a horticultura, fruticultura, ou, ainda, transformaram-se em espaços para instalação de granjas de frangos, pastos para a prática da pecuária extensiva, ou utilizados para o plantio de eucalipto. Surgiram também áreas degradadas, cheias de cupins, voçorocas e ravinas.

Concomitantemente ao declínio da economia baseada no cultivo e beneficiamento da cana-de-açúcar, era erguida outra atividade econômica de peso, a indústria aviária, que tem como base o setor primário (a avicultura: criação de frangos).

Essa nova estrutura industrial implementada a partir da década de 1970, conta com o setor primário (criação dos frangos) e com mão-de-obra para o beneficiamento (abate). Mais uma vez a história se repete; muda-se o conteúdo, porém a forma (estrutura) permanece a mesma.

Nessa mudança econômica, surgem ou surgirão “novos” atores que irão fazer parte da estrutura de poder econômico e político do município que se mantém intacto, delegando estes, através de interesses políticos, os cargos administrativos, e relegando a um segundo plano as necessidades básicas da população riobranquense.

O encerramento das atividades da indústria de cana-de-açúcar em Visconde do Rio Branco abre possibilidades de mudanças econômicas no município. Tais mudanças ocorrem e proporcionam: crescimento da avicultura e expansão da

indústria ligada a este setor; aumento do rebanho bovino que proporciona a instalação de laticínios para beneficiamento do leite; crescimento significativo da lavoura permanente, devido ao desenvolvimento da fruticultura que visa atender às indústrias de suco e polpa de frutas do município e da zona da Mata Mineira; e redução e diversificação nos alimentos produzidos pela lavoura temporária, que busca atender às demandas do município.

Cabe frisar que as mudanças ocorridas especificamente na lavoura permanente e temporária estão ligadas a uma série de fatores, tais como: instituição e desenvolvimento de programas sociais estabelecidos por leis em âmbito federal; instituição da Associação Riobranquense dos Produtores de Rapadura, Aguardente, Açúcar Mascavo e Melado – ARPRAM; desenvolvimento da fruticultura; implementação do Projeto de Assentamento – PA Olga Benário (criado pela Portaria nº 110, de 11 de outubro de 2005); e, por fim, a implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009).

Tais mudanças podem ser consideradas positivas, primordiais para o espaço agrário do município de Visconde do Rio Branco, pois possibilitaram aos agricultores rurais ganhos econômicos e a possibilidade de se manterem no campo; propiciaram a diversificação dos alimentos produzidos em âmbito municipal; e, ainda, contribuíram com a melhoria nutricional da alimentação básica local. Entretanto, estão longe de estabelecer mudanças estruturais no espaço agrário ou mesmo no próprio município.

Melhorias ou até mesmo mudanças no espaço agrário do município de Visconde do Rio Branco são possíveis; entretanto, dependem de mudanças estruturais de médio e longo prazo, que devem ser balizadas em uma perspectiva crítica e de cunho não só econômico, mas também político e social.

Para que a transformação de que necessita não só o espaço agrário seja efetivada, são necessárias transformações nas estruturas de poder locais, mudança na mentalidade da maioria da população, principalmente da população carente, que sofre as consequências dessa estrutura de poder, mas também daqueles que realmente querem uma sociedade mais justa, fraterna e solidária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA JÚNIOR, Benjamin (Org.) **Margens da cultura**: mestiçagem, hibridismo e outras misturas. São Paulo: Boitempo, 2004.

ANDRADE, Francisco Eduardo. **Entre a roça e o engenho**: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008

BAVA, Sílvio Caccia. Alimentos Contaminados. In. LE MONDE diplomatique Brasil - **O Brasil envenenado**. São Paulo - Ano 3 - Edição 33 - Abril 2010.

BELIK, Walter; SILVA, José Graziano da; TAKAGI, Maya. Políticas de combate à fome no Brasil. In. ANDRADE, Manuel Correa de [et al.]. **Josué de Castro e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção Pensamento Radical).

BOLDRIN, Rolando. **Vamos tirar o Brasil da gaveta**. Manaus, AM: Sonopress. 2004. (CD 5 Regional - Faixa 2).

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Tradução: Waltensir Dutra; organizador da edição brasileira, revisão técnica e pesquisa bibliográfica suplementar, Antonio Moreira Guimarães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOVÉ, José. **O mundo não é uma mercadoria**: camponeses contra a comida ruim. José Bové e François Dufour; entrevista com Gilles Luneau. Tradução: Angela Mendes de Almeida e Maria Teresa Van Acker. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. Tradução: Leila Souza Mendes. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2003.

CABEZA DE VACA, Álvaro Núñez. **Naufrágios e comentários**. Porto Alegre: L&PM, 1999.

CÂMARA, Lourival. A concentração da propriedade agrária no Brasil. **Boletim Geográfico**. Ano VII - Agosto de 1949 - Nº 77.

CARDIM, Sílvia Elisabeth de C. S.; VIEIRA, Paulo de Tarso Loguércio; VIÉGAS, José Leopoldo Ribeiro. **Análise da Estrutura Fundiária Brasileira**. Brasília. INCRA - Departamento de Análise Estatística. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=472&Itemid=175>. Acesso: 13 out. 2010.

CARRARA, Ângelo Alves. **Uma fronteira da capitania de Minas Gerais**. A freguesia de São João Batista do Presídio em 1821. Mariana, MG: UFOP. 1999.
_____. **A Zona da Mata Mineira**: diversidade econômica e continuísmo – 1835-1909. Niterói, RJ: UFF, 1993. Dissertação Mestrado.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. Tradução: Claudia Sant'Anna Martins. 1. ed. São Paulo: Gaia, 2010.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Antologia da alimentação no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Global, 2008.

_____. **História da alimentação no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2004.

CASTRO, Josué de. **Homens e caranguejos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Fome: um tema proibido - últimos escritos de Josué de Castro / Anna Maria de Castro (Org.)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Geografia da fome**. O dilema brasileiro: pão ou aço. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Geopolítica da Fome**: ensaio sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1959. 1º e 2º Volume.

CATHARINO, José Martins. **Trabalho Índio em Terras da Vera ou Santa Cruz e do Brasil**: tentativa de resgate ergonômico. Rio de Janeiro: Salamandra, 1995.

CHIAVENATO, Júlio José. **O massacre da natureza**. 2. ed. reformulada. São Paulo: Moderna, 2005. (Coleção Polêmica).

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2001.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. 3. ed. São Paulo: FAPESP; Iluminuras, 2004.

COSTA, Vera Mariza Henriques de Miranda; STEIN, Leila. Apresentação - Parte III - Política Fundiária e Agrícola e Segurança Alimentar. In. GALEAZZI, Maria Antonia Martins. (Org.). **Segurança alimentar e cidadania**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996.

COUTO, Cristiana Couto. **Arte de cozinha**: alimentação e dietética em Portugal e no Brasil (Séculos XVII-XIX). São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

DAVIS, Mike. **Cidades mortas**. Tradução: Alves Calado. Rio de Janeiro: Record, 2007.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. **Uma história da vida rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

DENNING, Michael. **A cultura na era dos três mundos**. Tradução: Cid Knipel. São Paulo: Francis, 2005.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução: B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008.

FAO (2001). **Agriculture: Towards 2015/30**. Technical Interim Report April 2000. Rome, Food and Agriculture Organization. Disponível em: <<http://www.fao.org/es/ESD/at2015/chapter1.pdf>>. Acesso: 12 out. 2009.

FAO/IFA (1999). **Fertilizer Strategies**. Rome and Paris, Food and Agriculture Organization and International Fertilizer Industry Association. Disponível em: <<http://ftp.fao.org/agl/agll/ch10/ch104.pdf>>. Acesso: 12 out. 2009.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 4. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FEYERABEND, Paul K. **Contra o método**. Tradução: Cezar Augusto Mortati. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

FLORIT, Luciano. **A reinvenção social do natural**: natureza e agricultura no mundo contemporâneo. Blumenau, SC: Edifurb, 2004.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790-c. 1840. 4. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRICKE, Ruth Marilda. **Analysis of Multiple Classification in the Qualitative Research**. Disponível em: <<http://www.c4qi.org/qi2005/papers/fricke.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2010.

FRIEIRO, Eduardo. **Feijão, angu e couve**: ensaio sobre a comida dos mineiros. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra**. 6. ed. São Paulo: Peirópolis, 2009.

GALEAZZI, Maria Antonia Martins. (Org.). **Segurança alimentar e cidadania**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996.

GARCIA, Eduardo Garcia. Todo cuidado é pouco. In. LE MONDE diplomatique Brasil - **O Brasil envenenado**. São Paulo - Ano 3 - Edição 33 - Abril 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. 2. reimpressão. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Gilberto. **Comida é cultura**: quem saboreia, sabe! Juiz de Fora, 11 de novembro de 2005. In: SETORIAL DE CULTURA DO SUDESTE. Brasília: Ministério da Cultura do Brasil, 2005.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia**. Processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre, RS: Editora UFRGS, 2000.

GONTIJO, Romilda Moura. **A parceria e o café na zona da mata mineira: 1850-1906**. 1992. 220 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Departamento de Ciência Política - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 1992.

GRECO, Rogério. **Direito penal do equilíbrio**: uma visão minimalista do direito penal. 5. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2010.

GUARESCHI, Pedrinho A., **Sociologia crítica**: alternativas de mudança. 50 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Tradução: Celina Cardim Cavalcante. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. In. GALEAZZI, Maria Antonia Martins. (Org.). **Segurança alimentar e cidadania**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996.

HUE, Sheila Moura. **Delícias do descobrimento**: a gastronomia brasileira no século XVI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

JOSÉ, Oiliam. **Visconde do Rio Branco**: terra, povo, historia. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LE MONDE diplomatique Brasil - **O Brasil envenenado**. São Paulo - ANO 3 - Edição 33 - Abril 2010.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEONEL, Mauro. **A morte social dos rios**. São Paulo: Perspectiva; Instituto de Antropologia e Meio Ambiente – IAMA; FAPESP, 1998. (Coleção estudos; 157).

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. Tradução: Rosa Freire d'Aguiar. 9ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LIMA, Cleber. **A lágrima da Deusa Ceres**. Jornal Voz do Rio Branco. Visconde do Rio Branco, MG. (03 a 09 de novembro de 1996).

_____. **Usina** – Crise se agrava e – e quem paga o pato é o trabalhador. Jornal Voz do Rio Branco. Visconde do Rio Branco, MG. (04 a 10 de fevereiro de 1996).

LOBATO, Monteiro. **Cidades mortas**. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1950. (Obras Completas de Monteiro Lobato 1ª Série – Literatura Geral – Vol. 2).

LOPES, Maria de Fátima. **Redefinição social do papel da mulher na economia doméstica**: da família camponesa à família assalariada. Viçosa, MG: UFV, 1983. Dissertação de Mestrado, Extensão Rural.

LUFT, Vlademir José. **Da história à pré-história**: as ocupações das sociedades Puri e Coroadó na bacia do alto rio pomba. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. Tese de Doutorado.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária**: o impossível diálogo. 1. ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **O sujeito oculto**: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von; SPIX, Johann Baptist von. **Viagem pelo Brasil**: 1817-1820. Tradução: Lúcia Furquim Lahmeyer. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos; Brasília, INL, 1976. Volume I.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. Tradução: de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MEDAETS, Jean Pierre; FONSECA, Maria Fernanda de A. C. **Produção orgânica**: regulamentação nacional e internacional. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário: NEAD, 2005.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida severina e outros poemas em voz alta**. 21. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1985.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MERCADANTE, Paulo. **Os sertões do leste**. Estudo de uma região: a Mata Mineira. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

NORDER, Luiz Antonio Cabello. **Assentamentos rurais**: casa, comida e trabalho. Campinas, SP. 1997. Dissertação de Mestrado.

NORONHA, Olinda Maria. **De camponesa a “madame”**: trabalho feminino e relações de saber no meio rural. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

NOSSA HISTÓRIA. **Culinária Brasileira**: os descobrimentos e os alimentos - as receitas dos imperadores - comidas típicas. São Paulo: Editora Vera Cruz, Ano 3, n. 29, março de 2006.

O CICERONE. **Usina São João II comemora centenário**. Visconde do Rio Branco, setembro de 1985. Ano II - Nº 12.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **O latifúndio do eucalipto**. A humanidade é nada frente à história da natureza. Entrevista especial com o geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira concedida a IHU On-Line. 20 jun. 2006. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br>>. Acesso: 06 ago. 2009.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OZEAS, Francisco. **Ninguém é culpado**: um novo paradigma para o Brasil. Belo Horizonte, MG: Armazém de Idéias, 2000.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos; 331).

PIETRE, Valdir. **A morte do Sindicato I**. Jornal Voz do Rio Branco. Visconde do Rio Branco, MG. Nº 426 (25/04 a 01/05 de 1993).

PIRES, Anderson. **Café, finanças e indústria**: Juiz de Fora, 1889/1930. Juiz de Fora, MG: Funalfa, 2009.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. 1. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Estado do Meio Ambiente e Retrospectivas Políticas: 1972-2002. In. IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente; UMA - Universidade Livre da Mata Atlântica. **Perspectivas do Meio Ambiente Mundial - GEO3**. 2004. Disponível em: <http://www.wwiuma.org.br/geo_mundial_arquivos/cap2_%20terra.pdf>. Acesso: 13 out. 2010.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Tradução: Fanny Wrobel. 12ª reimpressão da 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro, 2004. (Os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização; 4).

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 48ª reimpressão da 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. 11ª reimpressão da 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PROJETO FOME ZERO: uma proposta de segurança alimentar para o Brasil. Ipiranga, SP: Instituto Cidadania; Fundação Djalma Guimarães, Outubro 2001. Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br/download/livro_projeto_fome.pdf>. Acesso: 13 out. 2010.

ROBERTS, Paul. **O fim dos alimentos**. Tradução: Ana Gibson. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

RODRIGUES, Lincoln Gonçalves. **A economia canavieira na Zona da Mata Mineira e a construção do Engenho Central Rio Branco no final do séc. XIX**. III Seminário de História do Açúcar: Produção, Trabalho e Estrutura Fundiária. São Paulo: USP, 2010.

ROSA, João Guimarães. **Ave, palavra**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

SADER, Emir (Org.). **Sete pecados do capital**. 1.ed. 2ª tiragem. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SAHLINS, Marshall David. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Tradução: Vivaldi Wenceslau Moreira. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

_____. **Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, 1822**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. 10. ed. São Paulo: Editora Best Seller, 2002.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do vinho**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 4. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. (Coleção Milton Santos; 1).

_____. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6. ed. 1. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. (Coleção Milton Santos; 2).

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDENCIA DA REPÚBLICA; FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção Agrícola Municipal - Agro. 5** - Manual de instruções.

SEMINÁRIO NACIONAL MESA BRASIL SESC. **Anais Seminário Nacional Mesa Brasil SESC**: segurança alimentar e nutricional: desafios e estratégias. 1. ed. Rio de Janeiro: Serviço Social do Comércio, 2010.

SENAC. **Nutrição e segurança na cozinha**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: SENAC MINAS/SEMD, 2009.

_____. **Sabores e Cores das Minas Gerais**: a culinária mineira no Hotel Senac Grogotó. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2002.

_____. **Multissabores**: a formação da gastronomia brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2000.

SILVA, José Maria da; SILVEIRA, Emerson Sena da. **Apresentação de Trabalhos Acadêmicos**: normas e técnicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. **História econômica do Brasil**: 1500/1820. 8. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. (Coleção Brasileira, v. 10).

SOUZA, Herbert de. Prefácio. In. GALEAZZI, Maria Antonia Martins. (Org.). **Segurança alimentar e cidadania**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996.

STÉDILE, João Pedro (Coord.). **A questão agrária na década de 90**. 4. ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

_____. **Questão agrária no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Atual, 1997.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. Tradução: Rosaura Eichenberg. 1. ed. 3. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

VALVERDE, Orlando. Estudo Regional da Zona da Mata, de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano XX - Janeiro-Março de 1958 - Nº 1.

VEIGA, José Eli da. **O que é reforma agrária**. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.

VOZ DO RIO BRANCO. **Peleguismo leva sindicato à falência**. Jornal Voz do Rio Branco. Visconde do Rio Branco, MG. Nº 423 (05 a 11-04-93).

WAIBEL, Leo. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

ZEMELLA, Mafalda P. **O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC; Editora da Universidade de São Paulo, 1990. (Estudos históricos; v. 19).

Sites

<http://www.agricultura.gov.br>

<http://www.c4qi.org>

<http://www.fao.org>

<http://www.fomezero.gov.br>

<http://www.ibge.gov.br>

<http://www.ihu.unisinos.br>

<http://www.incra.gov.br>

<http://www.mda.gov.br>

<http://www.planalto.gov.br>
<http://www.wuiuma.org.br>

Decretos, Emendas Constitucionais e Leis

BRASIL. Decreto nº 6.272, de 23 de novembro de 2007. Dispõe sobre as competências, a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6272.htm>. Acesso em: 13 out. 2010.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 64, de 04 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm>. Acesso em: 13 out. 2010.

BRASIL. Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.683.htm>. Acesso em: 13 out. 2010.

BRASIL. Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003. Cria o Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.689.htm>. Acesso em: 13 out. 2010.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 13 out. 2010.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11346.htm>. Acesso em: 13 out. 2010.

APÊNDICE

APÊNDICE 1

ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS

PRODUÇÃO ALIMENTAR EM VISCONDE DO RIO BRANCO - MG

1. Qual o tamanho da propriedade?
2. As terras são próprias? Quando e como foram adquiridas?
3. O que é produzido e em que quantidades? (produção animal e vegetal)
4. Qual o destino da produção? (subsistência e/ou comércio)
5. Qual a alimentação básica da família? Qual a procedência?
6. Quais cultivos existiam, e os que existem na atualidade?
7. Quantas pessoas residem na propriedade e quantas trabalham na agricultura?
8. A mão de obra empregada é familiar ou assalariada?
9. Utiliza máquinas, implementos agrícolas (trator, arado, etc.)?
10. Utiliza insumos agrícolas (agroquímicos)? Em quais produtos?
11. Qual a sua principal fonte de renda?
12. Recebe ajuda externa: material, técnica ou financeira? De quem?
13. Quais as perspectivas para as pessoas que moram na área rural?